

Estudos Bakhtinianos:

linguagem, ensino e arte

Gabriella Cristina Vaz Camargo
Simony Alves de Oliveira
Nathan Bastos de Souza
Organizadores

Estudos Bakhtinianos: linguagem, ensino e arte



Pedro & João
editores

**Gabriella Cristina Vaz Camargo
Simony Alves de Oliveira
Nathan Bastos de Souza
(Organizadores)**

**Estudos Bakhtinianos:
linguagem, ensino e arte**


Pedro & João
editores

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Gabriella Cristina Vaz Camargo; Simony Alves de Oliveira; Nathan Bastos de Souza [Orgs.]

Estudos Bakhtinianos: linguagem, ensino e arte. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. 221p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-1840-3 [Digital]

DOI: 10.51795/9786526518403

1. Estudos bakhtinianos. 2. Estudos da linguagem. 3. Educação. 4. Estética. I. Título.

CDD – 410

Capa: Luidi Belga Ignacio

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2025

Apresentação

Sobre a vitalidade teórica dos estudos bakhtinianos e o investimento em nossas gerações de pesquisadores

O próprio autor e os seus contemporâneos veem, conscientizam e avaliam antes de tudo aquilo que está mais próximo do seu dia de hoje. O autor é um prisioneiro de sua época, de sua atualidade. Os tempos posteriores o libertam dessa prisão, e os estudos literários têm a incumbência de ajudá-lo nessa libertação.
Mikhail Bakhtin¹

No ensaio “Os estudos literários hoje (Resposta a uma pergunta da revista *Novi Mir*)”, Bakhtin reflete sobre a atualidade daquela ciência e suas tarefas mais imediatas. Nesse texto de maturidade o autor pensou na ideia de um grande tempo, que vem em auxílio de uma compreensão aprofundada das obras literárias, espécie de fundo de acumulação cultural ao longo dos séculos capaz de permitir a renovação semântica dos textos. No trecho em epígrafe, Bakhtin (2011) estabelece a distinção entre os autores enclausurados em seu *tempo pequeno* e a tarefa dos estudos literários para libertá-los das amarras de sua época e dar-lhes o espaço no *grande tempo*, espaço da renovação festiva dos sentidos. Assim, para Bakhtin (2011) os autores estariam limitados às condições disponíveis em sua época.

¹ BAKHTIN, M. Os estudos literários hoje (Resposta a uma pergunta da revista *Novi Mir*). In. BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011, pp. 359-366.

Com base nesse argumento, e arejando-o, pensamos que poderia ser viável alargar seu espectro para atingir também o que se refere ao que temos chamado no Brasil de “Estudos Bakhtinianos”. Essa abordagem é derivada de uma tradição do leste europeu, na antiga União Soviética, no conjunto de escritos de autores como Mikhail Bakhtin, Valentin Volóchinov e Pável Medviédev. Esses estudiosos também são conhecidos, como grupo, pelas expressões “Círculo de Bakhtin” ou “Círculo B.M.V”. Nesse diapasão, o conjunto de trabalhos ora apresentados neste e-book vislumbra, por um lado, trabalhar em análises do ponto de vista da linguagem, do ensino ou artísticas com os estudos bakhtinianos. Por outro lado, colocamos em questão, no conjunto dos textos, a possibilidade de uma leitura brasileira de Bakhtin e do Círculo, uma leitura capaz de colocar a esses autores problemas que fossem capazes de libertá-los dos problemas teóricos de seu tempo e abrir-lhes o caminho para sair da prisão de um *tempo pequeno* e ingressar no *tempo grande*.

Isso, todavia, não começou agora no Brasil, nos inscrevemos em certa tradição de estudos nessa perspectiva. Para observarmos apenas um exemplo disso, revisaremos um texto emblemático da situação em que a exegese bakhtiniana foi colocada à prova. Quando, em 2003, aconteceu em Curitiba a *XI International Bakhtin Conference*, realizada pela primeira vez no hemisfério sul do planeta, muitos estudiosos do Círculo vieram ao Brasil e as considerações a respeito das expectativas quebradas são interessantes na reflexão que o pesquisador canadense Anthony Wall construiu para sua intervenção em uma mesa-redonda, depois publicado em livro (Wall, 2006)².

Conforme o autor observou no evento, havia um interesse importante em Bakhtin resultante da expressiva quantidade de congressistas, além da juventude da maioria dos participantes.

² WALL, A. Por uma estética da recepção bakhtiniana ou O valor da mudança de expectativas. FARACO, C.A. TEZZA, C. CASTRO, G. (Orgs.) *Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin*. Petrópolis: Vozes, pp. 305-318, 2006.

Esse último aspecto, conforme compreendemos, é um ponto interessante para relatar o lugar que o Brasil passou a ocupar em relação aos estudos sobre Bakhtin e o Círculo durante os anos que se seguiram a 2003; é fator decisivo, parece-nos, para as ideias bakhtinianas estarem em vigor em nossas instituições de pesquisa, que muitos trabalhos ainda se alicerçam nessa perspectiva.

Um dos aspectos que Wall (2006) salientou em seu trabalho diz respeito à expressão derivada dos estudos do hermeneuta alemão Hans Robert Jauss, o “horizonte de expectativas”. Longe de uma resenha sobre o assunto, o autor se reservou a entender esse conceito, simplificando-o um pouco, como um “sistema de referências” com o qual um sujeito hipotético pode ler qualquer texto. Por esse prisma, destacou, à luz do histórico das onze conferências que já havia assistido, o fato de que o horizonte de expectativas ao longo dos vinte anos que separavam 2003 da primeira edição da conferência esteve *em mutação*. Conforme o estudioso, as transformações aconteceram “em nossas expectativas *sobre* Bakhtin, nossas expectativas *de* Bakhtin e nossas expectativas *para* Bakhtin” (Wall 2006, p. 306, grifos no original).

Nesse sentido, conforme o autor, há *vários* “Bakhtins” em circulação a depender de lugares, das tradições, dos horizontes, das leituras e das línguas diferentes. As mutações são inevitáveis quando um pensamento é confrontado com outras realidades, o que não quer dizer nenhum empobrecimento, mas redonda no aumento do espectro com o qual uma determinada teoria pode vir a contribuir. Sobre o interesse pelos estudos bakhtinianos, Wall (2006) compreendia haver um movimento diametralmente oposto, naquele momento. Enquanto constatava um declínio no interesse por essa perspectiva na Alemanha e na França, acontecia um aumento acentuado em países que falavam russo, inglês e espanhol.

E nisto reside o interesse em retomar essa reflexão do autor: o Brasil não aparecia no radar desses interesses globais por Bakhtin detectados por Wall (2006). A quebra com esse “sistema de

referências” que lhe causou surpresa se deu uma vez constatado que, pela magnitude do evento, o contexto bakhtiniano não estava assim tão “saturado” como parecia dar mostras até o momento.

O Brasil, portanto (e essa conclusão é de 2003), estava na rota do vigor ampliado nos escritos bakhtinianos tanto quanto outros países. Destarte, apesar da velha máxima das “modas acadêmicas”, o grande ritmo de publicações, que poderia significar um declínio a qualquer momento ainda não acontecera (nem aconteceu, acrescentamos).

Em nossa compreensão, isso poderia ser explicado pela formação de quadros de estudantes sempre em renovação no Brasil. Isso foi e ainda é fundamental para o desenvolvimento de pesquisas profícuas que analisam *corpora* diverso seja do campo da ética ou da estética. Tal feito permite aos estudos bakhtinianos se consolidar cada vez mais como base teórica e metodológica nos programas de pós-graduação brasileiros.

Podemos afirmar que, ainda antes dos anos 2000, a influência desse campo de estudo já apresentava contribuições importantes para a esfera da educação, especialmente, em relação ao ensino de língua materna, quando, com a abertura política no Brasil (pós-ditadura militar, final dos anos 80 e durante os anos 90) abre-se espaço para pensar a interação e considerá-la como o meio pelo qual a língua se constitui. É, justamente, nesse contexto que os estudos sobre gêneros do discurso chegam ao ensino de língua e se tornam conceitos centrais na elaboração de documentos oficiais da educação.

Desse modo, quando Wall (2006) chega ao Brasil, a efervescência dos estudos bakhtinianos ainda estava acontecendo e, por isso, se surpreende com a não saturação desse campo teórico no país. Outro fator importante que precisamos destacar é que, além da renovação de estudantes, consideramos que as leituras decorrentes de novas traduções inéditas direto do russo, também são responsáveis pela manutenção do interesse por essa perspectiva de estudos da linguagem, pois a cada nova tradução, há sempre uma (re)descoberta. Portanto, entendemos que é esse

movimento dialógico que se renova no *grande tempo* – característica vital da obra bakhtiniana – é o que a torna inesgotável

Uma coletânea como esta, na qual a maior parte dos autores está em fase de pesquisa de formação, representa, assim, a vitalidade e a ampliação do foco de centros de pesquisa no pensamento bakhtiniano. Isso foi apontado por Arán³ como um diferencial a respeito da forma como a teoria bakhtiniana circula no Brasil e como logramos, ao nosso modo, antepor contrapalavras a essa filosofia da linguagem.

Nesse sentido, tomamos como grandes eixos na organização da coletânea as palavras que aparecem no título, quais sejam, linguagem, ensino e arte. Essas palavras balizam conceitualmente os capítulos aqui reunidos na medida em que apresentamos ao leitor um conjunto de oito textos, cujo amparo teórico-metodológico se dá especialmente pela perspectiva bakhtiniana. A própria eleição desses três elementos lexicais como organizadores dos eixos centrais desta coletânea demonstra a amplitude do alcance dos escritos do chamado Círculo de Bakhtin, isto é, a *renovação* festiva dos sentidos dos textos bakhtinianos uma vez ingressados na corrente da grande temporalidade.

Nathan Bastos de Souza
Gabriella Cristina Vaz Camargo
Simony Alves de Oliveira

29 de janeiro de 2025.

³ ARÁN, P. SOUZA, N.B. 'Era clandestino estudar esse tipo de teorias'... Bakhtin, seu pensamento e as migrações. In. ARÁN, P. *A herança de Bakhtin*. Reflexões e migrações. Seleção de textos. Tradução do espanhol Nathan Bastos de Souza. Mercado de Letras: Campinas, 2024, pp 157-181.

ARÁN, P. SOUZA, N.B. 'Era clandestino estudiar ese tipo de teorías'... Bajtín, su pensamiento y las migraciones'. In. ARÁN, P. *Travesías y anclajes*: fragmentos de una producción crítica. Editado por Ariel Gómez Ponce. Córdoba: Centro de Estudios Avanzados, 2024, 121-141.

Sumário

- Contexto e ensino da produção de texto na educação brasileira: uma leitura em perspectiva dialógica** 13
Gabriella Cristina Vaz Camargo
- SLAM BR 2014: Análise dialógica de um enunciado do poeta campeão** 35
Simony Alves de Oliveira
- A (in)distinção nos conceitos de gêneros (discursivos ou textuais) em documentos oficiais de ensino de Língua Portuguesa** 61
Nathan Bastos de Souza
- Enunciados tirinhas de Rê Bordosa sob a perspectiva dos estudos bakhtinianos: o exagero e o espaço como elementos do riso** 85
Marcelo Vinicius Costa Amorim
Grenissa Bonvino Stafuzza
- Uma análise do signo ideológico *divergente* pela dialogicidade de enunciados em *divergente – uma escolha pode te transformar*** 107
Cairo Joseph dos Santos Ferreira
- Análise dialógica do discurso de redações do Enem 2022: o uso do discurso do outro em textos de estudantes do Amapá** 129
Larissa Suelen Braga Souza
Leonardo Mailon Borges
Michelle Araujo de Oliveira

Carta do editor ou editorial? O caso das instabilidades dos gêneros na esfera jornalística	157
Lorena Mayara Fornel	
A alternância dos sujeitos no discurso retórico-judicial: Cotejamentos iniciais de uma proposta bakhtiniana para o ensino jurídico	187
Luciano Rogério do Espírito Santo Abrão	
Sobre as autoras e os autores	215
Índice remissivo	221

Contexto e ensino da produção de texto na educação brasileira: uma leitura em perspectiva dialógica*

Gabriella Cristina Vaz Camargo¹

A palavra é uma ponte que liga o eu ao outro
(Volóchinov, 2017, p. 205).

Considerações iniciais

No Brasil há Instituições de Ensino Superior (IES), públicas ou privadas, onde são realizados processos seletivos para melhor selecionar os candidatos que desejam ingressar em um curso superior. Cada IES faz a seleção de acordo com as normativas que lhes são possíveis; algumas têm infraestrutura suficiente para elaborarem seu próprio vestibular, outras aderem exclusivamente aos sistemas estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC), tais como o Sistema de Seleção Unificada (SISU), voltado para o ingresso em universidades públicas, e outros como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e

* <https://doi.org/10.51795/97865265184031333>

¹ Doutora em Linguística e Língua Portuguesa (2023) pela Faculdade de Ciências e Letras, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Araraquara (PPGLLP/UNESP-FCLAr). Professora Adjunta do Departamento de Letras (DELET) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). O trabalho apresentado aqui é resultado do projeto de pesquisa desenvolvido em Estágio Pós-doutoral pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Catalão (PPGEL/CAPES/UFCAT), com financiamento de pesquisa da CAPES pelo Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) - Pós-Doutorado Estratégico. Processo número: 88887.924448/2023-00. E-mail: gabriellavazcamargo@gmail.com

o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), destinados ao ingresso em universidades particulares. Para essas últimas opções, os candidatos precisam se inscrever no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e posteriormente, utilizarem a nota obtida para concorrer a uma vaga.

Todo esse procedimento de seleção influencia a educação básica, por isso, é possível afirmar que há uma cultura instituída nas escolas brasileiras, especialmente durante o Ensino Médio, que direciona os currículos de modo a se adequarem aos conteúdos programáticos desses processos seletivos (vestibulares ou ENEM²) e, com isso, tem recebido destaque a disciplina de “redação” ou “produção de texto”³, haja vista que é utilizada, em muitos casos, como uma das etapas avaliativas dos processos seletivos para IES.

Nessa perspectiva, nosso trabalho⁴ tem sido estudar como se estabelece essa disciplina nos currículos escolares, analisar o

² Importa destacar que algumas instituições privadas priorizam conteúdos de vestibulares que são aplicados pelas IES mais próximas, enquanto outras, dedicam-se somente ao ENEM, mas também há aquelas que preparam seus currículos de modo que atendam aos vestibulares e ao ENEM. Também é preciso ressaltar que há uma grave lacuna quando se considera o modo de “priorizar” conteúdos entre as escolas públicas e particulares no Brasil, pois, enquanto uma luta com inúmeras adversidades (falta de infraestrutura, de segurança, de material escolar, de professores etc.), a outra tem condições de oferecer aulas extraclasse, oficinas, monitorias etc. Ou seja, nossa opinião é de que os caminhos que os candidatos percorrem para se preparem para esses processos seletivos não são democráticos.

³ Denominamos assim “disciplina de redação ou produção de texto” porque a nomenclatura em algumas instituições escolares pode variar, porém, cabe mencionar que concordamos com Bunzen (2022) quando problematiza esses dois termos e entende que “redação” está relacionado a um ensino mais tecnicista com foco no produto final, e “produção de texto” considera o processo de elaboração e não apenas o resultado, sendo esse último, portanto, um termo mais alinhado a nossa compreensão de linguagem.

⁴ Referimo-nos ao projeto de pesquisa de pós-doutorado financiado com bolsa CAPES intitulado “*A Cartilha do Participante* (2019; 2020; 2022): um estudo discursivo sobre o sujeito-participante que escreve a redação do ENEM”, com supervisão da Profa. Dra. Grenissa Bonvino Stafuzza, em desenvolvimento pelo

sujeito-participante esperado pelas bancas avaliadoras e compreender quais os desafios e as perspectivas que fazem parte do trabalho do professor nesse contexto da sala de aula. Dessa maneira, para este capítulo, em específico, nosso recorte teve como objetivo fazer um levantamento bibliográfico para recuperar os caminhos que a disciplina redação ou produção textual percorreu e ainda tem percorrido no ambiente escolar brasileiro; para entender esse percurso na atualidade, focamos especialmente, na prova de redação do ENEM, pois é a que recebe o maior número de candidatos no país. Além disso, também buscamos problematizar o papel do professor no processo de escrita dos alunos, que, muitas vezes, não tem a oportunidade de se colocar como *interlocutor* (Geraldi [1984] 2011) desses textos.

A nossa leitura é guiada pela perspectiva bakhtiniana da linguagem (Bakhtin, 2015; 2016; Volóchinov, 2017) que considera a relação entre enunciados e sujeitos de forma dialógica, sendo essa relação constituída no interior das *esferas de atividade humana* e permeada pela *interação discursiva*. Essa compreensão de linguagem é que nos permite analisar junto com Soares (2002), Bunzen (2022), Gregolin (2007), Brito ([1984] 2011; 1997) e Geraldi ([1984] 2011; [1991] 2013; 2020) o contexto do ensino de produção textual na educação brasileira e junto com Geraldi ([1984] 2011) problematizar a relação do professor com o texto de seus alunos.

Apresentamos a seguir quatro seções: na primeira, demonstramos como se organiza a prova de redação do ENEM; na segunda é realizada uma breve contextualização do ensino e produção textual no Brasil; na terceira, discutimos a e a “indústria da redação do ENEM”⁵, buscando entender como a disciplina de produção textual ou redação tem sido conduzida e como se dá a relação professor-texto-aluno. Por fim, apresentamos algumas considerações finais que não se findam, já que, conforme a

Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, da UFCAT (PPGEL/ UFCAT/CAPES).

⁵ Este é um conceito proposto por nós que será explicado na última seção.

perspectiva bakhtiniana, o enunciado é um *elo na cadeia da comunicação discursiva* (Bakhtin, 2016).

1. A “prova de redação do ENEM” e algumas de suas implicações para o ensino na atualidade

O ENEM assumiu, nos últimos anos, extrema importância para a comunidade escolar brasileira, principalmente para os colégios que ofertam Ensino Médio e para cursinhos pré-vestibular, sejam essas instituições públicas ou particulares. Com uma bem-sucedida prova, por meio de uma média final alta, os candidatos podem conquistar vagas em diferentes processos seletivos destinados ao ingresso em uma IES.

Essa avaliação sofreu algumas alterações desde sua criação em 1998; a primeira que destacamos foi em 2009 que passou a organizar a prova em cinco áreas: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias e, por fim, Redação. Já a segunda alteração foi em 2017 quando a aplicação do ENEM passou a acontecer em dois domingos consecutivos, sendo a redação aplicada no primeiro dia.

Desde sua criação, em 1998, a prova de redação do ENEM consiste em uma avaliação discursiva, em que o candidato deve elaborar um texto dissertativo-argumentativo a partir de um tema estabelecido pela banca⁶. A avaliação da redação é realizada por meio de cinco Competências que têm objetivos de análise diferentes. De maneira geral e de acordo com as informações do próprio Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)⁷, a Competência 1

⁶ Desde a edição do ENEM 2023, a instituição responsável por organizar, treinar os corretores, corrigir as redações e aplicar a prova é a CEBRASPE (Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos).

⁷ Essas informações são de livre acesso e podem ser consultadas no site do INEP. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enem/enem-2023-cartilha-da-redacao-esta-disponivel>. Acesso em: 10 dez. 2024.

avalia o domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa; a Competência 2 examina a compreensão da proposta de redação, a aplicação de conceitos de diferentes áreas do conhecimento e a estrutura dissertativa-argumentativa; a Competência 3 analisa o modo como são selecionadas, relacionadas, organizadas e interpretadas as informações e os argumentos para a defesa do ponto de vista; a Competência 4 se ocupa em avaliar os mecanismos linguísticos que o candidato mobiliza em seu texto, promovendo a coesão textual e, por último, a Competência 5 examina a elaboração de uma proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Desse modo, como podemos observar, cada Competência é responsável por avaliar um aspecto diferente da produção textual do estudante⁸.

A partir da perspectiva bakhtiniana, a qual tomamos como fio condutor de nossa leitura, consideramos a prova de redação aplicada pelo ENEM pertencente à *esfera de atividade* (Bakhtin, 2016) escolar e objeto de estudo da esfera científica – pois a entendemos como uma prática social de produção de texto capaz de veicular, promover e responder discursos. No entanto, apesar de ser uma prova em que o participante deve se expressar por meio da modalidade escrita – e não somente com questões de múltipla escolha – e ter a seu dispor 30 linhas para apresentar sua

⁸ Uma observação importante é que ao consultarmos os microdados do ENEM 2023 é possível extrair algumas informações, tais como o número de redações corrigidas (2.704.814), de redações zeradas (117.829) e de redações que atingiram a nota máxima (60). Dentre as redações zeradas, destacamos as consideradas “em branco”, ou seja, aquelas em que não foram elaboradas nenhum texto, que correspondem a um total expressivo de 55.403 redações. Ademais, ao conferirmos a média da nota da prova de redação por regiões do Brasil, há o seguinte resultado: a região Norte teve média 611,18; a região Nordeste obteve a média 640,57; a região Sudeste atingiu a média 660,71; a região Sul alcançou média 641,43 e a região Centro-Oeste teve média 644,71. A partir de uma média aritmética simples (somando todas essas notas e dividindo pelo número de regiões), pode-se afirmar que a média geral do Brasil na prova de redação do ENEM 2023 é de: 639,72 pontos. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enem/microdados-e-sinopse-estatistica-do-enem-2023-disponiveis>. Acesso em: 10 dez. 2024.

opinião a respeito de um tema social dado pela banca avaliadora, essa produção escrita é controlada por regras rígidas que limitam o processo de reflexão das ideias e argumentos desses sujeitos, fazendo com que o estudante também limite seu *projeto de dizer* (Bakhtin, 2016). Isso faz com que ele tenha que “adequar” sua escrita a um modelo já estabelecido: o dissertativo-argumentativo.

Além disso, diante da alta competitividade para se conseguir uma vaga em cursos concorridos em diversas universidades brasileiras e permeado pelo discurso neoliberal⁹ que incentiva o produtivismo e a meritocracia, muitas vezes, o professor dessa disciplina no Ensino Médio é o único interlocutor possível das produções textuais realizadas pelos estudantes em sala de aula, é quem faz a recepção desses textos, que diante do curto prazo para ler, em muitos casos, só consegue “corrigir” erros e “apontar” possíveis melhorias.

Nessa perspectiva, entendemos que é importante compreender e estudar essas questões relacionadas à prova de redação do ENEM e refletir sobre a interlocução entre professor-texto-aluno. Para isso, defendemos, com base na perspectiva bakhtiniana da linguagem, a necessidade de se estabelecer uma *ponte* (Volóchinov, 2017), nos termos da epígrafe tomada no início deste texto, entre a universidade e a escola por meio da difusão do conhecimento entre os graduandos dos cursos de Letras, a ampliação da formação continuada dos professores da educação básica e a orientação e capacitação dos estudantes do Ensino Médio.

Assim, entendemos a redação do ENEM como uma prática social de produção de texto realizada pelos sujeitos-participantes e recepcionada pelo professor – aqueles que utilizam a

⁹ Por questões de espaço, não temos como objetivo neste trabalho analisar o discurso neoliberal que permeia o sistema de seleção para vestibulares e ENEM, mas sugerimos a leitura de Geraldi (2020) que faz críticas em relação às provas e seleções existentes no país, pois o autor, além de ressaltar a lógica neoliberal em que a educação brasileira tem se inserido nas últimas décadas, também destaca a meritocracia como base constituidora desse tipo de seleção.

linguagem – de modo que não é possível dissociá-la da relação intrínseca que estabelece com a vida, com o cotidiano, no interior das relações entre os sujeitos, com a cultura e o momento histórico, sendo, portanto, um *enunciado* (Bakhtin, 2016; Volóchinov, 2017) que estabelece *elos* (Bakhtin, 2016) com outros enunciados de forma dialógica.

2. Breve contextualização sobre o ensino de produção textual na educação básica brasileira

A disciplina hoje estabelecida em muitos currículos escolares e de destaque nos vestibulares, no ENEM e em diferentes processos seletivos, denominada “redação” ou “produção de texto”, tem seu histórico muito atrelado ao da disciplina de língua portuguesa. Por isso, não se pode compreender sua constituição sem considerar também como foi o percurso do ensino de língua materna no Brasil.

Até o século XIX, o estudo de disciplinas clássicas (como Retórica e Latim) era uma prioridade, por isso, o ensino de língua portuguesa¹⁰, enquanto uma disciplina escolar, só se tornou realidade no fim desse século e mesmo quando instituída essa disciplina, o ensino de escrita, apesar de existir, não era muito enfatizado ou incentivado, pois o foco era o ensino de gramática e leitura com intensa influência da Retórica e da Poética Clássica (Soares, 2002).

Bunzen (2022, p. 242) explica que era nomeado de “composição” os textos escritos pelos alunos e que essa era uma atividade destinada aos estudantes do “ensino secundário”. No entanto, a escrita precisava partir de “textos-modelo”, ou seja, o professor apresentava figuras ou títulos prontos para que os

¹⁰ Bunzen (2022, p. 242) faz uma observação importante que vale a pena retomarmos aqui. O autor considera “recente” o ensino de língua portuguesa como uma disciplina curricular escolar, já que no século XIX prevalecia o estudo de disciplinas clássicas, tais como latim, retórica e poética; disciplinas essas que influenciaram posteriormente o ensino de língua e literatura no Brasil.

alunos elaborassem seus textos; Bunzen (2022) também ressalta que, muitas vezes, os alunos “imitavam” trechos de obras literárias nacionais, consideradas bem-escritas. Desse modo, a prática de escrita focalizava em um produto final, em que se entendia que, se os estudantes fossem expostos à “boa linguagem”, poderiam reproduzi-la, enfatizando uma perspectiva de “língua homogênea, a-histórica e, conseqüentemente, não problemática” (Bunzen, 2022, p. 243).

De acordo com Soares (2002), a partir da década de 1950, a disciplina de língua portuguesa passou por mudanças significativas porque foi ampliado o número de alunos matriculados nas escolas brasileiras, trazendo para a sala de aula estudantes de diferentes classes sociais e econômicas. No entanto, Gregolin (2007) ressalta que foi na década de 60 – momento de crises política, social e teórica no Brasil – que a discussão acerca da heterogeneidade linguística chegou, de fato, na escola. Isso aconteceu porque durante a Ditadura Militar, ao ser ampliada a rede escolar pública, conseqüentemente, chegaram à escola outras classes sociais e com elas, as variedades linguísticas.

O termo “composição” estava muito relacionado aos estudos de estética e retórica e que foi, aos poucos, sofrendo alterações para o termo “redação”. Esse novo termo estaria de acordo com o contexto técnico, industrial e militar que o Brasil enfrentava, em que se compreendia a língua como um código (Bunzen, 2022). Acerca disso, Gregolin (2007) contribui afirmando que a disciplina de língua portuguesa se torna “comunicação e expressão” durante o período da Ditadura Militar e ganha espaços nos currículos escolares. Essa disciplina tinha como um de seus pressupostos teóricos o *esquema da comunicação* de Roman Jakobson, em que as concepções de “emissor”, “receptor” e “mensagem” se mesclavam às concepções da gramática normativa, tornando cada vez mais tecnicista o ensino.

Para Bunzen (2022, p. 247), foi justamente essa concepção linguística (a língua como um código) que orientou na década de 1970 “o principal movimento responsável pela consolidação do

ensino de redação no EM'': o Decreto Federal Nº 79.298, de 24 de fevereiro de 1977, que tornava obrigatório em concursos vestibulares uma prova de redação em língua portuguesa.

A mídia da época proferia inúmeras críticas ao nível de domínio da escrita dos estudantes que ingressavam no ensino superior e atribuía à estrutura do vestibular (com questões de múltipla escolha e sem prova da redação) a responsabilidade por esse fracasso. Assim, ao inserir a prova de redação nos exames vestibulares, esperava-se que a escola se adaptasse ao que era considerado pré-requisito para o ingresso ao ensino superior, ou seja, as disciplinas e o conteúdo que visassem desenvolver as habilidades de escrita dos alunos (Soares, 2002).

Dessa maneira, percebe-se que o início do trabalho com a escrita na educação básica, no Brasil, ocorreu em função da inclusão da redação no vestibular, nos anos 1970, conforme apontam os estudos de Soares (2002) e Bunzen (2022). Contudo, inúmeros pontos não foram levados em consideração naquele momento, uma vez que se esperava que as mudanças nesse tipo de prova resolvessem os problemas de escrita dos estudantes. Dentre esses pontos, Soares (2002) ressalta os diferentes fatores sociais e econômicos que a escola esteve exposta após a democratização da educação, que beneficiava os estudantes economicamente mais favorecidos, justamente por disporem de mais oportunidades de estudo para dominarem a *língua* (conforme aquilo que era esperado pela escola).

Os anos 1980 – período de redemocratização no Brasil – foi importante para o desenvolvimento das ciências da linguagem (Linguística Textual, Sociolinguística, Análise do Discurso, Linguística Aplicada, por exemplo) e que isso só foi possível devido à abertura política, pois os pesquisadores começaram a refletir e debater sobre o ensino de língua portuguesa na educação básica e a influenciar na maneira como esse ensino deveria acontecer (Soares, 2002).

Para Gregolin (2007), a Sociolinguística contribuiu muito, no início dos anos 80, com a transformação na concepção que era

atribuída à língua na escola, pois colocou em debate as relações entre língua, história e sociedade, trazendo também à tona as variedades linguísticas. Ainda conforme a autora, no final dos anos 80 chegaram as contribuições da Linguística Textual à escola, promovendo a discussão de que a língua existe e se expressa por meio dos textos que circulam na sociedade (Gregolin, 2007). Para a autora, esse é um momento em que a prática de leitura e a produção de textos são fortalecidas no ambiente escolar.

Gregolin (2007) ressalta que a redemocratização política no Brasil, nos anos 80, permitiu que fosse instalada uma “crise” nas concepções teóricas e metodológicas do ensino de língua portuguesa. No entanto, para a autora, trata-se de uma crise acompanhada de muitos benefícios, pois possibilitava que fossem discutidas as teorias linguísticas. Geraldi (2020, p. 226) menciona que nessa mesma época havia uma “sede” entre os estudiosos da educação em buscarem caminhos que os permitissem pensar novas formas de ensinar. Isso mostra que a década de 80 foi um período de importantes mudanças para o ensino de língua portuguesa e, conseqüentemente, para o de escrita.

Desse modo, com a produção textual sendo cobrada pelos vestibulares, com a “crise” (Gregolin, 2007) instaurada e com a “sede” (Geraldi, 2020) por novos caminhos, a redação foi “cristalizada” (Bunzen, 2022, p. 247) como um objeto de ensino na educação básica; e a partir de então, entre os anos 70 e 80, muitas pesquisas foram elaboradas no âmbito acadêmico a fim de mapear e diagnosticar a produção de textos dos estudantes que finalizavam o EM e se candidatavam a vagas em universidades.

Já na década de 90, Gregolin (2007) ressalta que outras teorias linguísticas começaram a chegar no Brasil e com isso, novas ideias e compreensões acerca da linguagem e sua relevância social também foram influenciando o ensino de língua portuguesa. A autora menciona a Linguística da Enunciação, a Análise do

Discurso e as ideias de Mikhail Bakhtin¹¹ como importantes para que fosse adotada uma perspectiva discursiva no ensino. As noções de “gênero do discurso”, “condições de produção do discurso”, “linguagem como sociointeração” e “arena de lutas ideológicas” contribuíram para se pensar na produção de sentidos e nos interlocutores situados na história e na sociedade. Gregolin (2007) ainda destaca que são essas concepções discursivas e sociointeracionistas que constituem a base teórica e fundamentadora dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN). Em suas palavras:

Vemos, então, nessa rápida síntese, que as concepções de língua que embasaram o ensino, a partir dos anos 60 (com os conflitos entre gramática normativa e teoria linguística), acompanharam a história – tanto a história política de nosso país, quanto a história da própria teoria, com seus avanços e transformações. Assim, de um primeiro momento de ênfase na **comunicação** durante a ditadura militar, com a abertura política passamos à **sociolinguística**, à textualidade e à discursividade (Gregolin, 2007, p. 69-70, grifos da autora).

Logo, é possível depreender que as transformações que ocorreram no ensino de língua, devido às correntes linguísticas que chegavam no Brasil, também promoveram mudanças no ensino de escrita, seja no modo de se compreender a produção de textos dos estudantes, seja no modo de ensinar. Após essa década, nos anos 1990 e 2000, surgiram outros debates importantes relacionados ao ensino de língua materna que fundamentaram, inclusive, documentos oficiais, tal como já mencionamos, o PCN e, posteriormente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

¹¹ Nessa época, algumas traduções de obras de Bakhtin e o Círculo já haviam chegado ao Brasil, porém, a partir de traduções do francês.

3. O papel do professor e a “Indústria da redação do ENEM”

Com o espaço que a produção escrita, nomeada então “redação”, foi recebendo no contexto escolar – devido a sua inserção no vestibular nos anos 70 – iniciaram-se estudos que problematizavam essa prática, questionando se não seria apenas um exercício no qual os “erros” eram apontados e corrigidos pelo professor e se ressaltava apenas o produto final, sem possibilidade de interlocução (Bunzen, 2022).

Alguns trabalhos nos anos 80, clássicos, como de Pécora ([1983] 2011) e Geraldini ([1984] 2011), já indicavam que havia uma falha no modo como eram propostas essas atividades de escrita em sala de aula, pois a redação era transformada em uma atividade meramente escolar, sem contexto de produção, com a adoção e aplicação de técnicas e padrões linguísticos que não permitiam que se sobressaísse a autoria dos alunos.

Para Geraldini ([1984] 2011, p. 128), ocorre uma problemática quando o “texto” se transforma em “redação” na escola, pois nesse processo há uma descaracterização do aluno como sujeito, principalmente, em relação ao uso da linguagem, porque nas situações de produção de texto, a escola não reconhece que há um sujeito que “diz”, mas um aluno que “devolve” ao professor a palavra que aprendeu na escola. Desse modo, o estudioso defende que não há um autor que escreve para um interlocutor, mas sim um aluno que escreve para um professor – aquele que avaliará/atribuirá nota ao texto escrito – assim, o texto não é considerado um objeto de interação. Em termos bakhtinianos, podemos afirmar que não há *diálogo*.

Nos anos 90 e 2000 surgiram novos estudos que problematizavam a função atribuída ao vestibular de “selecionar” os melhores candidatos e, conseqüentemente, aqueles que tinham a melhor escrita, tais como os estudos de Brito (1997). Para o autor, o vestibular não só fazia essa seleção, como também exercia influência nos programas e conteúdos da escola regular, fazendo com que a finalidade da escola fosse de preparar para o

vestibular. Obviamente, assim como critica Brito (1997), essa “preparação” não era (e ainda podemos afirmar que não é) democrática, uma vez que as escolas privadas e aqueles cidadãos que dispõem de recursos financeiros para investirem em sua educação têm muito mais chances de melhor se prepararem para as provas de vestibulares, processos seletivos e ENEM.

Desse modo, o foco nessas instituições de ensino – principalmente, as particulares – muitas vezes gira em torno da busca pela aprovação, potencializando, assim, seus currículos escolares de modo a contemplar os conteúdos exigidos pelas provas. Nesse percurso, aquele estudante que se adapta melhor e consegue absorver mais conteúdo e informação é o que tem maior possibilidade de ser aprovado, o que reforça o discurso de meritocracia¹², ou seja, quem se dedica e se esforça mais é quem merece mais. Tal discurso não considera os abismos sociais, as faltas de oportunidades e investimentos governamentais e os diferentes tipos de desigualdades que existem na educação básica brasileira.

Brito (1997, p. 205), ainda nos anos 90, afirmava que “com o aumento da relação candidato/vaga, o vestibular mudou de caráter e, ao invés de ser um instrumento de seleção, transformou-se cada vez mais em um instrumento de descartar candidatos”. Fica evidente que a concorrência imposta pelos processos seletivos não só “descarta candidatos” como também “descarta” conteúdos que não são considerados pelas bancas avaliadoras como relevantes e talvez por isso não são cobrados como conteúdos de prova. Essa atitude, em muitos casos, priva os estudantes de terem acesso a diferentes assuntos e transforma o conteúdo programático do vestibular (e hoje podemos também mencionar do ENEM) em fio condutor dos currículos escolares.

Em suas palavras, Brito (1997) destaca que:

¹² Acerca disso, cabe mencionar Geraldi (2020, p. 227): “Toda polícia neoliberal em educação está fundada no conceito de mérito e para aquilatar mérito, há necessidade de fazer exames nacionais, regionais, municipais”.

Tais mudanças criaram um grande vazio pedagógico que alimentou o crescimento de uma **indústria de vestibular**, bem caracterizada na figura dos cursinhos pré-vestibulares, que se expandiram de forma extraordinária a partir do final dos anos setenta, vindo a se constituir em um modelo de ensino que inclui aulas-show expositivas e apostilas em que a informação se oferece de modo esquemático e pronta, sem autoria e como verdade absoluta. Este modelo [...] contaminou progressivamente toda a estrutura de ensino. [...]. Assim, tanto as escolas como editores e autores de livro didático se reorganizaram de modo a garantir seu espaço de sobrevivência em um mercado cada vez mais agressivo (Brito, 1997, p. 205, grifos nossos).

Percebemos, com o autor, que toda a estrutura e organização criada em torno do vestibular nos anos 70, 80 e 90 ainda persiste. Com isso, observamos na atualidade o crescimento de modo geral no Brasil de uma “indústria da redação do ENEM”¹³ sendo constituída e incentivada pelas instituições de ensino, sejam básicas, superiores, públicas e privadas. O método que Brito (1997) menciona de uso de apostilas também se mantém, agora com conteúdos não só cobrados pelos vestibulares, como também pelo ENEM. Além disso, existe hoje um destaque para os simulados e provões realizados em inúmeras escolas e cursinhos – especialmente privados – que objetivam fazer um “teste” de conhecimentos entre seus alunos, justamente para saber quais são aqueles que têm se destacado mais e “merecido” mais.

Brito (1997) destaca que esse método de ensino por meio de apostilas “contaminou” a estrutura de ensino no Brasil. Isso impulsionou um mercado editorial, o que envolve tanto o trabalho de divulgação das editoras, quanto o trabalho de criação dos autores de livros didáticos, que se mantém reproduzindo e vendendo conteúdos: a apostila que melhor resume e esquematiza matérias é a melhor para se estudar, logo, para se comprar.

¹³ Propomos este termo a partir de “indústria de vestibular”, proposto por Brito (1997).

A crítica central de Brito (1997), com a qual concordamos, é que a “indústria de vestibular” prepara para o vestibular e não para a universidade. Nessa mesma linha de raciocínio, podemos relacionar esse pensamento com a crítica de Geraldi ([1984] 2011) de que a produção textual na escola é constituída pelo *aluno* que escreve para o *professor* e não de um *autor* que escreve para um *leitor*. Ao nosso ver, a situação em torno da “indústria da redação do ENEM” não se distancia desse percurso trilhado pela “indústria de vestibular”, ou seja, prioriza-se uma preparação de *candidatos* – onde se descartam aqueles que não atenderam às expectativas da banca – não uma preparação de *cidadãos*.

Podemos afirmar, portanto, que a “indústria da redação do ENEM” é um conjunto de elementos (apostilas, aulas-show, simulados e provões, vídeoaulas, plataformas on-line, modelos prontos de redação, repertórios socioculturais coringas etc.) que padroniza e mercantiliza a produção textual dos estudantes do ensino médio, colocando como único objetivo central a obtenção de uma nota alta no Exame, desvalorizando, assim, as potencialidades de linguagem e a relação com o professor *interlocutor* que esse tipo de atividade pode(ria) oferecer.

Essa concepção já difundida e muitas vezes replicada no contexto escolar pelos professores¹⁴ massifica o conhecimento e o coloca em um lugar não dialógico. Conforme já explicado no início deste texto, nosso objeto central é a prova de redação do ENEM, a qual, como pudemos observar, descende de uma trajetória em que se ressalta o discurso de meritocracia já constituído no Brasil e de um percurso em que a formação de *candidatos* é priorizada, não de

¹⁴ É importante ressaltar que não é nosso objetivo julgar o trabalho do professor em sala de sala, principalmente, porque sabemos os desafios dessa profissão no Brasil. O que acontece é que, em muitos casos, o professor não dispõe de tempo – por inúmeras razões: salas lotadas, conteúdos atrasados, correções de provas e simulados, calendário escolar, reuniões com a direção e famílias dos alunos etc. – para planejar o melhor método de ensino para suas aulas ou de espaço – seja físico ou não – para apresentar e executar ideias e novas propostas que poderiam contribuir para sua prática de docente.

cidadãos. Desse modo, resta-nos pensar: como pode o professor de produção textual no Ensino Médio trabalhar de modo a não cultivar esse cenário não-dialógico?

Entendemos que, apesar do histórico que essa disciplina percorreu, de persistência e necessárias atualizações, ainda se observa um distanciamento entre as habilidades de escrita dos estudantes e o que é esperado pelas bancas de vestibulares, em especial, a do ENEM, em que se tem como expectativa a elaboração de textos inteligíveis, coerentes, coesos e bem estruturados. Além do problema relacionado às dificuldades de desenvolvimento das habilidades de escrita dos alunos, também é preciso destacar as dificuldades que os professores e estudantes de Letras têm para compreenderem como as provas de vestibulares e do ENEM avaliam os candidatos, o que amplia os obstáculos para auxiliar na aprovação desses alunos.

De modo a tentar compreender como pode o professor de produção textual no Ensino Médio trabalhar para não replicar um cenário não-dialógico em suas aulas, é preciso retomar uma proposta feita por Geraldi ([1991] 2013) em *Portos de passagem*. Segundo o autor, os textos deveriam ser o ponto de partida para o ensino de língua materna (e aqui acrescentamos: e para o ensino de produção textual também), ou seja, o texto precisa ser central nas aulas, por meio da leitura, da reflexão, da escrita e reescrita. Essa perspectiva permite que o texto seja a *ponte* (Volóchinov, 2017) entre o aluno e o professor, entre o aluno e o mundo que o cerca.

Em muitos momentos na sala de aula, uma das raras ocasiões que o professor tem para incentivar seus alunos a escreverem é quando menciona a prova de redação do ENEM, como oportunidade de ingresso ao Ensino Superior. Por isso, é preciso aproveitar essa oportunidade e contribuir para a formação social desse estudante, permitindo-lhe acesso a diferentes conteúdos (repertórios socioculturais, recursos linguísticos e argumentos, por exemplo), os quais não teria fora da escola. Além disso, é preciso reconhecê-lo como autor de seu próprio texto, entendendo sua escrita como *processo* e não como *produto* (Geraldi, [1984] 2011)

ao qual se atribui uma nota. É preciso que o professor olhe para o texto do aluno como um *projeto de dizer* (Bakhtin, 2016) e se torne seu *interlocutor* (Geraldi, [1984] 2011); isso é uma maneira de ir na contramão do produtivismo e do discurso neoliberal que só valoriza a meritocracia e a “indústria da redação do ENEM”.

Dessa maneira, é preciso que, por meio do trabalho com o texto, seja a leitura sugerida pelo professor, seja o texto escrito pelo aluno, se estabeleça uma relação dialógica entre os sujeitos e enunciados que participam da interação. Para refletir sobre essa questão, pautamo-nos nas palavras de Bakhtin (2015, p. 45, grifos nossos):

Ora, todo discurso concreto (enunciado) encontra o objeto para o qual se volta sempre, por assim dizer, **já difamado, contestado, avaliado, envolvido ou por uma fumaça que o obscurece ou, ao contrário, pela luz de discursos alheios já externados a seu respeito**. Ele está envolvido e penetrado por **opiniões comuns, pontos de vista, avaliações alheias, acentos**. O discurso voltado para o seu objeto entra nesse meio dialogicamente agitado e tenso de discursos, avaliações e acentos alheios, entrelaça-se em suas complexas relações mútuas, funde-se com uns, afasta-se de outros, cruza-se com terceiros; e tudo isso pode formar com fundamento o discurso, ajustar-se em todas as suas camadas semânticas, tornar complexa sua expressão, influenciar toda a sua feição estilística.

Nesses termos, entendemos como incontestável a relevância que o diálogo entre professor e aluno tem na interação discursiva, pois “opiniões comuns, pontos de vista, avaliações alheias, acentos” são elementos constituintes do enunciado, logo, do texto advindo das aulas de produção textual. Isso significa que por meio do contato com a leitura, o texto e a troca dialógica entre professor e aluno é possível transformar a experiência de escrita do estudante, capacitando-o não apenas para uma prova de redação do ENEM ou vestibular, mas dando-lhe subsídios para se constituir como sujeito no mundo que vive, preparando-lhe para compreender a vida por meio da linguagem.

No entanto, a “indústria da redação do ENEM” torna a redação um produto não-dialógico, sem historicidade, sem contexto. O incentivo à aprovação massifica a produção intelectual dos alunos, apaga seus *projetos de dizer* (Bakhtin, 2016) e “molda” seus textos a um tipo único; a presença do professor e sua relação dialógica com seus alunos não é priorizada ou mesmo incentivada, pois o foco central recai sob a nota final.

Logo, um caminho possível para responder a pergunta que propomos acima (como pode o professor de produção textual no Ensino Médio trabalhar de modo a não cultivar esse cenário não-dialógico?) é, antes de qualquer coisa, oportunizar ao professor uma formação acadêmica que lhe permita estudar as diferentes concepções de linguagem, pois são elas, justamente, que guiará seu trabalho.

No entanto, em uma perspectiva bakhtiniana, um caminho seguro para o professor seguir é entender o texto como *o ponto de partida* (Geraldi, [1984] 2011) de suas aulas e compreender a produção textual de seu aluno como um *enunciado* (Bakhtin, 2016; Volóchinov, 2017), pois com essa relação dialógica estabelecida o texto se constitui e se reconstituirá quantas vezes forem necessárias.

Por fim, retomamos Brito ([1984] 2011) que propõe uma reflexão sobre os movimentos que a inserção da redação nos vestibulares trouxe à tona: os profícuos debates que isso tem suscitado, dando enfoque ao tratamento dado à produção de texto no ambiente escolar. Para o autor, o linguista tem o papel de olhar com cuidado para as questões que envolvem a produção de textos no ambiente escolar e procurar estratégias e soluções que possam contribuir para um melhor trabalho e uma melhor relação com a língua entre professor e aluno. Assim, entendemos que é preciso oportunizar debates, discussões e caminhos para auxiliar o professor a preparar melhor seu aluno para essa seleção e para suas práticas sociais de produção de texto, por conseguinte, contribuir para seu ingresso no ensino superior público e para sua formação como cidadão.

Algumas reflexões finais

É importante que, como professores, seja de qualquer nível educacional, mas em especial, de produção textual na educação básica, tenhamos como guia uma concepção de linguagem que fundamente nosso trabalho. Isso é essencial para que possamos conduzir nossos alunos para uma compreensão da linguagem mais completa, sem preconceitos e que realmente os auxiliem a se comunicarem e compreenderem melhor o mundo que vivem.

Geraldi ([1984] 2011) afirma que é necessária uma mudança no ensino, pois se a expectativa é de que as produções textuais na escola sejam muito mais do que “redações” (textos elaborados para cumprirem uma “tarefa” que foi solicitada pelo professor), ou seja, que de fato preparem o aluno para as inúmeras e diversas situações comunicativas que enfrentará no futuro, é preciso que o professor seja um interlocutor – concordando, discordando, questionando, acrescentando, perguntando, reescrevendo junto – dos textos que seus alunos escrevem e não apenas avaliador/corretor.

Entretanto, para que isso aconteça, principalmente, na escola pública, em que há inúmeros outros desafios, é preciso que o professor encontre apoio na universidade, concebida como lugar de debates e reflexões profícuas para a prática docente. É necessário que seja estabelecida uma *ponte* (Volóchinov, 2017) entre a escola e universidade em prol de uma educação significativa.

Em relação à redação que o professor ensinará o aluno a escrever para a prova do ENEM é preciso pensar esse momento de ensino-aprendizagem como uma oportunidade para contribuir para a formação deste estudante, aproveitando as temáticas sociais para promover debates e reflexões, além de poder incentivar os alunos a ampliarem suas leituras e conhecimento de mundo. Desse modo, apesar das dificuldades e desafios que a educação de língua materna e, em especial, de produção de texto enfrenta no Brasil, é possível promover uma preparação para a

prova de redação do ENEM que seja significativa para o aluno e que ele possa usar os ensinamentos adquiridos em outros momentos futuros em sua vida (entrevista de emprego, processos seletivos, situações de comunicação diversas etc.).

Por último, cabe-nos ressaltar o papel fundamental e desafiador que os professores de produção textual desempenham em sala de aula, em especial, na educação básica pública. Em razão disso, deve-ser investir na formação desse professor, pois é ele quem prepara o aluno para a prova de redação do ENEM e, conseqüentemente, o auxilia a ingressar no ensino superior, dando continuidade ao fazer acadêmico e científico do país e à promoção da cidadania.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. O discurso no Romance. In: BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance I: A estilística**. Tradução, prefácio, notas e glossário de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015, p. 19-242.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016, p. 11-110.
- BRITO, Luiz Percival Lemes. **A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical**. Campinas: Mercado de Letras, 1997.
- BRITO, Luiz Percival Lemes. Em terra de surdos-mudos: (um estudo sobre as condições de produção de textos escolares). In: GERALDI, João Wanderley. (org.). (1984) **O texto na sala de aula: leitura & produção**. 5. ed. São Paulo: ÁTICA, 2011, p. 117-126.
- BUNZEN, Clécio. Da era da composição à era dos gêneros: o ensino da produção textual escrita no ensino médio. In: BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (org.). **Português no ensino médio e formação do professor**. 2 ed. São Paulo: Parábola, 2022, p. 239-264.

GERALDI, João Wanderley. (1984) Escrita, uso da escrita e avaliação. In: GERALDI, João Wanderley. (org.). **O texto na sala de aula: leitura & produção**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011, p. 127-132.

GERALDI, João Wanderley. Com a palavra: João Wanderley Geraldi. In: SOUZA, Sweder; RUTIQUEWISKI, Andréia (org.). **Ensino de língua portuguesa e Base Nacional Comum Curricular: propostas e desafios (BNCC – ensino fundamental II)**. Campinas: Mercado de Letras, 2020, p. 225-232.

GERALDI, João Wanderley. (1991) **Portos de Passagem**. 5. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

GREGOLIN, Maria do Rosário. O que quer, o que pode esta língua? Teorias lingüísticas, ensino de língua e relevância social. In: CORREIA, Djane Antonucci. **A relevância social da Linguística**. São Paulo: Parábola, 2007, p. 52-77.

PÉCORA, Alcir. (1983). **Problemas de redação**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

SOARES, Magda. Português na escola: História de uma disciplina curricular. In: BAGNO, Marcos. (Org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002, p. 155-177.

VOLÓCHINOV, Valetin. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

SLAM BR 2014: Análise dialógica de um enunciado do poeta campeão*¹

Simony Alves de Oliveira²

Introdução

Este texto resulta de reflexões apresentadas no *I Seminário Internacional de Poetry Slam – a poesia falada hoje*, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em outubro de 2024. Trata-se de um recorte da pesquisa que tem sido realizada, a nível de doutorado, que se debruça sobre o *Poetry Slam*, também chamado apenas de *slam*, que diz respeito às batalhas de poesia falada. Estas surgem em um *pub* chamado *Green Mill Jazz Club* localizado em Chicago, Illinois, Estados Unidos, na década de 1980, especificamente em 1986, segundo Estrela D’Alva (2011, p. 120).

Naquela época, um dos frequentadores do estabelecimento, Marc Kelly Smith, diante do desinteresse do público pelas

* <https://doi.org/10.51795/97865265184033560>

¹ Este capítulo é um recorte da pesquisa “10 ANOS DE SLAM BR: análise dialógica das vozes proclamadas em enunciados de Poetry Slam” que vem sendo desenvolvida, sob orientação da professora Dra. Renata Coelho Marchezan no curso de doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa (PPGLLP) da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr/UNESP). A pesquisa é realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Processo: 88887.830740/2023-00 (CAPES/PROEX).

² Doutoranda em Linguística e Língua Portuguesa pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr/UNESP). Contato: simony.oliveira@unesp.br; <https://orcid.org/0000-0002-3047-0201>.

chamadas “noites de poesia” que aconteciam no local, propõe que, o que antes era apenas uma leitura de poemas, se torne uma competição com regras específicas: poetas que declamem performaticamente poemas autorais, em no máximo três minutos, sem adereços e sem acompanhamentos musicais, jurados que atribuam notas de 0 a 10 às performances – a menor e a maior nota são desconsideradas e faz-se a média com as outras três restantes –, um *slammaster* que exerça a função de anfitrião da competição e um público presente na competição. Em média, as batalhas contam com 3 rodadas e 5 jurados e apenas um poeta é o campeão.

As batalhas de poesia chegam ao Brasil em 2008 através de Roberta Estrela D’Alva, que viaja aos Estados Unidos a fim de pesquisar sobre *Spoken Word* e *Poetry Slam*. A pesquisadora é membro-fundadora de um grupo de teatro *hip-hop* chamado Núcleo Bartolomeu de Depoimentos e se apresenta como atriz-MC (função exercida por quem faz parte desse grupo). Junto ao Núcleo Bartolomeu, Estrela D’Alva funda a primeira comunidade de *slam* do país, ou seja, o primeiro grupo que organiza e realiza mensalmente batalhas de *Poetry Slam* no Brasil, denominada ZAP! *Slam*, que estreia em dezembro de 2008. Segundo Alcalde (2022), o grupo convida pessoas do contexto teatral e da cultura *hip-hop*, o que se justifica dada a aproximação do Núcleo Bartolomeu com essas frentes de atuação.

Em 2012, é criada a segunda comunidade de *slam* do país, o *Slam* da Guilhermina, que, diferente do ZAP! *Slam*, que acontecia em um ambiente fechado, bem como no *pub* onde a modalidade surgiu, se realiza na rua, em uma praça na saída do metrô Guilhermina-Esperança, na Zona Leste da cidade de São Paulo. A partir do *Slam* da Guilhermina, a realização das batalhas nas ruas se torna uma característica do *Poetry Slam* no Brasil.

Em 2014, um dos frequentadores do *Slam* da Guilhermina, Adelson Chaves, após as reuniões chamadas “Quintas Resistência” na praça Roosevelt, centro de São Paulo, que tiveram início durante as manifestações em 2013 (conhecidas como

manifestações dos 20 centavos)³, funda o *Slam Resistência*, a primeira comunidade de *slam* a gravar as poesias durante as batalhas e a postar em redes sociais em março de 2015. Em cerca de um ano, a página do *Slam Resistência* no *Facebook* tinha 500 mil inscritos e vídeos com mais de oito milhões de visualizações.

Desde então, as gravações das batalhas, especialmente de excertos delas em que aparecem apenas a convocação do poeta, a declamação e as notas, são comuns no país e ajudam a popularizar ainda mais as batalhas de poesia falada. Tornou-se comum as comunidades, após as batalhas mensais, organizarem uma final anual que eleja o campeão da comunidade em cada ano. Essa prática teve início com o ZAP! *Slam* em 2009 e se mantém até hoje. Em 2014, tem início o SLAM BR – Campeonato Brasileiro de Poesia Falada, que reúne os poetas campeões das competições estaduais que, por sua vez, reúne os campeões anuais das comunidades de *Poetry Slam*. As gravações chegam ao SLAM BR ainda em 2014, apesar de o ano de 2015 não ter sido gravado.

A pesquisa da qual este texto faz parte dá continuidade a uma outra⁴, desenvolvida no mestrado, sob orientação da professora doutora Renata Coelho Marchezan, no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr/UNESP). Agora, no doutorado, o nosso objetivo é analisar, novamente sustentadas no quadro teórico-metodológico da Análise dialógica do discurso (ADD), os poemas declamados pelos campeões do SLAM BR – Campeonato Brasileiro de Poesia Falada, desde a criação da

³ As manifestações dos 20 centavos tiveram início em São Paulo, em junho de 2013, após um aumento de 20 centavos nas tarifas de ônibus em toda a cidade. Os protestos tomaram grandes proporções, se expandiram para todas as regiões do Brasil e passaram a reivindicar, também, o fim da violência policial, um maior investimento em serviços públicos, assim como reivindicações trabalhistas e classistas. Esse movimento impactou a política nacional, com destaque para o posterior golpe à então presidenta Dilma Rousseff e a ascensão do bolsonarismo.

⁴ A saber: Oliveira (2022). A pesquisa que realizamos no mestrado examina, dado o alcance das gravações de excertos das batalhas postadas na *internet*, os quatro vídeos mais visualizados do canal *Slam* da Guilhermina no *YouTube*.

modalidade, em 2014, até a sua 10ª edição, em 2023, cobrindo, assim, os 10 anos do campeonato, a fim de compreender quais relações dialógicas, vozes e valores caracterizam a identidade do campeão do SLAM BR. Considerando que o *slam* se trata de um evento de caráter efêmero, o que dificulta a análise, tomamos como *corpus* as gravações das finais de cada ano e, no caso das que não foram gravadas, as letras dos poemas declamados na Final.

As gravações das finais do SLAM BR, que possuem em média de 2 a 3 horas de duração (sem recortes), estão disponíveis em canais diferentes. Devido ao grande número de poetas e, conseqüentemente, de poemas declamados, o recorte da pesquisa se centra apenas na 3ª e última rodada da Final de cada ano e elege os poemas declamados pelos poetas campeões. O recorte apresentado aqui analisa a gravação da final do SLAM BR 2014, especificamente o 3º poema declamado na final, “Torre de babel”, pelo poeta campeão daquele ano, João Paiva (MG). A gravação está disponível no canal “Lucas Afonso”, na plataforma *YouTube*. O vídeo é um trecho da gravação da final do SLAM BR 2014. Neste trecho consta apenas a declamação do poeta campeão, João Paiva, na terceira e última rodada da final, em que o poeta declama o poema “Torre de babel”⁵.

O embasamento teórico-metodológico se dá a partir dos escritos do Círculo de Bakhtin, que fundamenta a área de estudos denominada por Brait (2006) como Análise dialógica do discurso (ADD). As concepções teóricas em destaque para esta análise são relações dialógicas (entendida não apenas como uma concepção teórica, mas, também, como a metodologia adotada, o que discorrerei mais à frente), enunciado (concreto, situado e tomado como um todo de sentido), vozes sociais e valores sociais. Reitero que, conforme a teoria adotada, estas concepções não se dão isoladamente, mas em constante diálogo entre si e com outras que também constituem o quadro teórico-metodológico. Na pesquisa,

⁵ O título do poema foi informado pelo próprio autor junto à letra que ele nos cedeu para a realização da pesquisa.

visto que a batalha de poesia é um evento único e irrepetível que só pode ser revisitada através das gravações, tomamos cada gravação como um enunciado concreto, único e situado e que, enquanto elo na cadeia da comunicação discursiva, responde a outros enunciados e é passível de resposta.

1. Quadro teórico-metodológico

Nesta seção, objetivo apresentar as concepções teóricas mobilizadas na análise presente na seção seguinte, os critérios para seleção da terminologia e das traduções adotadas, bem como os critérios da sua metodologia.

O quadro teórico-metodológico, conforme exposto na introdução deste texto, se fundamenta nas proposições do chamado Círculo de Bakhtin, um grupo de estudiosos russos constituído por nomes como Mikhail Bakhtin, Valentin Volóchinov, Pável Medviédev, Maria Yudina, Matvei Kagan, Ivan Solertínski, Ivan Kanaev e Lev Pumpianski. Bakhtin, Volóchinov e Medviédev são os expoentes do grupo.

O termo “análise dialógica do discurso”, segundo Destri e Marchezan (2021), se populariza com a publicação do texto “Análise e teoria do discurso”, escrito por Beth Brait (2006) e presente no livro *Bakhtin: outros conceitos chave* organizado pela mesma autora. Nas palavras de Brait, o embasamento constitutivo das reflexões do Círculo “(...) diz respeito a uma *concepção de linguagem*, de construção e produção de sentidos necessariamente apoiadas nas *relações discursivas* empreendidas por sujeitos historicamente *situados*” (Brait, 2006, p. 10, grifo meu). Os grifos apontam para as concepções teóricas que fundamentam a análise proposta neste texto: a linguagem, compreendida como dialógica, e as relações dialógicas entre os enunciados concretos, situados, únicos e entendidos como um todo de sentido.

Segundo Volóchinov, “[...] a linguagem não é uma dádiva divina ou da natureza. Ela é *produto da atividade coletiva humana*, e *todos os seus elementos refletem a organização tanto econômica quanto*

sociopolítica da sociedade que a gerou” (Volóchinov, 2019, p. 248, grifos do autor). Apesar de adotar o termo “produto” para designar a linguagem, o autor afirma, logo no início da sua reflexão, que os fenômenos são melhor compreendidos em seu *processo* de surgimento e desenvolvimento (p. 238), o que leva o leitor a compreender que a materialidade linguística se dá no *processo* da comunicação discursiva, ou seja, a linguagem é produto e processo ao mesmo tempo.

No que lhe diz respeito, ela é o agente do pensamento e o sujeito não tem acesso ao mundo (e ao outro) senão por meio dela. Não se trata apenas de um mero instrumento entre o sujeito e o mundo, tampouco um espelho do mundo. Enquanto pesquisadora, o que me interessa é justamente examinar essa relação do sujeito com o mundo/do sujeito com o outro sujeito que se dá pela linguagem, o que objetivo analisar, aqui, através do *corpus* escolhido.

Assim como a linguagem possui origem na atividade coletiva humana, tampouco a cultura existiria sem ela, já que é através da linguagem que a comunicação social é possível e, conseqüentemente, a construção de uma cultura: “(...) é óbvio que sem a ajuda da palavra não teriam surgido a ciência, a literatura etc., em suma, nenhuma cultura poderia ter existido se a humanidade tivesse sido privada da possibilidade da comunicação social, *cuja forma materializada é a nossa língua*” (Volóchinov, 2019, p. 248, grifos do autor).

É através da materialidade linguística que as expressões, advindas de uma determinada vivência, se realizam. A expressão é determinada pelos participantes do acontecimento e pela situação em que ela se realiza e, por esse motivo, possui o que Volóchinov chama de “colorido sociológico histórico” e entonação e gesticulação próprias. Assim, a entonação e a gestualidade compreendem parte do conceito de linguagem proposta nessa perspectiva teórica, o que é significativo para a análise do enunciado tomado como *corpus* porque revela a voz social – e, por

consequência, os valores que constituem essas vozes – do sujeito-poeta-*slammer* e a sua relação com os outros do discurso.

Como exposto, o outro nessa perspectiva teórica é central já que a linguagem se dá na interação entre um eu e um outro, no diálogo entre eles, que pode ou não ser face a face, pode ou não ser verbal e/ou visual e em diferentes materialidades.

Obviamente, o diálogo, no sentido estrito da palavra, é somente uma das formas da interação discursiva, apesar de ser a mais importante. No entanto, o diálogo pode ser compreendido de modo mais amplo não apenas como a comunicação direta em voz alta entre pessoas face a face, mas como qualquer comunicação discursiva, independentemente do tipo (Volóchinov, 2018, p. 219).

Ao enunciar, o sujeito possibilita, e até mesmo provoca, a resposta – ou réplica – do outro a quem endereça o seu enunciado e o outro, na unidade da sua resposta/réplica, responde com a própria vida de forma não apenas responsiva, mas, também, responsável, mesmo que o faça usando um “silencioso acordo-desacordo” (Bakhtin, 2016, p. 116). Eis a responsabilidade do enunciado. Os sujeitos participantes do diálogo, segundo Bakhtin, se interligam por *relações dialógicas*, “conhecem um ao outro, respondem um ao outro, e essa ligação (relação de um com o outro) se reflete em cada réplica do diálogo, determina essa réplica” (Bakhtin, 2016, p. 114). Marchezan (2006) sintetiza, mas sem um caráter de fechamento permanente (o que não caberia nos preceitos da teoria bakhtiniana), a concepção de diálogo:

A palavra diálogo (...) é bem entendida, no contexto bakhtiniano, como reação do eu ao outro, como ‘reação da palavra à palavra de outrem’, como ponto de tensão entre o eu e o outro, *entre círculos de valores, entre forças sociais*. A essa perspectiva, interessa não a palavra passiva e solitária, mas a palavra na atuação complexa e heterogênea dos sujeitos sociais, vinculada a situações, falas passadas e antecipadas (Marchezan, 2006, p. 123, grifo meu).

Assim, não se trata apenas de relações dialógicas entre eu e outro, mas, também, da relação entre os enunciados proferidos nessa relação eu/outro.

Geraldi (2012) propõe o uso da terminologia “cotejo” para denominar a metodologia proposta por Bakhtin (2017): “Cada palavra (cada signo) do texto leva para além dos seus limites. Toda interpretação é o correlacionamento de dado texto com outros textos. O comentário. A índole dialógica desse correlacionamento” (Bakhtin, 2017, p. 66). No entanto, o primeiro adota esta terminologia com base em traduções do francês, enquanto as traduções do russo adotam o termo “correlacionamento”, o que pode ser percebido na citação acima. Camargo (2023, p. 68) examina o termo “cotejo” a partir de uma comparação que faz entre as traduções de *Estética da Criação Verbal*⁶, obra que reúne textos de Mikhail Bakhtin: “Na tradução a partir do francês de 1997, de Maria Ermantina Galvão G. Pereira, é utilizada a palavra ‘cotejo’, já na tradução diretamente do russo, de 2011, de Paulo Bezerra, o termo mais utilizado é ‘correlacionamento’” (Camargo, 2023, p. 68).

A autora também examina que, no Brasil, o termo “cotejo” tem sido mais adotado a partir da proposta de Geraldi, mesmo após a tradução direta do russo. Por sua vez, Camargo adota relações dialógicas para nomear o procedimento metodológico e não a terminologia “cotejamento de textos”, como vem sendo comumente empregado no país. Assim, o termo *relações dialógicas* é tomado tanto para nomear um conceito, quanto o procedimento metodológico da ADD. Aqui, também entendo *relações dialógicas* como o faz Camargo (2023) e tomo como critério o trabalho com as traduções advindas diretamente do russo, a saber: as traduções de Paulo Bezerra de *Estética da Criação Verbal* (2011)⁷, *Os gêneros do*

⁶ Especificamente os capítulos *Observações sobre a epistemologia das humanas*, título da versão de 1997, e *Metodologia das ciências humanas*, título da versão de 2011, segundo Camargo (2023, p. 68).

⁷ Sendo esta a única publicada pela Editora WMF Martins Fontes, enquanto as posteriores foram publicadas pela Editora 34. Vale ressaltar que mesmo tendo

discurso (2016) e *Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas* (2017) e as traduções de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo de *Marxismo e filosofia da linguagem* (2018) e *A palavra na vida e a palavra na poesia* (2019).

De volta à concepção de diálogo, este se materializa em enunciados que podem ser verbais e/ou visuais, sempre concretos e únicos, proferidos por sujeitos que constituem os mais variados campos da atividade humana, as quais Bakhtin (2016) chama de esferas da atividade humana e da comunicação. Em cada esfera da comunicação discursiva existem os tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais este autor chama de gêneros do discurso⁸.

É importante destacar que, segundo Volóchinov (2019), o enunciado é a unidade real do discurso, dado que este se materializa em forma de enunciados, e possui orientação social, já que o discurso é bilateral e sempre se volta para o outro, para os participantes da situação, também entendido como auditório. A situacionalidade também é uma das características do enunciado, visto que sua compreensão depende de onde ele foi proferido, quando foi proferido e de que modo, além, claro, do objeto de que se fala (também entendido como tema do enunciado) e da relação entre os interlocutores.

A situação e o auditório determinam a orientação social do enunciado e o tema da conversa; é essa orientação que vai determinar a entonação e a gesticulação. Nas palavras de Volóchinov, “[a] situação social mais próxima e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, de dentro, a estrutura do enunciado. [...] isto é, a situação forma o enunciado, obrigando-o a soar de um modo e não de outro” (Volóchinov, 2018, p. 206).

sido traduzida por Paulo Bezerra diretamente do original russo, a obra mantém o prefácio à edição francesa traduzido por Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão.

⁸ Apesar de saber que todo enunciado faz parte de um determinado gênero discursivo, este texto não tem o objetivo de discorrer sobre essa concepção e nem de delimitar o gênero discursivo do qual o enunciado em análise faz parte.

Todas essas características constituem a totalidade do enunciado que, por sua vez, é um elo na cadeia da comunicação discursiva. Mendonça (2022), que também se fundamenta especialmente em Bakhtin e Volóchinov, discorre sobre o enunciado concreto como um todo de sentido e afirma: “Essa totalidade de sentido se dá, de acordo com escritos dos autores, tendo em vista a situação em que se insere o enunciado, em que estão envolvidos o enunciador (com seu projeto de dizer), os destinatários, os subentendidos a que têm acesso os participantes do ato, o tempo-espaço e as relações dialógicas em que se ancora o enunciado” (Mendonça, 2022, p. 32). A autora ainda destaca o uso de diferentes linguagens nos mais variados tipos de enunciados.

O *slam* acontece em um espaço-tempo específico, ou melhor, em um determinado cronotopo, para usarmos termos bakhtinianos. Cronotopo é justamente a interligação do espaço e do tempo, unidades que, na ótica bakhtiniana, são inseparáveis (Bakhtin, 2018, p. 11). Na pesquisa que realizamos anteriormente (Oliveira, 2022, p. 64-69), a noção de cronotopo é desenvolvida para examinar os enunciados que constituem o seu *corpus* de análise, que são vídeos gravados na final do *Slam* da Guilhermina de 2018, e, para a análise do enunciado em exame, o recorte da gravação da final do SLAM BR 2014, destaco o espaço-tempo do aqui-agora sobre o qual discorre a autora: “Essa voz (social) se coloca na ágora e participa, para usar termos bakhtinianos, do embate de vozes que acontece em um espaço-tempo específico, o aqui-agora. A ágora enquanto espaço-tempo onde a voz é dita em público é também arena dialógica onde as vozes se dão em embate” (Oliveira, 2022, p. 22). O *slam* acontece nessa “ágora do agora”⁹.

Tomo o vídeo que constitui o *corpus* desta análise como um enunciado em sua totalidade, como um todo de sentido, e busco

⁹ *Ágora do agora* (2019) é o nome de um documentário dirigido pelos organizadores do *Slam Resistência* e, a partir desse título e do título de um outro documentário, *Slam! Voz de levante* (Lohman; Estrela D’Alva, 2019), Oliveira (2022) intitula a sua pesquisa realizada no Mestrado de “*A voz (de lavante) na ágora (do agora): análise dialógica de enunciados de Poetry Slam*”.

analisá-lo apresentando a sua situação, o projeto de dizer do enunciador (eu-poeta-*slammer*), o tempo-espaço do enunciado e as relações dialógicas que ancoram o enunciado e a análise. A partir da exposição das concepções teóricas mobilizadas, da metodologia de análise e dos critérios de seleção do *corpus* (apontados ainda na introdução), da terminologia e das traduções, busco, ao adotar esta perspectiva teórica, dialogar com o meu objeto de análise e examiná-lo: “Na atividade científica, a relação do pesquisador com o objeto é permeada pelo seu *horizonte avaliativo*. Diante dele, o pesquisador é um outro não neutro que entra em diálogo com os discursos observados e com os discursos anteriormente produzidos sobre o objeto” (Destri; Marchezan, 2021, p. 16, grifo meu).

2. “Vida é uma poesia que saiu do papel”: análise dialógica de *Torre de Babel*, de João Paiva

Esta parte do texto compreende a análise do enunciado vídeo tomado como *corpus* para esta discussão. Iniciamos a análise a partir das características do vídeo na plataforma, visto que compreendemos o enunciado situado como um todo de sentido, conforme exposto anteriormente, e, em seguida, apresentamos a transcrição¹⁰ do poema declamado pelo poeta João Paiva e a análise.

¹⁰ A transcrição do poema declamado no vídeo em exame foi versificada de acordo com a letra do poema que foi gentilmente cedida à pesquisadora pelo autor João Paiva, a quem eu agradeço. O vídeo está disponível no canal “Lucas Afonso”, na plataforma do *YouTube*. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=VSP-sIHjKjg&t=2157s&ab_channel=LucasAfonso >. Acesso em: 29 de outubro de 2024, às 20:27 horas.

Imagem 1: João Paiva declama “Torre de Babel”



Slam BR 2014 | Vida é uma poesia que saiu do papel

Fonte: *Print* de tela (33:36 minutos).

O vídeo em análise possui 03:05 minutos e é um recorte de uma gravação maior que possui 43:05 minutos e foi postada no canal “Lucas Afonso”¹¹, na plataforma *YouTube*, em 03 de janeiro de 2015, e se apresenta na plataforma como “Slam BR 2014 | Vida é uma poesia que saiu do papel”. A gravação conta com 3.210 mil visualizações, 52 *likes*, nenhum *deslike*, 2 comentários¹² e a descrição “Final SLAM BR 2014 | SESC Pinheiros | Campeão: João Paiva (BH)”, que revela o evento em que o poema foi declamado (SLAM BR 2014), à rodada em que essa declamação

¹¹ O canal “Lucas Afonso” se inscreveu na plataforma *YouTube* em 12 de abril de 2013 e conta atualmente com 10,4 mil inscritos e com 447.200 mil visualizações. Disponível em: < <https://www.youtube.com/@LucasAfonso>>. Acesso em: 30 de outubro de 2024, às 19:56 horas.

¹² Os comentários aqui são entendidos como constituintes do enunciado vídeo e com responsabilidade própria, no entanto, nesse momento, não faz parte dos objetivos deste texto analisar a interação dos internautas com o vídeo em exame.

aconteceu (final), o local (Sesc¹³ Pinheiros, localizado na cidade de São Paulo) e o campeão da competição (João Paiva).

A frase que acompanha o título da gravação também aparece editada no início do vídeo (de 0:01 a 0:08 segundos da gravação), mas não é verbalizada oralmente ao longo da gravação, logo, podemos depreender que se trata de um acabamento dado por quem fez a edição do vídeo e o postou no canal “Lucas Afonso”¹⁴. Não há na plataforma e nem na descrição do vídeo a informação de quem o editou e deu acabamento. A frase, no entanto, aparece em destaque já que está tanto na edição quanto no próprio título do vídeo postado no canal.

“Vida é uma poesia que saiu do papel” concentra em si características do que tem sido¹⁵ o *Poetry Slam* no Brasil:

Não há como negar o caráter inclusivo e libertário de um encontro de poetry slam. (...) O slam é feito pelas e para as pessoas. Pessoas que, apropriando-se de um lugar que é seu por direito, comparecem em frente a um microfone para dizer *quem são, de onde vieram e qual o mundo em que acreditam (ou não)*. É um espaço para que o sagrado direito à liberdade de expressão, o livre pensamento e o diálogo entre as diferenças sejam exercitados. Um espaço autônomo onde é celebrada a palavra, a fala, e, ainda mais fundamental num mundo como o que vivemos – a escuta (Estrela D’Alva, 2011, p. 125, grifo meu).

¹³ “Mantido pelos empresários do comércio de bens, turismo e serviços, o Sesc - Serviço Social do Comércio é uma entidade privada que tem como objetivo proporcionar o bem-estar e a qualidade de vida aos trabalhadores deste setor e sua família. Sua base conceitual é a Carta da Paz Social e sua ação é fruto de um sólido projeto cultural e educativo que trouxe, desde a criação pelo empresariado do comércio e serviços em 1946, a marca da inovação e da transformação social.”. Disponível em: <https://portal.sescsp.org.br/pt/sobre-o-sesc/quem-somos/apresentacao/>. Acesso em: 30 de outubro de 2024, às 20:04 horas.

¹⁴ Poeta que também participa de batalhas de *slam* e, inclusive, foi o campeão do SLAM BR no ano seguinte, em 2015.

¹⁵ Aqui faço alusão às considerações finais da dissertação de mestrado de Oliveira (2022), em que afirma: “O *slam* não é: ele está sendo. É só o começo do levante” (Oliveira, 2022, p. 179).

Nesse trecho, Estrela D'alva afirma que, no *slam*, as pessoas dizem “quem são, de onde vieram e qual o mundo em que acreditam (ou não)”. Sendo o *Poetry Slam* a batalha de poesia, trata-se, então, de um evento em que a vida, que é uma poesia que saiu do papel, se apresenta poética e performaticamente. Assim como a vida é poesia, a poesia é a vida, diz sobre a vida, revela em si a própria vida, ou melhor, reflete e refrata a vida, na esteira da perspectiva bakhtiniana.

O vídeo em questão tem início com a *slammaster*, Roberta Estrela D'alva, que, nesse momento do vídeo, ocupa o lugar de eu no discurso, anunciando o próximo poeta a declamar: “João Paiva” (32:28 minutos). Ela e sua parceira Dani Nega, também conhecida como Xuxu – uma figura conhecida na cena do *slam* no Brasil em cima de seus famosos patins – estão em cima de um palco de chão preto, Dani vestida com uma roupa toda preta e Roberta com uma roupa preta e branca. Aparece, ao fundo e centralizado, um banner preto com a imagem de uma mão segurando um microfone e, dentro do microfone, a escrita “SLAM BR”. O símbolo da mão segurando o microfone é um signo ideológico que denota a expressão do sujeito, a possibilidade dele de se expressar e de colocar a sua voz (aqui entendida como social dado o quadro teórico adotado) na ágora das batalhas de poesia, em especial no SLAM BR que é a parte verbal desse signo.

Ainda nesse início do vídeo é possível observar, também ao fundo, mais à esquerda, uma lousa em que Dani Nega anota a pontuação dos poetas e, mais à direita, uma mesa com duas pessoas, também vestidas com roupas pretas e brancas. Devido à configuração das batalhas de *slam*, é provável que na mesa estejam as matemáticas que contabilizam o tempo da declamação e somam as notas atribuídas aos poetas pelos jurados.

Imagem 2: Roberta Estrela D'Alva e Dani Nega (Xuxu) no palco do SLAM BR 2014



Slam BR 2014 | Vida é uma poesia que saiu do papel

Fonte: *Print* de tela (32:28 minutos).

As cores que aparecem tanto nas vestimentas quanto no banner remetem às cores do ZAP! *Slam* (que estampa a camiseta de Dani Nega) e ao logotipo do SLAM BR:

Imagem 3: Logotipo do SLAM BR



Fonte: *Facebook* do SLAM BR¹⁶.

¹⁶ Disponível em: < <https://www.facebook.com/photo/?fbid=721030549385189&set=a.721030532718524> >. Acesso em: 08 dez. 2024.

As cores, assim como as palavras presentes nos enunciados, possuem uma significação e podem, inclusive, serem consideradas signos ideológicos¹⁷ (Volóchinov, 2018): “Qualquer fenômeno ideológico sígnico é dado em algum material: no som, na massa física, *na cor*, no movimento do corpo e assim por diante” (Volóchinov, 2018, p. 94, grifo meu).

Segundo o Dicionário de Símbolos, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1995, p. 440-742), o preto associa-se ao luto de maneira opressiva, um luto sem esperança, um nada sem possibilidades e, também, trata-se da cor da renúncia à vaidade deste mundo e o símbolo da fecundidade tanto no Egito Antigo quanto na África do Norte, a cor da terra fértil e das nuvens inchadas de chuva e, nesse mesmo segmento, a cor da morte iniciatória, prelúdio de um verdadeiro nascimento, a força da juventude.

Do ponto de vista psicológico, nos sonhos diurnos e noturnos, bem como nas percepções sensíveis no estado de vigília, o preto é considerado como a ausência de toda cor, de toda luz. O preto absorve a luz e não a restitui. Evoca, antes de tudo, o **caos**, o nada, o céu noturno, as trevas terrestres da noite, o mal, a **angústia**, o inconsciente e a Morte. (...) Mas o preto é também a **terra fértil**, receptáculo do “*se o grão não morrer*” do Evangelho, esta terra que contém os túmulos, tornando-se assim a morada dos mortos e preparando seu renascimento. (...) um quadro tão sombrio (é o caso de dizê-lo) das evocações da cor preta não impedem que ela adquira um aspecto positivo. Enquanto imagem da morte, da terra, da sepultura, da *travessia noturna* dos místicos, o Preto está também ligado à promessa de uma **vida renovada**, assim como a noite

¹⁷ “Qualquer produto ideológico é não apenas uma parte da realidade natural e social – seja ele um corpo físico, um instrumento de produção ou um produto de consumo – mas também, ao contrário desses fenômenos, reflete e refrata outra realidade que se encontra fora dos seus limites. Tudo o que é ideológico possui uma *significação*: ele representa e substitui algo encontrado fora dele, ou seja, ele é um *signo*. Onde não há *signo* também não há *ideologia*” (Volóchinov, 2018, p. 91, grifos do autor).

contém a promessa da autora, e o inverno a da primavera (Chevalier; Gheerbrant, 1995, p. 742-743, grifos dos autores).

O caos, a angústia e a morte que aparecem opostas à fertilidade, à vida renovada e à promessa da aurora associam-se ao que tem sido o *Poetry Slam* no Brasil: apesar de reunir pessoas que são social e historicamente marginalizadas e que vivem em meio ao caos, a angústia e ao risco de morte devido às desigualdades sociais, se configura enquanto um lugar de resistência a essas problemáticas, um espaço de “liberdade de expressão, livre pensamento e diálogo entre as diferenças” (Estrela D’Alva, 2011, p. 125), ou seja, uma “terra fértil” à renovação da vida e à “promessa da aurora” de um mundo melhor, a fim de alcançar, de certa forma, a liberdade.

A cor branca, por sua vez, denota a passagem de uma condição à outra, do passado de opressão e caos para um futuro de liberdade e ordem, um futuro de paz:

O branco – *candidus* – a é a cor do candidato, i.e., daquele que vai mudar de condição (...) É uma cor de **passagem**, no sentido a que no referimos ao falar dos ritos de passagem: e é justamente a cor privilegiada desses ritos, através dos quais se operam as mutações do ser, segundo o esquema clássico de toda iniciação: morte e renascimento (Chevalier; Gheerbrant, 1995, p. 141, grifos dos autores).

Assim, o preto e o branco que aparecem no vídeo e no logotipo do *Slam* BR remetem a essa oposição fertilidade/vida x morte, ordem/paz x caos.

A *slammaster* convoca o próximo poeta a declamar, João Paiva, que aparece vestido com uma bermuda jeans e uma camiseta regata branca, estampada em preto com a imagem do cantor e compositor jamaicano Bob Marley (Imagem 1) e com o termo “liberdade” grafado em inglês: *freedom*. Marley seguia a religião Rastafári, um movimento religioso judaico-cristão surgido na Jamaica na década de 1930 entre negros camponeses descendentes de africanos

escravizados e que cultua Haile Sellasie, último imperador da Etiópia. Dentre as características do Rastafári, estão: a busca por uma conexão com a natureza, o uso de marijuana e a rejeição à Babilônia, símbolo da cultura capitalista. O poeta também se posiciona contrário ao consumismo advindo do capitalismo e defende o uso de maconha (linhas 32 à 35 da transcrição a seguir), valorando positivamente a ideologia defendida por Bob Marley e a religião Rastafári defendida e seguida pelo cantor. Passemos para a transcrição do poema:

Torre de Babel

João Paiva

*Só uma coisa: Quando é resistência, véi, quando é luta, não é festa, não é ostentação, não é mulherada, não é cachaça, véi, quando é luta é luta, cê tem que respeitar quem veio antes d'ocê, quem que construiu pr'ocê ta aqui hoje, pode crê?*¹⁸

- 1 É porque... eu fico é bolado né porque é os cara produzido, maqueado, trabalhado no glamour
- 2 Pourporina, pó compacto, pacto com belzebú
- 3 Sifrão pendurado, idolatrado como guru
- 4 Produto mal importado que não tem no Carrefour
- 5 Eles cospe na sua cara
- 6 Exibe suas missanga nota menciona
- 7 Putaria, bijouteria
- 8 É os Rap das buginganga
- 9 Quanto vale sua vida?
- 10 Me diga em sifrão
- 11 Rodeado de segurança e de camera na mansão
- 12 Quanto vale sua vida?
- 13 Me diga sem preconceito
- 14 Rodeado de policia e milicia dentro do gueto?
- 15 Quanto vale sua vida?
- 16 E seu dia, na moral?

¹⁸ Este trecho não está presente na letra disponibilizada pelo poeta para a realização da pesquisa, apenas na declamação feita no vídeo, por isso não está versificado.

17 De trabalho pra caralho numa multinacional
18 Quanto vale sua vida?
19 Quanto vale seu enredo?
20 Se tudo que cê tem é medo de alguém puxar o dedo
21 Quanto custa o seu valor
22 O sistema te quer no jogo
23 Mas cê vai comer lavagem se se misturar com porco
24 Eu tô puto, não te escuto
25 Nas pista é absoluto
26 Sempre que cê mata o Rap a minha caneta veste luto
27 Os meus assunto não discuto com culto que reverencia
28 Seus bens materiais e festivais de putaria
29 Eu prefiro meus ideais
30 Muito mais que apologia
31 Cê faz moleque entrar no crime, as mina no regime
32 Oprime...
33 Engrandece o consumismo
34 Sai de mim, não to afim de ser cupim do capitalismo
35 No finin acendo o green
36 Estopim do meu cartel
37 Meu ideal é um mescladin de:
38 Mano Brown, Maquiavel
39 Sabotage, Helião, Rakim
40 E as poesias de Cordel
41 Chico Science, Stephen King
42 E do samba de Noel
43 Do discurso "I have a dream"
44 Às pernas tortas de Mané
45 Pow pow nos blim blim
46 E mudo o curso da maré
47 Afio a rima com fé
48 Derrubo a Torre de Babel
49 Quem vive beijando pé
50 Nunca vai tocar o céu

A alusão à Torre de Babel, título do poema declamado, estabelece um diálogo com o mito da Torre de Babel presente no

texto bíblico, no livro de Gênesis (11: 1-9)¹⁹. Os homens falavam uma única língua, quando resolveram construir uma torre para chegar ao céu. Por esse intento pretensioso/vaidoso, os homens são punidos por Deus a vagarem pelo mundo sem se entenderem, a sua língua é confundida e criam-se, assim, as diferentes línguas.

Além do título, a Torre de Babel é retomada ao fim da declamação no momento em que o eu-poeta afirma que derruba a Torre de Babel (linha 48 da transcrição), ou seja, derruba o “símbolo de acordo orgulhoso e tirânico, ao mesmo tempo de confusão, dispersão e de catástrofe (...) este é hoje o significado do babelismo: uma tentativa de alcançar o auge do poder” (Chevalier; Gheerbrant, 1995, p. 889 e 973). Logo, os versos do eu-poeta “derrubam” essa busca incansável pelo poder, pela ostentação, pelo consumo, tudo o que se vincula ao sistema capitalista. A camiseta do poeta, enquanto signo ideológico, revela uma ideologia libertária ao qual, ao vesti-la, ele defende, o que se confirma a partir de seus versos.

No início da declamação, no trecho não versificado do poema, João Paiva, sentado à frente do palco, segurando o microfone em uma das mãos (assim como a imagem que aparece no banner) e gesticulando com a outra, agora ocupando o lugar de eu no discurso, parece dialogar com o público fisicamente presente no momento do evento a fim de formá-lo, aconselhá-lo, enquanto coletividade que deve compreender que quando é luta “não é festa, não é ostentação, não é mulherada, não é cachaça”. A escolha das palavras apresenta gírias como “véi”, “pode crê” e “bolado” e marca a informalidade na fala do eu-poeta, que declama em primeira pessoa, o que ocorre devido à orientação social do enunciado, o auditório e à sua situacionalidade, compostos pelo público presente naquela final. Ao longo da declamação, é possível depreender que a afirmação do poeta está relacionada à ostentação, ao glamour, à purpurina, ao “sifão

¹⁹ Link de acesso à versão on-line: < <https://www.bibliaonline.com.br/acf/gn/11> >. Acesso em: 16 jan. 2025.

pendurado”²⁰, às mansões com seguranças e câmeras, aos festivais de “putaria”, enfim, àquilo que se associa aos bens materiais e ao capitalismo (linhas 1, 2, 3, 10, 11, 27, 28, 33 e 34 da transcrição) que se tornaram comuns na atualidade para representar ostentação, luxo, poder etc., especialmente no contexto musical do *funk* e do *rap*, este último destacado pelo eu-poeta.

Nesse mesmo trecho (linhas 1, 2, 3, 10, 11, 27, 28, 33 e 34 da transcrição), é possível depreender que o eu-poeta fala de si mesmo na terceira pessoa, uma figura de linguagem conhecida como ileísmo. Isso porque, ao afirmar que “cê tem que respeitar quem veio antes d’ocê, quem que construiu pr’ocê ta aqui hoje, pode crê?” ele parece referir-se a própria condição de poeta na final do Campeonato Brasileiro de Poesia Falada, que se construiu na relação com outros sujeitos, como aqueles citados no poema nas linhas 38 a 44 da transcrição, e a quem ele deve respeito. Apesar de falar de si mesmo, o eu-poeta endereça a declamação ao público fisicamente presente que faz parte do que vimos chamando, em pesquisa anterior, de seus (Oliveira, 2022). Assim, não apenas ele, mas todos que fazem parte dos seus devem respeitar os que vieram antes.

A voz do eu-poeta valora positivamente a classe trabalhadora, que “trabalha pra caralho numa multinacional” e vive “rodeado de polícia e milícia dentro do gueto”, a resistência, a luta contra as opressões, o diálogo com a cultura e a história de pessoas social e historicamente marginalizadas. Ao citá-los, o eu-poeta se posiciona frente à cobrança que ele mesmo faz no poema e respeita aqueles que vieram antes. A menção ao respeito é comum tanto na cultura *hip-hop* quanto no *Poetry Slam*.

O eu-poeta endereça o enunciado a esse público composto por aqueles que se interessam pelas batalhas de poesia falada, especialmente pelo modo como elas acontecem no Brasil, abordando temas sociais, políticos, econômicos etc. Como exposto anteriormente, esse outro faz parte dos seus (Oliveira, 2022),

²⁰ Símbolo utilizado em cordões de ouro para representar ostentação, luxo, poder etc.

peças social e historicamente marginalizadas que contam sobre suas vivências, seu próprio enredo, nas letras de *rap* e em poemas a serem declamados nas batalhas de *slam* – que, como exposto, é espaço onde as pessoas “(...) comparecem em frente a um microfone para dizer quem são, de onde vieram e qual o mundo em que acreditam (ou não)” (Estrela D’Alva, 2011, p. 125) –, mas que se afastam do propósito do *rap* ao se aproximarem da luxúria que a fama é capaz de proporcionar e esquecerem o verdadeiro propósito da cultura *hip-hop*.

Ao longo da declamação, as marcas linguísticas e extralinguísticas presentes nos versos do eu-poeta apontam que o “cê” a quem ele se endereça é o público presente, como pode ser examinado em 33:51 minutos do vídeo até 34:06 minutos, quando o eu-poeta caminha em meio ao auditório e direciona o olhar a ele. Em 33:51 minutos do vídeo, é possível notar que o poeta questiona, gesticulando com a cabeça, uma pessoa que está a sua frente enquanto declama “quanto vale sua vida? e seu dia, na moral?” (linhas 15 e 16 da transcrição). O outro-público-presente, por sua vez, responde também direcionando o seu olhar ao eu-poeta e fazendo um silêncio responsivo, atento às palavras que estão sendo declamadas. Os versos orientam esse outro a não se vender, a não reverenciar “bens materiais e festivais de putaria” (linha 28 da transcrição), a não matar o *rap* com apologia ao consumismo e ao capitalismo que oprime e faz “os moleque entrar no crime” e “as mina no regime” (linhas 31 e 32 da transcrição)

Nota-se também que a ideia de oposição se mantém não apenas nas cores que aparecem no vídeo e ao que elas remetem, conforme exposto. O eu-poeta opõe a resistência e a luta à festa²¹ e à ostentação e, ao longo da declamação, é possível depreender que essa oposição se trata justamente da temática do poema. As primeiras aproximam-se do *rap*, da classe trabalhadora, das lutas

²¹ “Festa” aparece no poema com um sentido capitalista para o termo, que se vincula ao consumo e à ostentação, e não diz respeito à festa em que surge a cultura *hip-hop*, por exemplo, ou as festividades sobre as quais discorre Bakhtin (2010).

sociais, enquanto as últimas aproximam-se do consumo e do capitalismo e estão desconexas à realidade das margens.

Ao falar sobre o respeito aos que vieram antes e que possibilitaram que se chegasse naquele lugar e naquele momento, o diálogo do eu-poeta com essas outras vozes também suscita a ideia de contraste já que ele faz referência ora a nomes da cultura *hip-hop* (“Sabotage, Helião, Rakim”, linha 39 da transcrição), ora a uma outra cultura que é a da poesia de cordel (linha 40 da transcrição)²²; ora ao nome de um ativista dos direitos humanos (Martin Luther King, que, apesar de não ser citado diretamente, é suscitado através de um trecho de seu histórico discurso “I have a dream”, linha 43 da transcrição), ora ao nome de um jogador de futebol (Mané Garrincha que também não é citado diretamente, mas aparece na linha 44 da transcrição no verso “Às pernas tortas de Mané”), para citar apenas dois exemplos.

É nesse sentido que o eu-poeta defende que “quando é luta é luta”, é preciso respeitar os que vieram antes e lutaram pela liberdade de se estar naquele contexto, naquele cronotopo que possibilita a liberdade de expressão e o espaço de escuta, além da resistência às desigualdades sociais, às opressões, à injustiça. Essas outras vozes, a maioria parte da cultura *hip-hop* e majoritariamente de artistas negros que falam do lugar de sujeitos social e historicamente marginalizados, constituem a voz do eu-poeta que responde a elas e valora positivamente os ideais por elas defendidos. No momento em que o eu-poeta responde às vozes desses outros artistas, o auditório presente na batalha responde ao seu discurso com gritos de concordância (de 34:50 a 34:58 minutos no vídeo) que se aproximam de um “wow”, comum nas batalhas de poesia. Ao fim da declamação, as câmeras mostram o eu-poeta subindo no palco e devolvendo o microfone – e, por consequência, a posição de eu no discurso – à *slammaster* Roberta Estrela d’Alva,

²² Apesar das aproximações entre elas – destaco a relação que ambas estabelecem com a oralidade –, tratam-se de culturas diferentes.

enquanto o público aplaude e grita em tom de aprovação à performance do poeta e os versos por ele declamados.

Considerações finais

O vídeo examinado é um recorte de uma gravação maior da final do SLAM BR 2014, a primeira edição do Campeonato Brasileiro de Poesia Falada. João Paiva é o primeiro poeta a ganhar o campeonato nacional e “Torre de babel” é o poema que ele declama na 3ª e última rodada da final e que, conseqüentemente, o consagra campeão. Conforme exposto, há duas grandes vozes em embate no enunciado apresentado: a voz da resistência e da luta, da classe trabalhadora e oprimida, e a voz do sistema capitalista, da ostentação e do consumo. A voz do eu-poeta, que se constrói na relação com outras vozes, se identifica com a primeira grande voz e a defende em nome de si e dos seus, o grupo do qual faz parte.

O enunciado é endereçado aos seus que fazem parte do público fisicamente presente e que valoram positivamente os versos do eu-poeta, seja fazendo um silêncio responsivo e praticando aquilo que é central no *slam*, que é a escuta, seja entoando gritos de concordância no momento em que o eu-poeta responde a outros enunciados e os valora positivamente. Além das citações diretas, há também aquelas que constituem o todo do enunciado, como as cores e a imagem do cantor e compositor jamaicano, Bob Marley, estampada na camiseta do poeta. Esses elementos que constituem a totalidade do enunciado caracterizam o momento analisado da batalha como um espaço de resistência, de fertilidade, renovação, comunhão, coletivização, diálogo e paz.

As batalhas de poesia no Brasil se tornaram um espaço onde os sujeitos, através dos seus versos, adotam um caráter combativo em relação às desigualdades sociais e abrem espaço para que pessoas que vivem à margem da sociedade tenham suas vozes ouvidas e não silenciadas. O primeiro poeta campeão é um reflexo do que o *slam* tem sido no Brasil desde a sua chegada, o que pode

ser depreendido no enunciado através da sua relação com a cultura *hip-hop*, as ruas, a linguagem informal e os temas voltados às desigualdades sociais.

Referências

ALCALDE, Emerson. **Nos corre da poesia**: autobiografia de um slammer. São Paulo: Ed. do Autor, 2022.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Trad. Yara Frateschi Vieira. 7ª ed., São Paulo: Hucitec, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 5ª ed., São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2017.

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance II**: As formas do tempo e do cronotopo. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2018.

BRAIT, Beth. Análise e teoria do discurso. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. Introdução de Beth Brait. São Paulo: Contexto, 2006a. p. 09-32.

CAMARGO, Gabriella Cristina Vaz. **Abordagem bakhtiniana da publicidade**: o avatar digital Lu do Magazine Luiza. 2023. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2023.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). Trad. Vera da Costa e Silva [et al.]. 9.ed. – Rio de Janeiro, José Olympio, 1995.

DESTRI, Alana; MARCHEZAN, Renata Coelho. C. Análise dialógica do discurso: uma revisão sistemática integrativa. **REVISTA DA ABRALIN**, v. XX, p. 1-25, 2021.

ESTRELA D'ALVA, Roberta. Um microfone na mão e uma ideia na cabeça – o poetry slam entra em cena. **Synergies Brésil**, v. 1, p. 119-126, 2011.

GERALDI, João Wanderley. Heterocientificidade nos estudos linguísticos. In: Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso – GEGe (Org.). **Palavras e contrapalavras: enfrentando questões da metodologia bakhtiniana**. São Carlos: Pedro e João editores, 2012. p. 19–39.

MARCHEZAN, Renata Coelho. Diálogo. In: BRAIT, Beth. (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 115-131.

MARCHEZAN, Renata Coelho. Enunciado no enunciado, enunciado sobre o enunciado: O Círculo de Bakhtin por C. Brandist. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, v. 14, n.1, 2016, p. 57-82.

MENDONÇA, Marina Célia. O enunciado concreto como um todo de sentido: considerações sobre o conceito de enunciado na perspectiva do Círculo de Bakhtin. In: CRISTOVÃO, A.; LUDOVICE, C. A. B.; BORGES, M. C.; (Orgs). **GEBGE em ação - olhares sobre textos e discursos na perspectiva bakhtiniana**. Franca, SP: Ribeirão Gráfica Editora, 2022.

OLIVEIRA, Simony Alves de. **A voz (de levante) na ágora (do agora): análise dialógica de enunciados de Poetry Slam**. 2022. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2022.

VOLÓCHINOV, Valentin. (Círculo de Bakhtin). **A palavra na vida e a palavra na poesia**. Ensaios, artigos, resenhas e poemas. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019 (1ª edição).

VOLÓCHINOV, Valentin. (1895-1936). **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2018 (2ª Edição).

A (in)distinção nos conceitos de gêneros (discursivos ou textuais) em documentos oficiais de ensino de Língua Portuguesa*

Nathan Bastos de Souza¹

A discussão e o interesse pelo conceito de gêneros (textuais ou discursivos) têm tomado grande atenção de trabalhos no campo dos estudos da linguagem, de corte teórico ou aplicado. Pensar nesse tema, no entanto, não é novidade: desde o final da década de 1990 documentos nacionais de referência para o ensino básico colocaram em cena que os gêneros seriam objeto de ensino (Rojo, 2005; Mendonça, 2012; Bunzen, 2022). O objetivo deste texto é estudar as metamorfoses que o conceito foi sofrendo ao longo dos últimos anos, com vistas a problematizar o ensino de gêneros nos documentos oficiais.

Para tanto, organizamos esta reflexão de uma maneira a pensar no problema dos gêneros antes e na BNCC. Para a primeira dessas seções, situamos a discussão revisando o material teórico do primeiro documento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (doravante, PCNEF) de Língua Portuguesa para o terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental (Brasil, 1998) em cotejo com o estudo de Rojo (2005). Para a segunda seção, o foco

* <https://doi.org/10.51795/97865265184036183>

¹ Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Professor Adjunto I da Universidade Federal do Pampa, com atuação na graduação em Licenciatura em Letras e no Programa de Pós-graduação em Ensino (PPGE). Agradeço ao financiamento de pesquisa concedido pela FAPERGS (Nº Fapergs 24/2551-0000647-8) para o projeto “Estudos bakhtinianos: circulação das ideias, condições de leitura e reapropriações teóricas”, por meio do edital 08/2023.

foi discutir como o conceito de gênero emerge na BNCC e ali é reformulado/tensionado, especialmente no que diz respeito às habilidades.

O problema dos gêneros antes da BNCC

A palavra “gênero”, na área de Letras, sempre foi um termo marcado². Dada sua longevidade nos estudos literários, que remete à antiguidade clássica, na forma dos primeiros esforços para estabelecer um estudo sistemático da *mimesis*. Por exemplo, a classificação triádica elaborada por Aristóteles na *Poética* – gêneros lírico, épico e dramático - precedida pela proposta platônica em chave de leitura binária – gênero sério ou burlesco (Machado, 2013). A teoria clássica de gêneros de Aristóteles sobreviveu até nossos dias tornando-se a base dos estudos literários, e manter-se-ia, conforme Machado (2013), não fosse a emergência da prosa, fruto da complexificação da vida humana e de suas formas de representação.

Diferentemente, os trabalhos que Mikhail Bakhtin desenvolveu nunca tiveram a perspectiva classificatória verificável nesses primeiros estudos sistemáticos da *mimesis* sobre os quais se alicerçou a teoria da literatura. Interessado na forma romanesca em especial, o autor examinou obras de Dostoiévski e Rabelais mais detidamente, assim como propôs uma teoria do romance na qual perseguia uma estilística do gênero romanesco em oposição às estilísticas praticadas nas escolas de Bally e de Vossler, cujos focos se davam, respectivamente, no estilo da língua e no estilo do autor ou da tendência (Bakhtin, 2015).

² Além do foco que damos aos gêneros literários, atualmente dois outros tipos de tratamento da palavra têm ganhado relevo: por um lado, na perspectiva *queer* para pensar nas performances de gênero, nesse caso, tratando-se de *gênero social*; por outro lado, nos estudos linguísticos e sociolinguísticos temos observado a emergência da temática da marcação de gênero gramatical para a assunção de uma linguagem inclusiva para pessoas que não se identificam com formas binárias (masculino e feminino).

O mais conhecido trabalho desse autor sobre o conceito de gêneros é um ensaio escrito entre 1952-1953 e publicado na coletânea póstuma *Estética da criação verbal* (doravante, ECV) em 1979, *Os gêneros do discurso*. É ali que lemos a já clássica definição de gêneros do discurso como “*tipos relativamente estáveis de enunciados*” (Bakhtin, 2016, p. 12), caracterizados por três elementos, quais sejam, “conteúdo temático, estilo e construção composicional”. Manuseamos acima uma tradução mais recente desse texto, mas sua primeira circulação no Brasil se deu por meio da tradução indireta através do francês, tendo sido editada em 1992 e reeditada cinco anos mais tarde (Bakhtin, 1997). Apenas em 2003 essa coletânea seria traduzida diretamente do russo por Paulo Bezerra.

Assim, na década de 1990, quando o conceito de gênero passou a circular no discurso oficial sobre o ensino de língua materna, só havia disponível no mercado editorial brasileiro a tradução indireta da coletânea ECV. Em concordância com Rojo (2005), infelizmente no Brasil os trabalhos que se dedicam ao conceito de gêneros do discurso, desde aquele momento até os dias de hoje, poucas vezes mencionam outros trabalhos do próprio Bakhtin a respeito de gênero, como já aventamos acima sobre a teoria do romance (Bakhtin, 2015). O mesmo se aplicaria aos diferentes trabalhos de autores do Círculo de Bakhtin, cujas traduções recentes³ colocam-nos diante do problema dos gêneros em estudos elaborados ao final da década de 1920, que antecipam em muito o argumento bakhtiniano do ensaio clássico.

Por exemplo, a edição brasileira de Medviédev (2012), disponível há apenas treze anos, apresentava a questão do gênero para problematizar o método formal nos estudos literários. Volóchinov (2017), em tradução direta do russo ainda mais recente, coloca-nos diante de terminologia diferente daquela que

³ A tradução antiga de *Marxismo e filosofia da linguagem*, aquela da editora Hucitec, apresentava a questão de modo menos evidente. O livro de Medviédev não havia sido editado antes de 2012 no Brasil.

leitores da versão da editora Hucitec da mesma obra, *Marxismo e filosofia da linguagem* (doravante, MFL), conheciam.

Para Rojo (2005, p. 194), “a ideia de uma releitura não formalista do conceito de gêneros (nesse caso, literários) aparece na obra do Círculo desde [pelo menos] 1926”⁴, depois é revisada em *O método formal nos estudos literários* (doravante, MFEL) por Medviédev (2012) e em MFL por Volóchinov (2017). Conforme a autora brasileira, a versão bakhtiniana da teoria dos gêneros que encontramos no ensaio clássico de Bakhtin (2016) seria “uma formalização explícita (e de divulgação) incompleta e nem tão bem acabada”, para um tema que sempre esteve na mira do Círculo de Bakhtin.

Havia uma flutuação de ideias equivalentes com nomenclaturas diferentes nos três autores, conforme Rojo (2005). Segundo essa perspectiva, não existia, aparentemente, decisão entre os estudiosos russos pela adoção do “mesmo termo do formalismo russo e da teoria literária (gêneros) – [assim] usavam outros termos como ‘forma de discurso (social)’, ‘forma de enunciação’, etc”⁵. A teoria dos gêneros estava desde o começo no horizonte da formulação das ideias e naquele momento histórico “não se opunha à teoria dos gêneros de textos (*pois esta sequer existia*), mas à classificação dos gêneros literários” (destaque adicionado) (Rojo, 2005, p. 195).

Em uma pequena digressão discutiremos a articulação das reflexões de Medviédev (2012) e dos textos de Volóchinov (2017, 2019), tanto em MFL quanto nos ensaios, “A palavra na vida e a palavra na poesia”, “A construção do enunciado” e “Sobre as fronteiras entre Poética e Linguística” – escritos entre 1926 e 1930 – na construção de um projeto de teoria dos gêneros discursivos que seria depois revisado por Mikhail Bakhtin.

⁴ A menção da autora remete aos ensaios conhecidos de Volóchinov, hoje disponíveis em Volóchinov (2019).

⁵ Os termos destacados por Rojo (2005) foram coletas da tradução da editora Hucitec de MFL, única disponível na época.

Ao tratar de gêneros discursivos no verbete homônimo do *Nuevo Diccionario de la teoria de Mijaíl Bajtín* (editado por Pampa Arán), Olmos (2006) cuidadosamente levanta esse histórico de menções ao termo “gênero” e ideias afins nos textos dos anos 1920. Por seu turno, em estudo mais sistemático sobre o assunto, Arán (2016, 2024) afirma que os autores do Círculo de Bakhtin pensaram no gênero em aberta polêmica com as concepções de linguagem então em voga, o que chamaram de “objetivismo abstrato” e de “subjetivismo idealista”. Para a estudiosa argentina, essa série de trabalhos do final dos anos 1920 antecipa uma linguística do enunciado e a noção de discurso que seriam refinadas em trabalhos de maturidade por Bakhtin.

Sem ter como garantir a participação (ou não) de Bakhtin na formulação/produção desses textos, conforme Arán (2016, 2024), esse expediente foi (e é, completamos) fruto de grandes polêmicas, o que tampouco nos compete aqui. Diferente de Rojo (2005), para quem o ensaio “Os gêneros do discurso” é “uma formalização explícita”, “incompleta” e “nem tão bem acabada” (Rojo, 2005, p. 194), conforme citado acima, para Arán (2024, p. 108) em uma visão de conjunto dos estudos do Círculo de Bakhtin nos anos 1920, “Os trabalhos maduros de Bakhtin sobre o mesmo tema, especialmente “Os gêneros do discurso” [...], provarão que os conceitos de partida se mantiveram firmes, embora o autor avance sobre a questão dos gêneros literários dentro de uma sociocrítica dos gêneros”.

Nessa direção, Arán (2024) afirma que há duas fundações teóricas no projeto bakhtiniano: a primeira, cujo lastro é linguístico e comunicativo, estaria relacionada à possibilidade de uma tipologia de gêneros aventada e não desenvolvida por Volóchinov; a segunda, de perspectiva cultural e histórica, perseguindo o desenvolvimento do romance como gênero, nos trabalhos teóricos reunidos na chamada teoria do romance de Bakhtin – “O discurso no romance” (1934-1935), “Formas do tempo e do cronotopo no romance” (1937-1938). Fechamos essa pequena digressão assim e retomamos o estudo do problema com Rojo (2005).

Em síntese, segundo Rojo (2005), o interesse pelo conceito de gênero foi aumentando em pesquisas no campo aplicado e teórico em estudos da linguagem brasileiro devido à chegada dessa noção aos documentos oficiais sobre ensino de línguas. Nessa medida, retomamos a seguir a forma como essa ideia de gênero é apresentada ao leitor do PCNEF, em 1998, articulando a centralidade do texto em práticas de ensino de língua materna e o gênero como objeto de ensino:

Todo texto se organiza dentro de determinado gênero em função das intenções comunicativas, como parte das condições de produção dos discursos, as quais geram usos sociais que os determinam. Os gêneros são, portanto, determinados historicamente, constituindo formas relativamente estáveis de enunciados, disponíveis na cultura. São caracterizados por três elementos:

- conteúdo temático: o que é ou pode tornar-se dizível por meio do gênero;
- construção composicional: estrutura particular dos textos pertencentes ao gênero;
- estilo: configurações específicas das unidades de linguagem derivadas, sobretudo, da posição enunciativa do locutor; conjuntos particulares de seqüências que compõem o texto etc.

A noção de gênero refere-se, assim, a famílias de textos que compartilham características comuns, embora heterogêneas, como visão geral da ação à qual o texto se articula, tipo de suporte comunicativo, extensão, grau de literariedade, por exemplo, existindo em número quase ilimitado (Brasil, 1998, p. 21-22).

Uma vez reconhecida e validada a centralidade do texto nas práticas de linguagem em sala de aula, o documento oficial orienta para seu pertencimento a determinados gêneros. Nessa linha, afirma-se a determinação histórica dos gêneros, os quais são relacionados com a sociedade de uma maneira intrínseca, caracterizada pela relativa estabilidade no que se refere ao “conteúdo temático”, ao “estilo” e à “construção composicional”.

A existência dos gêneros em caráter quase ilimitado, também, é uma forma de articular a produção e renovação das formas genéricas com a história da sociedade que usa a linguagem. Assim, a articulação entre sociedade e os gêneros está garantida, assim como a paráfrase falsa, sem citações, aos termos utilizados por Bakhtin no ensaio clássico “Os gêneros do discurso”.

No todo do documento percebemos que há mais menções à noção de gênero *sem complementos* que o contrário (seja textual ou outros tipos). Isso significa que não há um alinhamento explícito a uma perspectiva teórica em particular, apenas uma concepção de linguagem “como ação interindividual orientada por uma finalidade específica, um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes nos diferentes grupos de uma sociedade” (Brasil, 1998, p. 20). O documento oficial arrola, na lista de referências bibliográficas, o sobrenome de Bakhtin em duas obras⁶, embora saibamos que o conceito acima mencionado seja uma mimetização do ensaio de Bakhtin sobre os gêneros. Essa concepção de linguagem comunga, em alguns aspectos, com uma abordagem dialógica, assim como se afasta em outros aspectos.

Para Rojo (2005), que chegou às conclusões a seguir em um estudo metateórico sobre a emergência de uma abordagem textual dos gêneros, a ideia de “família de textos” é uma definição wittgensteiniana, característica da abordagem que denominou “teoria dos gêneros de texto”:

[...] sendo que famílias podem ser reconhecidas por *similaridades* (no dizer de Wittgenstein, por *formatos*). Essas similaridades podem se dar no nível do *texto* (e aqui, faz-se referência às formas do texto – textuais/de composição; linguísticas/de estilo) – ou do *contexto* ou situação/condição de produção (e aqui, faz-se referência à função,

⁶ O documento cita as obras “BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. _____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Hucitec: São Paulo, 1990”. Sendo a menção a essa última incompleta, na medida em que omite o nome de Volóchinov que constava na ficha catalográfica de MFL e foi paulatinamente apagado como autor desse importante monográfico.

finalidade, critérios pragmáticos/utilitários) (grifos do original) (Rojo, 2005, p. 192).

Nesse sentido, a definição do gênero – sem complementos – que aparece no PCNEF (Brasil, 1998, p. 21-22), apesar da apropriação de palavras do léxico bakhtiniano – como “formas relativamente estáveis de enunciados”, o nome dado aos elementos que compõem o gênero “conteúdo temático”, “construção composicional” e “estilo” – também flerta com outras abordagens, como a derivada da linguística do texto, conforme o argumento de Rojo (2005) sobre a definição de “família de textos”.

Como veremos nas próximas páginas, a ênfase na forma do texto, em aspectos “textuais/de composição” e “linguísticos/de estilo”, parece ter vigorado na formulação da BNCC, especialmente nas habilidades que recortamos na seção seguinte, sobre aspectos enunciativos e pragmáticos. Ou seja, embora se parta de uma perspectiva alinhada à discussão enunciativo-discursiva, o que vemos se desenhar é o uso do conceito de gênero com as escolhas lexicais bakhtinianas servindo a fins da linguística do texto.

O PCNEF apresenta, ainda, a relação entre gênero e texto da seguinte maneira:

Dentro desse marco, a unidade básica do ensino só pode ser o texto. Os textos organizam-se sempre dentro de certas restrições de natureza temática, composicional e estilística, que os caracterizam como pertencentes a este ou aquele gênero. Desse modo, a noção de gênero, constitutiva do texto, precisa ser tomada como objeto de ensino. Nessa perspectiva, necessário contemplar, nas atividades de ensino, a diversidade de textos e gêneros, e não apenas em função de sua relevância social, mas também pelo fato de que textos pertencentes a diferentes gêneros são organizados de diferentes formas. (Brasil, 1998, p. 23).

Nesse diapasão, os textos pertencem a gêneros, isto é, os textos em sua formulação textual-discursiva obedecem a

restrições que o documento afirma serem “de natureza temática, composicional e estilística”, tais quais as características inerentes à ideia de gênero discursivo de Bakhtin (2016). É essa a passagem do documento que apresenta uma mudança: o gênero deve ser *objeto de ensino*, deve-se orientar as práticas de sala de aula para a diversidade dos textos e dos gêneros, com vistas a capacitar os estudantes a melhorar sua *competência discursiva*, ou seja, para que os aprendizes tenham melhores condições de uso da língua em modos variados.

Para fecharmos esse item do texto, trataremos, por fim, de um argumento levantado por Rojo (2005) sobre as práticas de estudo e pesquisa nessa área do ensino de gêneros. Até aquele momento, conforme a autora, o ensino de gêneros no Brasil estava atrelado a uma questão: a herança bakhtiniana. A maneira como as duas perspectivas se configuraram para ensinar gêneros foi dando o tom da relação com essa herança, alguns autores se aproximando e adotando sua terminologia, *gêneros do discurso* ou *discursivos*, outros se distanciando e/ou negando, em direção a uma terminologia outra, *gêneros de texto* ou *textuais*.

A distinção, no raciocínio de Rojo (2005), entre a chamada *teoria dos gêneros discursivos* é que “centrava-se sobretudo no estudo das situações de produção dos enunciados ou textos e em seus aspectos sócio-históricos” enquanto a segunda vertente, que denominou *teoria dos gêneros de textos*, se interessava especialmente na descrição da materialidade textual.

Tomava-se como base para a primeira perspectiva os trabalhos de Bakhtin e do Círculo, assim como comentadores brasileiros ou estrangeiros, já para a segunda, trabalhos de Bronckart ou de Adam, especialmente (Rojo, 2005, p. 185). Vimos na definição de gênero que o PCNEF utiliza a presença majoritária de léxico bakhtiniano em copresença com termos oriundos da linguística textual, como “família de textos”. De modo que aspectos da situação de produção foram sendo paulatinamente apagados em favor da descrição da materialidade textual, em busca dos elementos textuais/de composição e linguísticos/de

estilo. Veremos na próxima seção na análise de algumas habilidades qual dessas forças ganhou ênfase na BNCC.

O problema dos gêneros na BNCC

Nesta seção trataremos da ideia de gênero na BNCC de Língua Portuguesa circunscrevendo nossos esforços à parte dedicada ao ensino fundamental por uma questão de simetria com o documento oficial estudado na seção anterior dedicado a esse nível de ensino. Para tanto, o recorte desta seção privilegia os itens “4.1.1. Língua Portuguesa” e “4.1.1.2. Língua Portuguesa no Ensino Fundamental – Anos Finais: práticas de linguagem, objetos de conhecimento e habilidades” do documento, nos quais estudamos, respectivamente, a concepção teórica ampla e a presença dos termos relacionados a gêneros nas habilidades.

Essa última pauta foi dividida em duas etapas: na primeira, observamos, nessa ordem, a ocorrência das expressões “gênero textual” ou “gêneros textuais” e “gênero do discurso” ou “gêneros discursivos” no texto das habilidades; a segunda etapa consistiu em observar ocorrências da palavra “gênero” na coluna relativa aos objetos de conhecimento. Para esse expediente foi necessário excluir aquelas tabelas da BNCC que tratavam de competências e habilidades específicas de algum dos anos do ensino fundamental, de modo que selecionamos apenas as tabelas gerais para todos os anos. Com os dados coletados a partir dessas duas etapas foram elaborados os quadros 1 e 2 nesta seção.

Feitas essas observações metodológicas, trataremos agora da análise propriamente dita. A respeito da concepção de linguagem e das definições teórico-metodológicas, a BNCC no item “4.1.1. Língua Portuguesa”, em seu primeiro parágrafo, repete, com citação, a definição levantada nas páginas anteriores por nós, a partir do PCNEF, e assume uma perspectiva teórica “enunciativo-discursiva”: o texto é a unidade de trabalho central.

O documento continua sua apresentação teórica ao considerar que algumas concepções e conceitos já disseminados

em referenciais nacionais anteriores estão em vigência também ali e já são conhecidos no ambiente escolar “– tais como práticas de linguagem, discurso e *gêneros discursivos/gêneros textuais*, esferas/campos de circulação dos discursos” (grifo adicionado) (Brasil, 2017, p. 67) – a esses conceitos já “dados” apresentam-se os novos, quais sejam, aqueles relacionados às “práticas contemporâneas de linguagem”.

Perceba-se que na citação o termo utilizado na BNCC é “*gêneros discursivos/gêneros textuais*”. Ainda no mesmo parágrafo, na porção seguinte, lê-se:

Na esteira do que foi proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o texto ganha centralidade na definição dos conteúdos, habilidades e objetivos, considerado a partir de seu pertencimento a um *gênero discursivo* que circula em diferentes esferas/campos sociais de atividade/comunicação/uso da linguagem (grifo adicionado) (Brasil, 2017, p. 67).

Sempre se relacionando ao conjunto dos PCNs, a BNCC agora trata do pertencimento do texto a um gênero discursivo. Não bastasse a flutuação que estamos demonstrando, no período seguinte lemos “gênero”, já sem nenhum complemento. Para aprofundar a compreensão dessas metamorfoses do conceito de gênero neste documento oficial em específico, decidimos que seria necessário um recorte. Assim, mais uma vez refinamos o critério de análise e realizamos a recolha dos enunciados em que as expressões “gênero textual” ou “gêneros textuais” aparecem dentro do item “4.1.1.2 “Língua Portuguesa no Ensino Fundamental – Anos finais: práticas de linguagem, objetos de conhecimento e habilidades”. Vamos analisá-las a seguir.

Nesse item, para além das inúmeras ocasiões em que a palavra “gênero” está sem nenhum qualificativo, há também muitas ocorrências de expressões como “gêneros jornalísticos”, “gêneros reivindicatórios”, “gêneros da cultura digital”, entre outros dessa natureza. Nesse sentido, a partir da página 140, o

documento apresenta a forma sugerida de progressão de conhecimentos nos anos finais do ensino fundamental no componente curricular de língua portuguesa.

Segundo a BNCC, a perspectiva de progressão se dá “das regularidades às irregularidades e dos usos mais frequentes e simples aos menos habituais e mais complexos” (Brasil, 2017, p. 139). Na sequência, então, começamos a ter acesso às planilhas nas quais são discriminados o ano, a prática de linguagem, os objetos de conhecimento e as habilidades arrolados à luz da organização dos campos de atividade. Tendo em vista as expressões “gênero textual” e “gêneros textuais”, fizemos uma busca no documento e elencamos as quatro habilidades em que essas expressões acontecem em contexto e, em seguida, fazemos comentários.

Quadro 1: Busca pelas expressões “gênero textual” e “gêneros textuais” no quadro de habilidades do EF II

Componente curricular/ano	Campo/Prática de linguagem	Objeto de conhecimento	Habilidade
Língua Portuguesa 6º ao 9º ano	<i>Campo:</i> jornalístico-midiático <i>Prática de Linguagem:</i> Análise linguística/semiótica	Estilo	(EF69LP17) Perceber e analisar os recursos estilísticos e semióticos dos gêneros jornalísticos e publicitários, os aspectos relativos ao tratamento da informação em notícias, como a ordenação dos eventos, as escolhas lexicais, o efeito de imparcialidade do relato, a morfologia do verbo, em textos noticiosos e argumentativos, reconhecendo marcas de pessoa, número, tempo, modo, a distribuição dos verbos nos <i>gêneros textuais</i> (por exemplo, as formas de pretérito em relatos; as formas de presente e futuro em gêneros argumentativos; as formas de imperativo em gêneros publicitários), o uso de recursos persuasivos em textos argumentativos diversos (como a elaboração do título, escolhas lexicais, construções metafóricas, a explicitação ou a ocultação de fontes de informação) e as estratégias de persuasão e apelo ao consumo com os recursos linguístico-discursivos utilizados (tempo verbal, jogos de palavras, metáforas, imagens) (Brasil, 2017, p. 144).
Língua Portuguesa 6º e 7º anos	<i>Campo:</i> Todos os campos de atuação <i>Prática de Linguagem:</i> Análise linguística/semiótica	Morfossintaxe	(EF06LP05) Identificar os efeitos de sentido dos modos verbais, considerando o <i>gênero textual</i> e a intenção comunicativa ⁷ (Brasil, 2017, p. 171).

⁷ Específica do sexto ano.

Língua Portuguesa 6º e 7º anos	<i>Campo:</i> Todos os campos de atuação <i>Prática de Linguagem:</i> Análise linguística/semiótica	Coesão	(EF67LP36) Utilizar, ao produzir texto, recursos de coesão referencial (léxica e pronominal) e sequencial e outros recursos expressivos adequados ao <i>gênero textual</i> ⁸ (Brasil, 2017, p. 175).
Língua Portuguesa 8º e 9º anos	<i>Campo:</i> Todos os campos de atuação <i>Prática de Linguagem:</i> Análise linguística/semiótica	Semântica	(EF08LP14) Utilizar, ao produzir texto, recursos de coesão sequencial (articuladores) e referencial (léxica e pronominal), construções passivas e impessoais, discurso direto e indireto e outros recursos expressivos adequados ao <i>gênero textual</i> ⁹ (Brasil, 2017, p. 191).

Fonte: BNCC Ensino Fundamental¹⁰.

⁸ Habilidade comum ao sexto e sétimo anos.

⁹ Específica do oitavo ano.

¹⁰ Todos os destaques na tabela foram adicionados.

As únicas quatro habilidades selecionadas com esse recorte estão atreladas à prática de linguagem “análise linguística/semiótica”. A primeira do quadro, a EF69LP17, é uma habilidade mais genérica em função de ser indicada para todos os anos do ensino fundamental II. A própria redação do texto da habilidade em questão é mais extensa se comparada aos três outros textos citados, assim como é a única relacionada a um campo específico de atividades, o campo jornalístico-midiático.

As três outras habilidades são mais específicas: a EF06LP05 para o sexto ano, a EF08LP14¹¹ do oitavo ano e a EF67LP36 comum ao sexto e ao sétimo. Também, as três últimas se aplicam a todos os campos de atuação. A distinção entre as habilidades EF67LP36 e EF08LP14, mais que uma inversão de ordem entre qual tipo de recursos de coesão aparece primeiro (se referencial ou sequencial), se dá pela complexificação nessa última em relação a “construções passivas e impessoais, discurso direto e indireto” e outros recursos relacionados ao gênero.

Ao recuperarmos o argumento de Rojo (2005) sobre a formulação da ideia de “família de textos” nos estudos em linguística textual fica evidente que nas quatro habilidades acima elencadas estamos diante de uma ênfase na forma do texto. Desse modo, as quatro habilidades se resumem a abordar o que acontece no nível do texto – as escolhas textuais/de composição e linguística/de estilo. Isso ocorre apesar de, em algum momento, como na EF06LP05, haver o tratamento indireto da “intenção comunicativa”, algo de ordem pragmática que estaria no nível do contexto.

Não é por acaso que, então, se aplicarmos os mesmos filtros listados acima, os quais geraram o quadro 1, não há nenhuma ocorrência nas tabelas de habilidades específicas do ensino fundamental anos finais para o termo “gênero discursivo” ou “gênero do discurso”. A distinção entre uma *teoria dos gêneros discursivos* e uma *teoria dos gêneros de texto*, segundo o argumento

¹¹ Excetuando-se a distinção óbvia entre o ano a que se aplica a primeira, sexto e sétimo, e o ano em que se deve aplicar a segunda, oitavo.

de Rojo (2005), se dava porque aquela centrava sua atenção nas situações de produção dos enunciados, enquanto essa última tratava da descrição da materialidade.

No caso da BNCC, com o que vimos até aqui, as situações de produção dos enunciados, o que lhes confere unicidade e irrepetibilidade, não são objeto de ensino ou de reflexão. A ênfase em elementos composicionais e de estilo dá o tom do uso do conceito de gêneros alinhado mais à linguística do texto que aos estudos bakhtinianos, apesar da perspectiva enunciativo-discursiva da BNCC.

Com isso em vista, interessou-nos estabelecer uma segunda busca nesse documento para compreender como se dava a articulação dos gêneros como objeto de conhecimento. Para isso, recortamos apenas as habilidades gerais para o componente de Língua Portuguesa do sexto ao nono ano e transcrevemos a seguir no quadro 2.

Quadro 2: Busca pela expressão “gênero” na coluna relativa aos objetos de conhecimento na BNCC EF anos finais em habilidades gerais para o nível de ensino

CAMPO	OBJETO DE CONHECIMENTO	HABILIDADE(S)
Campo jornalístico-midiático	<p>Apreciação e réplica</p> <p>Relação entre <i>gêneros</i> e mídias</p>	(EF69LP02) Analisar e comparar peças publicitárias variadas [...], de forma a perceber a articulação entre elas em campanhas, as especificidades das várias semioses e mídias, a adequação dessas peças ao público-alvo, aos objetivos do anunciante e/ou da campanha e à construção composicional e estilo dos <i>gêneros</i> em questão, como forma de ampliar suas possibilidades de compreensão (e produção) de textos pertencentes a esses <i>gêneros</i> (Brasil, 2017, p. 140).
Campo de atuação na vida pública	Reconstrução das condições de produção e circulação e adequação do texto à construção composicional e ao estilo de <i>gênero</i> (Lei, código, estatuto, código, regimento etc.)	(EF69LP20) Identificar, tendo em vista o contexto de produção, a forma de organização dos textos normativos e legais, a lógica de hierarquização de seus itens e subitens e suas partes [...], de forma a poder compreender o caráter imperativo, coercitivo e generalista das leis e de outras formas de regulamentação (Brasil, 2017, p. 147).
Campo das práticas de estudo e pesquisa	Reconstrução das condições de produção e recepção dos textos e adequação do texto à construção composicional e ao estilo de <i>gênero</i>	(EF69LP29) Refletir sobre a relação entre os contextos de produção dos <i>gêneros de divulgação científica</i> – [...] – e os aspectos relativos à construção composicional e às marcas linguísticas características desses <i>gêneros</i> , de forma a ampliar suas possibilidades de compreensão (e produção) de textos pertencentes a esses <i>gêneros</i> (Brasil, 2017, p. 150).
Campo das práticas de estudo e pesquisa	<p>Estratégias e procedimentos de leitura Relação do verbal com outras semioses</p> <p>Procedimentos e <i>gêneros</i> de</p>	(EF69LP33) Articular o verbal com os esquemas, infográficos, imagens variadas etc. na (re)construção dos sentidos dos textos de divulgação científica e retextualizar do discursivo para o esquemático [...] e, ao contrário, transformar o conteúdo das tabelas, esquemas, infográficos, ilustrações etc.

	apoio à Compreensão ¹²	em texto discursivo, como forma de ampliar as possibilidades de compreensão desses textos e analisar as características das multisssemioses e dos <i>gêneros</i> em questão (Brasil, 2017, p. 150).
Campo das práticas de estudo e pesquisa	Construção composicional e estilo <i>Gêneros</i> de divulgação científica	(EF69LP42) Analisar a construção composicional dos textos pertencentes a <i>gêneros</i> relacionados à divulgação de conhecimentos [...] [;] e reconhecer traços da linguagem dos textos de divulgação científica, fazendo uso consciente das estratégias de impessoalização da linguagem [...] como forma de ampliar suas capacidades de compreensão e produção de textos nesses <i>gêneros</i> (Brasil, 2017, p. 155).
Campo artístico-literário	Recursos linguísticos e semióticos que operam nos textos pertencentes aos <i>gêneros</i> literários	(EF69LP54) Analisar os efeitos de sentido decorrentes da interação entre os elementos linguísticos e os recursos paralinguísticos e cinésicos [...], tanto em <i>gêneros em prosa</i> quanto nos <i>gêneros poéticos</i> , os efeitos de sentido decorrentes do emprego de figuras de linguagem [...] percebendo sua função na caracterização dos espaços, tempos, personagens e ações próprios de cada <i>gênero narrativo</i> (Brasil, 2017, p. 161).

Fonte: BNCC Ensino Fundamental¹³.

¹² Há outras habilidades arroladas no mesmo quadro, mas não satisfazem aos critérios aqui utilizados, por isso não as mencionamos.

¹³ Todos os destaques na tabela foram adicionados.

Com relação ao tratamento do conceito de “gênero”, observamos o seguinte: a habilidade EF69LP02 parece-nos aquela na qual o objeto de conhecimento relacionado a gênero está mais próximo de uma ideia bakhtiniana, mas o tratamento dado à construção composicional e ao estilo enfatizam o caráter normatizado do ensino de gêneros que a BNCC prevê. A EF69LP20, sendo uma habilidade relacionada a gêneros cuja estabilidade é mais rígida (Lei, código, estatuto, código, regimento), se reduz à capacidade de leitura e identificação de elementos genéricos. A palavra gênero não aparece na habilidade.

As três habilidades arroladas a respeito do campo das práticas de estudo e pesquisa (EF69LP29, EF69LP33, EF69LP42) trilham o mesmo caminho que demonstramos com relação à EF69LP02, qual seja, focar nos elementos “construção composicional” e “estilo” prototípicos dos gêneros relacionados à divulgação científica. Inclusive, se observarmos atentamente, essas duas expressões advindas dos estudos bakhtinianos aparecem com a seguinte frequência: “estilo” três vezes mencionada na coluna objeto de conhecimento e uma na coluna das habilidades; “construção composicional” três vezes em cada coluna.

Note-se: no campo artístico-literário, o objeto de conhecimento “Recursos linguísticos e semióticos que operam nos textos pertencentes aos *gêneros literários*” redundante em estilo, conforme entendemos, portanto, essa categoria aparece ali subentendida. Por fim, a EF69LP54 retoma os conceitos de gênero que não necessariamente se relacionam com as teorias de gêneros (discursivos ou textuais), são mencionadas nomenclaturas clássicas nos estudos literários, acrescido dos gêneros da prosa. Nos seis casos que coletamos há ênfase em aspectos estruturantes dos gêneros a despeito de seu caráter de acontecimento.

Em outras palavras, as estruturas genéricas que se repetem – aquelas relacionadas ao estilo e à construção composicional – são enfatizadas pela BNCC também quando o objeto de conhecimento é o gênero. Assim, as categorias elaboradas por Bakhtin (2016) para pensar gênero de maneira indissolúvel do *tema* – que é sempre

novo e irrepetível – foram diluídas à luz da estrutura normatizada do ensino de gêneros, que se assemelha à perspectiva das “famílias de texto”, na busca por similaridades na estrutura textual.

No cotejo dessa reflexão com a seção anterior, em que tratamos da emergência da noção de gêneros no discurso oficial sobre ensino de língua materna com o PCNEF, percebemos o empreendimento normativo em que o “estado pedagogo” (Bunzen, 2020) colocou a serviço de ideais do neoliberalismo a noção de gêneros. Segundo Geraldi (2010) a passagem dos gêneros do discurso para o ensino de língua materna em articulação com as práticas de linguagem foi uma maneira de investir no caráter de acontecimento dos enunciados. Isso somente funcionaria à luz de atividades epilinguísticas com as quais operar sobre o uso da linguagem em sala de aula, essas atividades precederiam as atividades metalinguísticas, que não perderiam seu lugar.

Na proposta de Geraldi (2010) as atividades de análise linguística partem das práticas e vão aos objetos de conhecimento. Uma vez transformados os gêneros em objetos, o estado pedagogo foi capaz de estabilizar o que é instável nas correias de transmissão da história da sociedade à história da língua. Nessa medida, com a sistematização dos gêneros que o PCNEF começou e foi coroada com a promulgação da BNCC, os gêneros foram transformados por meio de um ensino normatizado, que substitui o ensino tradicional de gramática por um ensino de gêneros engessados cujo foco está, como se viu nesta seção, nos aspectos estruturantes, em atividades de identificação, repetição e reconhecimento de estruturas linguísticas reiteradas em gêneros específicos.

Considerações finais

Na esteira da discussão de Rojo (2005), problematizamos a relação entre a emergência do conceito de gêneros em documentos oficiais. Percebemos que no PCNEF esse conceito

aparece como uma paráfrase falsa do texto clássico de Mikhail Bakhtin, acrescido da expressão “família de textos”, ao que tudo indica mais aderente aos estudos da linguística textual. Percebemos também que as características estilísticas e composicionais do gênero são o centro de atenção dessas habilidades recortadas por nós para análise, é possível afirmar que são a regularidade.

Por um lado, no PCNEF não há uma nomenclatura conflitante de gênero, trata-se somente de “gênero”, por outro, na BNCC, ao menos no recorte privilegiado neste estudo, temos distintas maneiras de se referir ao conceito. A distinção fundamental que Rojo (2005) elaborou, embora com outros interesses, dá uma luz a respeito do funcionamento dessas teorias conflitantes sobre gênero: na *teoria dos gêneros textuais* o mais importante é a materialidade dos textos minuciosamente descrita, enquanto o que chamou de *teoria dos gêneros discursivos* se interessava mais pelas condições de produção históricas e sociais dos enunciados, isto é, seu caráter irrepetível e sempre inédito no acontecimento.

Cada teoria tem sua validade, o que fica difícil de entender é que se tomem como sinônimas expressões teóricas advindas de tradições muito distintas, inclusive do ponto de vista epistemológico. Afinal, a linguística do texto nasceu, em suas primeiras versões, com um propósito de ser uma “gramática do texto”. Os estudos bakhtinianos, desde sempre, se distanciaram das abordagens estruturais da língua e assumiram uma concepção de linguagem como interação social.

Do que vimos até aqui a respeito dessa indistinção, consideramos que no movimento da BNCC apaga-se o caráter sempre novo do gênero – seu tema – em favor daquilo que pode ser sistematizado em atividades de reconhecimento e repetição, ou seja, restam o estilo e a construção composicional. O gênero pode ser esquadrihado à luz dessas duas categorias, que foram bakhtinianas em algum momento, mas as metamorfoses do discurso político-pedagógico transformou-as em estáveis. Nada menos bakhtiniano que isso.

Assim, faz sentido que a expressão “gêneros do discurso” ou “gêneros discursivos” inexistam no texto das habilidades, é ali que a estabilidade venceu em favor da progressão de conteúdos e o texto se tornou objeto de uma descrição da materialidade textual que é estável. Por isso, parece-nos que, na disputa em análise, apesar da sintaxe dos enunciados colocar os termos “gêneros do discurso” e “gêneros textuais” lado a lado em alguns momentos, o que permanece é o tratamento da linguística textual para os elementos repetíveis e o desprezo pelo caráter de acontecimento enunciativo do gênero, isto é, o tema. As categorias bakhtinianas que servem para observar a manutenção e a estabilidade do gênero foram “textualizadas”, na mesma medida em que o elemento temático na composição do gênero discursivo foi obliterado em favor das práticas reiterativas de identificação de características e repetição de estruturas prototípicas.

Referências

- ARÁN, P. Gêneros discursivos e gêneros literários. In. ARÁN, P. **A herança de Bakhtin: reflexões e migrações**. Seleção de textos. Tradução do espanhol: Nathan Bastos de Souza. Campinas: Mercado de Letras, 2024, pp. 107-127.
- ARÁN, P. In. Géneros discursivos y géneros literários. In. ARÁN, P. **La herencia de Bajtín**. Reflexiones y migraciones. Córdoba: EDICEA, 2016, p. 119-135.
- BAKHTIN, M.M. **Estética da criação verbal**. Tradução de M. E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, M.M. **Os gêneros do discurso**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BAKHTIN, M.M. **Questões de literatura e de estética**. Tradução de A. Bernardini e. all. São Paulo: Ed. da UNESP, 2014.
- BAKHTIN, M.M. **Teoria do romance I. A estilística**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: editora 34, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 107p, 1998.

BRASIL. 2017. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular. Língua Portuguesa.** Brasília.

BUNZEN, C. Algumas notas sobre o tratamento da oralidade na Base Nacional Comum Curricular nos anos finais do ensino fundamental. In. SOUZA, S. RUTIQUEWISKI, A. **Ensino de língua portuguesa e a Base Nacional Comum Curricular.** Propostas e desafios. Campinas: Mercado de Letras, 2020, pp. 53-93.

DE OLMOS, C. Géneros discursivos. ARÁN, P. (org.) **Nuevo diccionario de la teoría de Mijail Bajtín.** Córdoba: Ferreyra Editor, 2006, pp. 134-140.

GERALDI, J.W. Deslocamentos no ensino. De objetos a práticas; de práticas a objetos. In: GERALDI, J. **A aula como acontecimento.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

MACHADO, I. Géneros discursivos. In. Brait, B. (Org.) **Bakhtin: conceitos-chave.** São Paulo: Contexto, 2013, pp. 151-167.

MEDVIÉDEV, P. N. **O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica.** Tradutoras: Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2012.

MENDONÇA, M. Língua e ensino: políticas de fechamento. In. MUSSALIN, f. BENTES, A.C. **Introdução à linguística.** Domínios e fronteiras. São Paulo: Ed. Corteza, 2012, pp. 273-306.

ROJO, R. Géneros do discurso e géneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In. MEURER, J.L. BONINI, A. MOTTA-ROTH, D. (Orgs.) **Gêneros: teorias, métodos, debates.** São Paulo: Parábola, 2005, pp. 184-207.

VOLÓCHINOV, V. **A palavra na vida e a palavra na poesia.** Tradução S. Grillo e E. Américo. São Paulo: Editora 34, 2019.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem.** Tradução, notas e glossário de S. Grillo e E.V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

Enunciados tirinhas de Rê Bordosa sob a perspectiva dos estudos bakhtinianos: o exagero e o espaço como elementos do riso*

Marcelo Vinicius Costa Amorim
Grenissa Bonvino Stafuzza

A necessidade é séria, a liberdade ri
(Mikhail Bakhtin, *Estética da criação verbal*, 2011, p. 397).

Introdução

A personagem Rê Bordosa, de Angeli, completou 40 anos de idade em 2024, com direito a festa comemorativa: o evento aconteceu no dia 30 de novembro e consistiu em um misto de celebração da cultura nacional brasileira e ação beneficente.¹ Angeli ficou conhecido pelas suas produções com críticas políticas a partir de 1970 e, dentre os célebres personagens de sua autoria, destacam-se Bob Cuspe e Wood & Stock. Contudo, tem-se em Rê Bordosa, a ruptura da mulher com o conservadorismo e sua insubmissão a toda e qualquer ordem social, conforme observa-se no livro *Toda Rê Bordosa* (Angeli, 2012).

A partir da perspectiva dialógica da linguagem proposta pelos estudos bakhtinianos, analisa-se nesse estudo dois

* <https://doi.org/10.51795/978652651840385105>

¹ Há 4 anos, Angeli vem lutando contra uma doença degenerativa e tem necessitado de fundos para cuidados de sua saúde. Disponível em: <https://foradoplastico.com.br/re-bordosa-faz-40-anos-com-festa-para-apoiar-angeli/>
Acesso em: 05 dez. 2024.

enunciados tirinhas de Rê Bordosa, uma vez que fornecem o material necessário para a compreensão dos seguintes elementos do riso: o exagero e o espaço. Os desdobramentos são a própria análise de aspectos históricos, políticos, sociais, culturais, que constituem os enunciados tirinhas de Rê Bordosa e, por isso, evidentemente, o aporte teórico é composto pelo conceito de riso (Bakhtin, 2010) e de enunciado (Bakhtin, 2011; Volóchinov, 2018; Medviédev, 2019).

O objetivo geral do presente estudo é analisar o riso materializado nas tirinhas de Rê Bordosa e, especificamente, busca-se: i) identificar aspectos históricos, sociais, políticos, ideológicos dos enunciados; ii) relacionar as singularidades da personagem Rê Bordosa no seu contexto de publicação; iii) descrever as estratégias na construção do riso no enunciado tirinha de Rê Bordosa. Tem-se como hipótese que a personagem Rê Bordosa reflete, parcialmente, nuances da cultura popular brasileira constituída por fatores inerentes ao período de reabertura democrática do país. É preciso lembrar que o Brasil esteve sob regime militar entre 1964 e 1985, período marcado por hegemonia de conservadorismo e mecanismos autoritários, o regime era apoiado pela elite e classe média urbana (Bethel; Castro, 2018).

A natureza do estudo é qualitativa, analítica e interpretativa, uma vez que considera a linguagem pelo prisma do diálogo materializado no/com o enunciado, vinculando-se na “inter-relação do ambiente e do horizonte, do eu e do outro” (Bakhtin, 2017, p. 59). Nas pesquisas com base nos estudos bakhtinianos não se elabora conhecimento exato esgotando o objeto, o rigor consiste no exercício de interpretação em profundidade, de compreensão do objeto e do seu contexto, com quais outros objetos/textos ele se relaciona (Bakhtin, 2011, p. 393-401). Com Medviédev (2019, p. 53), toma-se a linguagem como “produto ideológico” e “objeto da comunicação” no qual se acessa o funcionamento das relações sociais. A partir disso, opera-se com a leitura e descrição das tirinhas publicadas no livro *Toda Rê Bordosa*

(Angeli, 2012), considerando-se o auditório social (público) em diálogo com as tirinhas. Avalia-se a realidade refletida e encarnada nos enunciados bem como seus sentidos e significados, compreendendo que o *corpus* de análise é constituído por tirinhas representativas do todo do livro *Toda Rê Bordosa* (Angeli, 2012).

Esse capítulo é composto por esta introdução e duas seções. A seguir, explora-se o conceito de enunciado a partir dos estudos bakhtinianos e o conceito de riso (Bakhtin, 2010) de forma dialogada com o tema do estudo. Na última seção, apresenta-se uma análise dos enunciados tirinhas de Rê Bordosa com os resultados obtidos e, na sequência, as considerações finais e referências do trabalho.

2. O riso no/pelo enunciado tirinha

Bakhtin (2010) analisa a literatura de Rabelais em busca da compreensão da cultura popular, observando, assim, o riso materializado como expressão da festa popular na contraposição da cultura oficial. As suas interpretações são acerca da cultura popular europeia da Idade Média até o Renascimento, marcada pelo carnaval. Seria um erro considerar a análise de Bakhtin como leitura de toda e qualquer cultura, pois, a cultura popular deve ser precisada no tempo e espaço, contextualizada.

O riso na perspectiva bakhtiniana trata-se de um elemento ambivalente, material e corporal, presente na festa cômica popular: é a potência libertadora, devir e renovação ao qual faz recuar o mundo sério e negativo. De acordo com Bakhtin (2010, p. 43):

O riso e a visão carnavalesca do mundo, que estão na base do grotesco, destroem a seriedade unilateral e as pretensões de significação incondicional e intemporal e liberam a consciência, o pensamento e a imaginação humana, que ficam assim disponíveis para o desenvolvimento de novas possibilidades (Bakhtin, 2010, p. 43).

O riso apresenta-se como fator de transformação da consciência. Compreendemos que, na leitura de Bakhtin, a cultura cômica tende a residir com certa exclusividade na cultura popular, caracterizando-se como a cultura das misturas e do movimento, da quebra de hierarquias. Portanto, estudar o riso é necessariamente analisar aspectos da cultura não-oficial. O riso e todos os seus exageros permitem a interpenetração das diferentes esferas culturais, intensifica a interação e insere o diálogo da renovação. A cultura oficial tende a ser sisuda, fechada, não-porosa no sentido de recusar trocas com o que é da ordem popular.

Observado como elemento de linguagem, o riso se encontra presente nos enunciados materializados na comunicação. Segundo Volóchinov (2018, p. 343), o enunciado é um ato social próprio da atividade de comunicação, está preenchido de ideologia(s). Não se estuda a linguagem fora de sua função comunicativa. Medviédev (2019, p. 184), por sua vez, sublinha o enunciado enquanto produto histórico e concreto, exercício vinculado a esferas ideológicas. Nesse sentido, a análise do enunciado, considerado a unidade real da língua, deve partir de sua totalidade, sua situação e auditório dentro “do fluxo histórico” (Volóchinov, 2018, p. 221). Para Bakhtin (2011, p. 271), o “enunciado vivo” é sempre “preenche de resposta, evoca a atividade do ouvinte”. “Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (Bakhtin, 2011, p. 272). Um enunciado responde a outro(s) que o antecede(m) ao mesmo tempo que constroi possibilidades para respostas futuras. O enunciado e sua carga ideológica, produto da atividade e das relações humanas, torna-se “totalidade concreta, singular e única” (Medviédev, 2019, p. 57). O enunciado é produto do ato discursivo e sua análise se dá via construção de síntese sobre a dialética que congrega o aspecto psíquico e ideológico (Volóchinov, 2018, p. 140).

Considera-se, portanto, a tirinha como enunciado verbovisual, que se caracteriza pela composição de palavras e

desenhos/imagens, resultando em uma semiose de ampla interpretação. Sob essa perspectiva, ao se estudar o riso no/pelo enunciado tirinha intenta-se compreender o todo que significa (palavra e imagem): os aspectos ideológicos, os elementos sócio-históricos e seu funcionamento na linguagem. Nesse sentido, entende-se que nenhum enunciado é construído fora de seu tempo, ou seja, todo enunciado é contextualizado, possui autoria, público (endereçamento) e seu aspecto concreto é de natureza social, ideológica e histórica. Embora a forma e lugar que se manifesta seja, de fato, tributário das tecnologias de sua época, o enunciado não se trata de um desdobramento passivo do que acontece em uma esfera específica da realidade. O próprio enunciado é forjado no encontro com a realidade, portanto, está carregado de ideologias, valores e horizontes mais amplos. É uma unidade real da própria vida e seus contornos últimos são postos pelo ouvinte: cada análise sobre um enunciado é uma adição no infinito elo de enunciados na cadeia da comunicação discursiva, é uma resposta.

O trabalho de Lampoglia, Miotello e Romão (2011) dialoga com a presente proposta porque não faz uma interpretação reduzida sobre o humor contemporâneo brasileiro, por não conceber o humor popular apenas como efeito de tendências midiáticas. Para tanto, dá-se ênfase ao riso enquanto atributo do povo e não necessariamente um fenômeno do corpo individual do leitor. Assim, os autores recuperam a noção de riso em Bakhtin (2010), acionando o conceito de enunciado e memória discursiva, apontando como parte da realidade brasileira se reflete em alguns cartuns de Angeli. Nesse caso, o estudo mostra o empobrecimento da carnavalização enquanto ingresso da perspectiva oficial, perpetrada pela elite, sobre a festa popular fomentando a cristalização da hierarquia e lugar de poder.

Há uma diferença substancial entre o enunciado cartum em relação ao enunciado tirinha, mesmo que ambos possam ser caracterizados como enunciados verbovisuais. Em geral, o primeiro se compõe de um único quadro ao qual reflete

sinteticamente o quadro geral de situação política (pontual, nacional e às vezes internacional) ou um aspecto deste quadro. A tirinha, embora possa ser elaborada com maior ênfase em aspectos macropolíticos (por exemplo, as tirinhas da personagem Mafalda, de Quino), persiste uma singularidade que tem a ver com personagens protagonistas ou não. Por isso, facilmente na vida cotidiana, vemos referência a cartum de Angeli e tirinhas de Rê Bordosa. Da mesma forma como pode-se ver referência a cartum de Quino e tirinhas de Mafalda.

A pesquisa de Machado Júnior (2024), por sua vez, se debruça sobre a personagem Rê Bordosa buscando entendê-la enquanto reflexo do mundo atual. Considera que Rê Bordosa denuncia um caos de nossas sociedades, situa-se no infinito tédio próprio das intersecções de mundo moderno e pós-moderno. O autor compreende Rê Bordosa como a “questionadora nata” de determinadas condições políticas e sociais, em ampla medida, a personagem contradiz a tradição a respeito do lugar da mulher (Machado Júnior, 2024, p. 3). Segundo o autor, Rê Bordosa busca resistir a sua condição histórica sem conseguir escapar dela, faz isso apresentando a crise de valores no que diz respeito a família, sexo, drogas etc.

Nas palavras de Machado Júnior (2024, p. 4-5), Rê Bordosa se concretizou personagem enquanto “um testemunho vivo de uma era que persiste em sobreviver, apesar de ultrapassada, carregada de ressentimentos compartilhados por todos aqueles que se sentiram traídos pela promessa de liberdade, igualdade e fraternidade, a qual não se concretizou”. Concordamos parcialmente com essa afirmação, pois ainda carece considerar Rê Bordosa, em sua natureza discursiva e viva, o aspecto cômico, o riso, elemento da cultura.

Embora distintas pesquisas sobre o riso possam ser construídas a partir de diferentes aportes teóricos, nos parece evidente que articular Bakhtin (2010) torna-se fundamental para uma investigação mais robusta sobre o riso. Ao privilegiar a cultura popular pela perspectiva bakhtiniana observa-se que o

riso, próprio do corpo, carrega a potência democrática do povo. O que se nomeia humor é apenas desdobramento, enfraquecido, do riso (Bakhtin, 2010, p. 33). Dentre outras questões, busca-se dialogar a respeito de como o riso se materializa na vida, especialmente, no enunciado tirinha de Rê Bordosa.

3. Enunciados tirinhas de Rê Bordosa em análise

Ao questionar se Rê Bordosa materializa certo traço de uma cultura que está se concretizando no mundo ocidental, pode-se ouvi-la responder: “Ora (...), minha vida é o sexo, as drogas e o rock and roll!” (Angeli, 2012, p. 53). A referência dessa possível resposta, encontra-se na geração de jovens que viveram o final da década de 1970 nos EUA, compreendendo o movimento hippie e entusiastas do rock’n roll. É a faceta da contracultura que vinha se ampliando desde a década de 1950.

De acordo com o dicionário Houaiss online (s/d)², a palavra rebordosa apresenta as seguintes acepções:

substantivo feminino (*brasileirismo*)

1 advertência severa, enérgica; repreensão, censura; reprimenda “dar uma r. a alguém” “levar uma r.”

2 (1911) doença, enfermidade mais ou menos grave

2.1 (1911) *p.ext.* reincidência de doença

3 (1911) experiência má, ocorrência infeliz ou danosa “aguentar a r.”

3.1 *p.ext.* reincidência de qualquer problema

4 (1922) situação de conflito; confusão, alvoroço

4.1 *p.ext.* tumulto em que ocorrem muitas pancadas; briga, pancadaria

5 mal-estar que sofre, ao acordar, aquele que ingeriu bebida alcoólica em excesso (ou outra droga); ressaca

² Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/houaiss/apps/uol_www/v7-0/html/index.php#7 Acesso em: 07 dez. 2024.

A palavra rebordosa, em sua evolução dicionarizada, possui alguns significados que podem refletir comportamentos da personagem Rê Bordosa do ponto de vista dos ditames sociais do que era/é estabelecido como apropriado ou não para uma mulher. Nesse sentido, pode-se entender a ideia de confusão, conflito, alvoroço e a insistente ressaca vivenciada pela personagem boêmia que configuram alguns significados que pairam em seu nome. Do ponto de vista da contracultura, o enunciado tirinha de Rê Bordosa refrata significados advindos da ordem social porque a personagem, ao se comprometer com a vida boêmia, com o sexo, com as drogas e com a ressaca, ela se engaja em contestar e resistir às normas sociais que ditavam/ditam como a mulher deveria/deve ser.

A posição sustentada pela personagem é constituída no enunciado tirinha de Rê Bordosa por aspectos históricos, políticos, sociais e ideológicos da contracultura, marcada pelo desbunde, um termo hedonista e individualista, ambivalente,

um dos mais corriqueiros conferidos à contracultura brasileira, mascarando, não raras vezes, o potencial contestatório daquela experiência sob a racionalidade do regime político repressor, ele apontava para uma mudança de mentalidade e comportamento, sendo, por isso, pivô de disputas político-ideológicas (Diniz, 2020, p. 4).

Rê Bordosa nasce em 1984 na *Folha de S. Paulo*, momento próximo da redemocratização do Brasil que acontece em 1985 e é morta, por Angeli, em 1987, que a submete a uma rotina tediosa do casamento e da vida comum.³ O desbunde nesse contexto

³ “Angeli declarava-se ‘de saco cheio dela. Não aguentava mais desenhar banheirinha, oclinhos etc.’ E ia além: ‘A Rê Bordosa estava se tornando uma ponte para comercializar o meu trabalho’, o que não era a praia do Angeli. Ele não queria se ver amarrado a contratos que o obrigariam a desenhar a personagem por longos anos, estivesse ou não no pique, nem ver sua criação estampando calcinhas, sutiãs e camisetas. ‘Não queria me transformar num Schulz (criador do Charlie Brown) nem num Mauricio de Sousa (o pai da Mônica), que ficam anos fazendo o mesmo desenho...’”. Disponível em: <https://>

político ganha contornos de “deixa viver”, da “arte da curtição” desenfreada, sendo uma posição política de libertação da ditadura militar ao mesmo tempo que era uma posição contrária à luta armada, por isso o termo é ambivalente. Na década de 1960, dentro da própria esquerda brasileira os conflitos eram recorrentes: as pessoas que se opunham à luta armada eram vistas como “sem coragem”, ou seja, viviam no desbunde.⁴ Dito isso, é preciso considerar que a personagem Rê Bordosa se constitui também pela contradição de seu tempo.

O primeiro enunciado tirinha, a seguir, apresenta um importante elemento do riso em Rê Bordosa, conforme explicitado na introdução do trabalho, tal seja o exagero:

Figura 1: Enunciado tirinha: exagero



Fonte: Angeli (2012, p. 109).

A imagem do corpo é elemento fulcral na compreensão do enunciado tirinha de Rê Bordosa (figura 1), pois mostra-se indecorosamente a preencher cada quadro que protagoniza, consumindo e sendo consumido pela forma que vive. O corpo desregrado em deglutir o mundo, o fumo, a bebida, o sexo, se apresenta em Rê Bordosa como um corpo aberto para experimentar

piaui.folha.uol.com.br/materia/volta-re-bordosa-vem-viver-outra-vez-ao-meu-la-do/ Acesso em: 07 dez. 2024.

⁴ Na contemporaneidade, o termo “esquerda ciranda” substitui parcialmente o desbunde, aquela parcela legatária do desbunde que oferece paz e flores como resposta às violentas opressões.

todas as coisas: tudo entra e troca, quando em demasia, algo sai, senão vômitos, reflexões sobre seus feitos cotidianos.

Um dos aspectos elementares do riso no enunciado tirinha de Rê Bordosa (figura 1) é o exagero. Costumeiramente, Angeli recorre ao exagero dos aspectos hedonistas, ou seja, a dedicação da personagem ao prazer como estilo de vida, para tornar o riso presente. As cenas materializam um duplo exagero: no primeiro quadro é exigido da memória do leitor sobre a vida de excessos da personagem; no segundo, a surpresa de que é possível ir além. Ambienta-se um suspense ao qual apresenta-se a promessa de descanso: a personagem flerta com o discurso conservador, pois o corpo parece não aguentar mais os descomedimentos. Rê Bordosa encontra-se relaxada sob um colchão flutuante (de piscina?) e demonstra desejo de descanso (“Fiquei cansada de tanta fissura. Era muito pra minha cabeça”). O segundo exagero então aparece em caráter surpreendente, o corpo repousa na bebedeira, o conforto jaz nas drogas que envolvem todo corpo-existência da personagem. Em uma leitura reativa poder-se-ia propor a superforça das drogas sobre a existência humana, mas a realidade posta por Rê Bordosa especificamente nesse enunciado tirinha é o da potência do glutão, ampliado do comer e beber para o se drogar. O corpo está mais pleno e flutua confortavelmente sobre o líquido que transita entre a embriaguez e o prazer.

Como pode se observar na figura 1, o enunciado tirinha de Rê Bordosa é constituído por uma estratégia combinando foco e texto, pois, ao comparar os três quadros, há um jogo de aproximação/distanciamento para ocultar/revelar elementos fundamentais da trama. O que parece ser uma piscina nos dois primeiros quadros, ao qual o destaque é o corpo semidesnudo pelas vestes características de uma banhista em seu momento de lazer, Rê Bordosa explora seus sintomas de ressaca (“Fiquei cansada de tanta fissura. Era muito para a minha cabeça”) argumentando a necessidade de descanso (“Por isso, dei um tempo em tudo e resolvi tirar umas...”). O distanciamento no terceiro e último quadro revela uma impensada taça com bebida

alcoólica, a clássica vodca russa Stolichnaya, hoje, Stoli, sob a qual Rê Bordosa relaxa, assim como os cigarros de tamanhos colossais em um cinzeiro gigante, mostrando seu ideal de “férias”.

Não é aleatória a escolha da vodca russa Stoli presente no enunciado tirinha, pois, trata-se de uma bebida tradicional e que foi objeto de intensa disputa comercial, geográfica e política⁵, no entanto, a bebida e sua marca representam, especialmente, a entrada da Rússia nos EUA pela mediação de mercado da empresa PepsiCo. Pontua-se, aqui, que a contracultura é uma revolução difusa: o desbunde diz “não” ao sistema representado pelo consumismo, armas, guerras, ao mesmo tempo em que a Mulher Esponja⁶, boia sobre um colchão flutuante em uma taça-piscina de Stoli. Distante de “cair fora do sistema”, Rê Bordosa descansa sobre o mercado e as disputas históricas, econômicas e políticas que pairam sobre a marca.

O exagero que se confunde com intensidade no enunciado tirinhas de Rê Bordosa expõe o jogo da linha tênue entre vida e morte, uma vez que o comportamento da personagem é autodestrutivo, o que contraria o discurso de preservação da saúde, do bem-estar e da vida. A confusão própria do binômio gozo e dor: a trajetória cíclica da personagem que está sempre “se acabando” em sexo e drogas para outras noitadas de sexo e drogas surgirem. Em consonância, Rê Bordosa não dá corpo à perspectiva moralista, pois oferece ao moralismo “férias”, ou seja, experimentar a vida rodeada por grandes delícias, eis o sentido das substâncias e fluidos em excesso: rir do mercado, dos entraves políticos, da moralidade conservadora que dita normas de comportamento. O que pode o corpo depois de altas doses de prazer? Mais prazer, propõe o enunciado tirinha de Rê Bordosa

⁵ Para maiores informações, ler: <https://br.rbth.com/historia/83424-historia-marca-vodca-russa-stolichnaya> Acesso em: 07 dez. 2024. Ainda: <https://braziljournal.com/cancelaram-a-stolichnaya-mas-ela-e-paz-e-amor/> Acesso em: 07 dez. 2024.

⁶ Uma das alcunhas dadas à Rê Bordosa por Angeli.

em análise, ou seja, fazer boiar a vida e o riso em abundância sobre todo e qualquer sistema opressor.

Nesse sentido, a imagem do corpo é nodal para se compreender o riso no enunciado tirinha de Rê Bordosa, pois trata-se de um corpo indecoroso, que experimenta o mundo repetidas vezes e impõe um desregramento substancial para se efetivar como corpo disfuncional. O corpo de Rê Bordosa imprime em si mesmo valores de uma existência festiva persistindo ser uma eterna brecha a trocar com todos. Isso significa dizer que é um corpo aberto, uma vez que sustenta uma constância em ser parceria com todos, exceto aquilo que tende a aprisioná-la.

O aspecto do exagero no riso mostra a realidade instável, os movimentos necessários para o corpo popular não ser capturado, nem pelo discurso conservador, nem pelo sistema. O riso possui sua racionalidade que é guiar-se em favor da própria potência, para tanto, busca aliados de trocas casuais e nunca contratos formais, pois estes são resquícios do mundo sério e fechado da vida comum que futuramente mata a personagem. Com Rê Bordosa, o riso é hedonista e político, pois, se situa do lado da libertação do corpo: riso inclusivo, combatente assíduo da perspectiva moralizante, exagerado.

O segundo enunciado tirinha, a seguir, apresenta outro importante elemento do riso em Rê Bordosa, conforme explicitado na introdução do trabalho, tal seja o espaço:

Figura 2: Enunciado tirinha: espaço



Fonte: Angeli (2012, p. 109).

O enunciado tirinha Rê Bordosa se constitui de determinados ambientes específicos que funciona também para a caracterização da identidade “porraloca” da personagem. Assim sendo, a banheira, o bar, a cama parecem representar de maneira consistente a singularidade do riso em Rê Bordosa porque a personagem depende de espaços específicos para manter seu estilo de vida. Em certo sentido, a banheira parece acomodar toda a essência da personagem (figura 2): o corpo desnudo, os seios à mostra, a bebida ao seu alcance e as reflexões sobre o cotidiano compõem o espaço-banheira.

O tema do aborto é recorrente em *Toda Rê Bordosa* (2012) e, sendo o enunciado tirinha uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera, a personagem desafia as forças conservadoras ao propor o debate sobre aborto como questão do corpo popular, mas de decisão exclusiva da mulher. Em outras tirinhas persiste a menção da presença da culpa em abortar, a oscilação da personagem em ser capturada pelo discurso conservador já observado anteriormente: Rê Bordosa pontua que sua grande culpa consistiria em ter que abandonar a vida dos prazeres por quaisquer motivos (filhos, casamento, trabalho), ou seja, tudo o que pode tornar sua vida comum.

No enunciado tirinha em análise (figura 2), Rê Bordosa indica notar algum sentimento, ou variação de humor diante o recém acontecimento: ela abortou. No primeiro quadro, conversando ao telefone, a personagem parece meditar/refletir sobre o acontecimento junto a outra personagem do outro lado da linha (“Menina... estou na maior deprê... malzona... acabei de fazer um aborto”). No segundo quadro, a interlocutora de Rê Bordosa demonstra compaixão pela situação relatada (“Que mau, Rê! Não me diga que você está sozinha?”). Os dois primeiros quadros permitem ao leitor acompanhar um recorte da visão do ambiente e, novamente, o jogo de aproximação/distanciamento para ocultar/revelar elementos fundamentais da trama participa da construção do enunciado, mas aqui, especificamente, o enfoque em Rê Bordosa e o diálogo ao telefone ensaia uma área de tensão.

Ainda no segundo quadro, com a resposta de Rê Bordosa à sua interlocutora (“Que nada!”) o movimento de tensão em relação a ela ter feito um aborto começa a se dissolver. No terceiro quadro, com o distanciamento do olhar que aborda todo o espaço do banheiro, a reviravolta da trama se anuncia: Rê Bordosa esboça o sorriso e erguendo a taça revela estar em processo de comemoração. O terceiro quadro ampliado apresenta o restante dos integrantes compositores da reviravolta, surpresa cômica, os funcionários da clínica estão bêbados completando o espaço do banheiro junto a Rê Bordosa.

O espaço da banheira de Rê Bordosa é privativo para as reflexões da personagem, o que não significa haver barreiras para a presença de outros. A palavra de Rê Bordosa está preenchida de múltiplas vozes, também contraditórias. A voz da mulher culpada, própria do discurso patriarcal, por ter feito um aborto (“...estou na maior deprê... malzona”) se mescla com a perspectiva da mulher libertária ao qual assume os riscos de decidir sobre o destino do corpo, ou seja, a voz da mulher consciente das agruras de defender suas convicções (“Que nada!”). Na banheira cabe um duelo de vozes que mostra que a mulher deve algo ao mundo e permanece sempre em débito, pois o imperativo de sustentar a gestação, ser mãe, é o objetivo nuclear do discurso dominante que envolve a constituição da feminilidade ocidental. A resposta que a própria Rê Bordosa dá a si mesma e ao discurso patriarcal é a de viver sob suas próprias regras, ou seja, a de não ter regras.

A personagem Rê Bordosa permite-se dedicar reflexões sobre seus atributos femininos. Persiste uma tensão importante em sua palavra: esse corpo serve para quê e para quem? Nota-se que o acabamento do enunciado tirinha de Rê Bordosa sobre o destino da mulher é a festa, o uso dos prazeres. Ao mesmo tempo, a personagem não explicita esse percurso como sendo isento de obstáculos: sustentar posicionamento contrário aos ditames sociais que cerceiam a autonomia da mulher, implica poderoso conflito psicológico. Em meio ao clima pesado do pós-aborto, Rê Bordosa afirma a festa, a orgia, o consumo de drogas.

Compreende-se que a alegria não pode ser elaborada sem apoio, pois, nenhuma festa se realiza só, o riso e alegria se faz em coletivo. Dessa forma, Rê Bordosa materializa a potência do corpo multifacetado com culpa, reflexão e riso. É o corpo ambivalente e amplo o bastante para caber multiplicidade de afetos, de vozes e de sentidos. A culpa convive com o prazer, ambos se encaram e se renovam no riso de contrariar o discurso conservador patriarcal.

Da descrição dos elementos mais imediatos do enunciado tirinha (figura 2), a situação de comunicação revela a trama mais íntima da mulher, o tema do aborto, e, com seus componentes ideológicos, Rê Bordosa pode ser vista como um corpo coletivo. Rê Bordosa destaca a emergência e a possibilidade de se debater temas delicados e de saúde pública. Sublinha-se, especialmente, o diálogo interno na voz da personagem: a tensão entre ideologias; o diálogo com os demais personagens; a reflexão com a voz ao telefone e a parceria comemorativa com os funcionários da clínica. Um terceiro diálogo é sintetizado na interação com o leitor. O riso desgasta as difíceis arestas que envolviam o tema aborto retirando-o do lugar de tabu. As reflexões de Rê Bordosa seduzem o interlocutor pela faceta cômica e entrega-lhes polimento renovador de consciência, ao não confirmar a culpa, prepara um lugar para se valorizar quaisquer conquistas da mulher.

O riso é ambivalente, fragiliza as perspectivas moralizantes, o banheiro, lugar de reclusão e higiene é arrastado para a vida aberta e transformadora, torna-se espaço de interação de perspectivas. O aborto que *a priori* pode carregar o sentido de perda, o que antes compreendia-se que perdeu o feto ou perdeu uma vida, é reinventado para se notar o mundo da mulher sob seus olhos. A existência mais importante permanece, o aborto bem sucedido gesta o corpo a festejar. Não se identifica apologia ao aborto ou perspectiva negativa. O riso com Rê Bordosa se sustenta na afirmativa do corpo em festa, o corpo que gesta liberdade.

No contexto brasileiro, o sentido construído pela prática abortiva é a recusa de valores referentes à constituição da família nos moldes burgueses. A negação do feto é a contraposição de

um modelo de maternidade contemporâneo, trama compulsória e catalisadora da instituição família. O diálogo com Rê Bordosa no enunciado tirinha incita seus leitores a refletir sobre aquilo que insiste em sujeitar a mulher à reprodução de certo modo de vida por intermédio da culpa. A família é mecanismo de disseminação ideológica, funciona com fins semelhantes a partidos, igrejas, escolas e empresas. Especificamente a família é uma formação social capitalista contemporânea, trata-se de um dispositivo privilegiado para “reprodução de força de trabalho” (Althusser, 1970, p. 44).

Rê Bordosa autoriza equiparar dores de consciência (de classe ou não) às dores da gravidez indesejada. O enunciado tirinha (figura 2) reflete a cultura popular no sentido de afirmar a festa como enfrentamento do humor rebaixado. Riso enquanto remédio. Em outras oportunidades a personagem denuncia as condições precárias ao qual a mulher é forçada a ocupar. A clínica para o aborto é confundida com o açougue (Angeli, 2012, p. 92). O tema do aborto materializa-se em crítica à ideologia cristã, questiona a negação dos prazeres e a lida solitária com “pecados”, aspecto individualista. O conflito entre ideologias se acirra no corpo subversivo e, assim, materializa-se no enunciado tirinha de Rê Bordosa para o funcionamento contracultural, implicando na intensificação de tensões que povoam a consciência. Há uma intromissão da culpa nas escolhas individuais refletindo os mecanismos autoritários inseridos na cultura pelo viés dominante.

A culpa é uma herança da cultura moralizante, é prole da perspectiva oficial hegemônica. Rê Bordosa responde revirando a lógica da moral individualista desenhada pela perspectiva séria, o enunciado tirinha responde também a diversos outros enunciados que se estabilizam e promovem discursos conservadores (patriarcal, religioso cristão, moralizante, da convenção social etc.). Angeli faz caber nos olhos de Rê Bordosa a dialética da realidade no que diz respeito ao corpo da mulher. Os desencontros entre culpa e prazer passa a ser um sistema para se

calcular gradações de autonomia. Com os sucessivos abortos⁷ e a desnaturalização do destino da mulher, Rê Bordosa operacionaliza o que Cooper (1986) afirmava ser a morte da família. Nas reflexões deste autor, a morte de Deus ou do homem, assim como se propõe certas perspectivas filosóficas, não podem se concretizar longe do processo da morte da família. Em toda sociedade ao qual a exploração é elemento fundamental, faz-se necessário a família enquanto mecanismo de condicionamento ideológico, uma vez que a família serve para “filtrar de maneira obscura, a maioria das nossas experiências, destituindo assim os nossos atos de toda espontaneidade” (Cooper, 1986, p. 10). Dentro das teses do autor persiste o fator de destruição da autonomia sexual e social do indivíduo inserido na família convencional. Dentro das certezas de Rê Bordosa, nada justifica a perda de sua autonomia sexual. Se Rê Bordosa mata a família, o faz para incitar a gênese de outras formas de se organizar, ainda que seja uma família outra.

No enunciado tirinha Rê Bordosa (figura 2), a questão da experimentação do corpo, os prazeres que ocupam todos os espaços de vivência da personagem, faz do espaço aspecto elementar para o seu riso. Dela se desdobram as ferramentas para superar obstáculos e todo tipo de impeditivo de sua autonomia, de seus movimentos na vida cotidiana. Recusar relações e contratos sociais que mitigam a autonomia sobre a promessa de realizações existenciais futuras é tema necessário para se examinar. Rê Bordosa reconhece os benefícios de se pagar com a culpa e se livrar de certas imposições sociais. Mas com a culpa e o pecado torna-se íntima, o riso baila com o julgamento.

⁷ O leitor pode acompanhar o aborto enquanto tema recorrente em *Toda Rê Bordosa* (Angeli, 2012). Às vezes confundido com a famosa barriga de cerveja, às vezes gravidez real, a personagem passa a debater a questão da gravidez indesejada como um problema comum. Na última tirinha da página 94, por exemplo, responde à interlocutora dando a entender que faz pelo menos um aborto por semestre.

Considerações finais

No presente estudo, a análise dos enunciados tirinhas de Rê Bordosa apresenta o funcionamento do riso em seus aspectos de exagero e de espaço, que podem contribuir para se observar a tirinha como objeto cultural. Assim, por meio do riso materializado no enunciado tirinha identifica-se aspectos históricos, sociais, políticos e ideológicos relacionados às singularidades da personagem Rê Bordosa, que a caracterizam e que lhe dão identidade de ser quem é (boêmia, drogada, porraloca, fora da caixa, marginalizada). Entende-se que o enunciado tirinha de Rê Bordosa possui contexto específico e que sua situação de comunicação mostra as estratégias empregadas pelo seu autor Angeli na construção do riso. Logo, a hipótese de que Rê Bordosa ressoa parcialmente aspectos da cultura popular brasileira pode ser validada se se interpreta o riso na sua relação com o contexto de reabertura democrática, considerando os resquícios das ideologias enclausurantes próprias do regime autoritário da ditadura militar. Por isso, Rê Bordosa emprega a identidade insubmissa desorganizando determinados ditames sociais.

Sublinha-se o exagero e o espaço como elementos essenciais do riso para a compreensão dos enunciados tirinhas de Rê Bordosa, pois é através desses aspectos que o enunciado é estruturado e a personagem funciona, marcando sua identidade contracultural, contraditória e rebelde aos olhos do conservadorismo. A essência de seu riso está no jogo de desobediência à ordem social, que implica a liberdade do corpo e a intensidade do prazer, em exagero e em todos os espaços que Rê Bordosa ocupar.

A partir da noção de enunciado dos estudos bakhtinianos, compreende-se o enunciado tirinha de Rê Bordosa em seu contexto e situação de comunicação, constituído pela história, pela sociedade e pela cultura. Nesse sentido, entende-se que a(s) cultura(s) persiste em um movimento progressivo de

transformação, sendo o enunciado tirinha um elo da cadeia infinita da comunicação. Compreende-se, especialmente, que o riso impresso no enunciado tirinha de Rê Bordosa, encontra-se devidamente contextualizado no intuito de abrir uma perspectiva singular para examinar parcialmente uma cultura específica. Cada cultura popular tem seu contexto, seu tempo e lugar, e merece ser analisada em sua singularidade.

O riso no enunciado tirinha de Rê Bordosa é hedonista, tem posicionamento político e funciona por vias eróticas e da autodestruição. Ao considerar a construção do enunciado tirinha de Rê Bordosa, observa-se que o todo que significa afirma a vida e a liberdade de existir, pois, rechaça a ideologia cristã em sua proposta de família formal, questionando as normas sociais e os discursos conservadores, sejam quais forem. Em suma, o riso confunde as estratégias de captura da personagem via culpa e pecado.

A perspectiva dialógica da linguagem dos estudos bakhtinianos sintetiza a ótica para encontrar os elementos da vida que refletem na face dos enunciados. Especialmente nesse estudo, o corpo e a nudez da personagem Rê Bordosa não são referentes a um corpo individual, quando muito, reflete a condição da mulher não em seu sentido de pesar, reativo, mas, nas possibilidades da delícia que é desafiar os padrões misóginos. O riso é a renovação contínua da vida a escapar da morte que é o tédio fruto do sério-fechado dessa sociedade.

Referências

- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Tradução Joaquim José de Maura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1970.
- ANGELI. **Toda Rê Bordosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais; tradução de Yara Frateschi Vieira. - 7 ed. - São Paulo: Hucitec, 2010.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**; prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov; introdução e tradução do russo Paulo Bezerra. - 6º. ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**; organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra; notas da edição de Serguei Botcharov. - São Paulo: Editora 34, 2017.

BAKHTIN, M. **O autor e a personagem na criação estética**. Tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra; notas da edição de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2023.

BETHELL, L.; CASTRO, C. A política no Brasil sob o Regime Militar, 1964-1985. In: Leslie Bethel (Org). Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. **História da América Latina após 1930: Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil (Vol. 10)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. p. 465-531.

COOPER, D. **A morte da família**. Tradução: Jurandir Craveiro; revisão Margarida M. C. Oliva. 2a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

DINIZ, S. C. Desbundando em anos de chumbo: contracultura, produção artística e os Novos Baianos. **História** (São Paulo), v. 39, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/WbBcN5zQ7pwwvNZh4k8xKdrP/?lang=pt> Acesso em: 07 dez. 2024.

LAMPOGLIA, F.; MIOTELLO, V.; ROMÃO, L. M. S. Do desfile na avenida ao camarote: um olhar discursivo sobre o carnaval nos cartuns de Angeli. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 11, n. 1, p. 81–102, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/ZSWcttbHRZVnKYLmf88H6SG/?lang=pt#> Acesso em: 07 dez. 2024.

MACHADO JÚNIOR, C. P. S. “A morte da porraloca”: Rê Bordosa, tédio existencial e o terrível vírus do mundo moderno. **9a Arte**, (São Paulo), SP, v. 12, e229287, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/2316-9877.2024.v12.e229287> Acesso em: 07 dez. 2024.

MEDVIÉDEV, Pável Nikoláievitch. **O método formal nos estudos literários**: introdução crítica a uma poética sociológica; tradutoras Sheila Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. - 1 ed. - São Paulo: Contexto, 2019.

MORAES, R. Volta, Rê Bordosa, vem viver outra vez ao meu lado. **Revista Piauí**. Edição 68, Maio 2012. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/volta-re-bordosa-vem-viver-outra-vez-ao-meu-lado/> Acesso em: 07 dez. 2024.

STAFUZZA, G. B. O círculo de Bakhtin (Volóchinov e Medviédev) no Brasil: episteme, autoria e tradução em perspectiva dialógica. **Heterotópica**, v. 1, n. 1, p. 66-82, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/48519> Acesso em: 07 dez. 2024.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem; tradução, notas e glossários de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo; ensaio introdutório de Sheila Grillo - 2º ed. - São Paulo: Editora 34, 2018.

VOLÓCHINOV, Valentin. A palavra na vida e a palavra na poesia: para uma poética sociológica (1926) In: VOLÓCHINOV, Valentin. **A palavra na vida e a palavra na poesia**: Ensaios, artigos, resenhas e poemas. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019. p. 109-146.

Uma análise do signo ideológico *divergente* pela dialogicidade de enunciados em *divergente* – *uma escolha pode te transformar**¹

Cairo Joseph dos Santos Ferreira²

Considerações iniciais

O enunciado como “*unidade real de comunicação discursiva*” (Bakhtin, 2016, p. 22, grifos do autor) constitui um dos elos para a compreensão do processo vivo da comunicação humana, tanto na realidade quanto na ficção, que proporciona atitudes responsivas. Assim, o discurso só existe e se consolida em forma de enunciados concretos de determinados falantes ou sujeitos do discurso, cujos limites são absolutamente precisos e impostos pela alternância de tais sujeitos.

Para Bakhtin (2016) o enunciado tem um caráter ativamente responsivo, pois o que foi escutado – escrito ou lido, considerando os gêneros discursivos secundários, como o romance – e efetivamente compreendido, mais cedo ou mais tarde, será respondido pelo ouvinte (leitor), que se torna falante/interlocutor

* <https://doi.org/10.51795/9786526518403107127>

¹ Este capítulo é um recorte da pesquisa *A constituição identitária do sujeito dialógico na trilogia Divergente de Veronica Roth* (2020) desenvolvida no curso de Mestrado em Estudos da Linguagem do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) da Universidade Federal de Goiás (UFG), no período de 2018 a 2020.

² Doutorando em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), com subsídio concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

em discursos posteriores (seja na palavra e/ou seja nos meios de expressão do discurso humano). Por conseguinte,

[...] todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau: porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus e alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte). Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados (Bakhtin, 2016, p. 26).

Desse modo, os enunciados configuram-se como unidades pertencentes à comunicação discursiva, pelo fato de que a língua possui um caráter social e responsivo, logo, dialógico. Assim, os enunciados sempre respondem a outros, se constituem a partir de outros, além de dialogarem entre si, possibilitando o funcionamento da linguagem.

Pelo exposto, parte-se para a verificação do real funcionamento do enunciado como unidade dialógica no romance *Divergente – uma escolha pode te transformar* (2012), da escritora estadunidense Veronica Roth, traduzido para o português por Lucas Peterson, publicado originalmente nos Estados Unidos, como: *Divergent – one choice can transform you* (2011).

2. O signo ideológico *divergente* analisado pela dialogicidade de enunciados

Este capítulo empenha-se no estudo da palavra *divergente* como signo ideológico em momentos fundamentais do mundo vivido pela personagem protagonista Beatrice Prior, autodenominada Tris, na distopia *Divergente – uma escolha pode te transformar* (2012), por meio da descrição-análise-interpretação de quatro enunciados extraídos da referida obra literária, conforme se vê adiante.

2.1 Tomando ciência do ser *divergente*

A futurista cidade de Chicago, assolada pelos horrores e pelo caos advindos da guerra, protegida por uma cerca que a circunda, está dividida em cinco facções respaldadas em aptidões pessoais, a saber: altruísmo, bondade, coragem, inteligência e honestidade. Trabalhando juntas, elas vivem em paz e cada uma contribui com uma área da sociedade. A Abnegação dedica-se ao assistencialismo social e, especialmente, ao governo de Chicago, pois para ter e manter uma sociedade igualitária, carece-se de líderes altruístas; a Amizade como promotora da paz proporciona conselheiros e zeladores compreensivos, além de cuidar da terra e fornecer alimentos; a Audácia incumbe-se pela segurança pública, garantindo a proteção contra ameaças internas e externas; a Erudição, valoriza o conhecimento científico e tecnológico, bem como oferece professores e pesquisadores para a educação; e a Franqueza, engajada com a honestidade, a verdade, a justiça e a ordem, providencia líderes confiáveis e seguros para o Judiciário. Além dos sem-facção, que vivem à margem da sociedade, pelo fato de não se enquadrarem em nenhuma das facções. Conforme a História das Facções, ministrada aos cidadãos de Chicago desde crianças, a organização em facções motiva-se pelo fato de procurar aniquilar as más características humanas, como: egoísmo, agressividade, covardia, ignorância e duplicidade, causadoras da desordem, dos conflitos e da destruição.

Nessa sociedade arquitetada por Roth (2012), encontra-se Beatrice Prior narrando a própria história. Ela nasceu na Abnegação e, juntamente com a família, usufrui de uma vida altruísta, sem qualquer tipo de vaidade e autocongratulação. As roupas e as comidas são simples, sem cor e sem tempero, o mero ato de olhar-se no espelho ocorre só por alguns minutos a cada três meses, como modo de resguardar-se da vaidade. Todavia, na procura do autoconhecimento, Beatrice sente que não é altruísta o bastante, uma vez que ela tem se esforçado há dezesseis anos e, até então, não conseguiu se identificar com a Abnegação. Diante disso,

ela vê no teste de aptidão a oportunidade de encontrar a facção a que pertence, e, conseqüentemente, na Cerimônia de Escolha, definir a que grupo ela se unirá para passar o resto de sua vida.

Aos dezesseis anos, Beatrice e os demais jovens são submetidos ao teste de aptidão que lhes informará qual das cinco facções é a mais propícia à sua própria natureza humana. O teste é realizado com o uso do soro de simulação e dos maquinários capazes de entrar na mente da pessoa e observar as escolhas que ela fará em situações hipotéticas. De acordo com as atitudes praticadas, lhe é designada a facção, pois espera-se que o indivíduo tenha tão somente um dos cinco atributos dominantes naquela sociedade, caso contrário, ele representará um perigo.

Assim, o primeiro enunciado a ser analisado, constante no Capítulo Três do livro, refere-se ao diálogo entre Tori, aplicadora do teste de aptidão, e Beatrice, acerca do resultado inconclusivo do referido teste.

– Por um lado, você se atirou sobre o cachorro e não permitiu que ele atacasse a menininha, o que caracteriza-se como reação da Abnegação... mas, por outro, quando o homem lhe falou que a verdade o salvaria, você continuou recusando-se a revelá-la. – Ela suspira. – Não fugir do cachorro sugere a Audácia, mas pegar a faca também, e não foi isso que você fez.

Ela limpa a garganta e continua:

– Sua resposta inteligente ao cachorro sugere um forte alinhamento com a Erudição. Eu não tenho a menor ideia de como interpretar a sua indecisão no primeiro estágio, mas...

– Espere – interrompo-a. – Então você não tem nenhuma ideia de qual é a minha aptidão?

– Sim e não. *Minha conclusão, explica ela – é que você apresenta aptidão para a Abnegação, a Audácia e a Erudição. Pessoas que apresentam resultados assim são... – Ela olha para trás, como se esperasse ser surpreendida por alguém. – ...são chamadas de... Divergentes. [...]*

– Beatrice – diz ela –, você não pode compartilhar essa informação com ninguém, sob quaisquer circunstâncias. Isso é muito importante.

[...] *A Divergência é algo extremamente perigoso. Você entendeu bem?*

[...]

Agora a escolha é minha, independente do resultado do teste.

Abnegação. Audácia. Erudição.

Divergente (Roth, 2012, p. 27-29, grifos meus).

Pelo enunciado, nota-se o primeiro contato de Beatrice com as palavras *divergentes*, *divergência* e *divergente*, pois ela possui aptidões de três facções – Abnegação, Audácia e Erudição – e que, particularmente, não cabe em nenhuma delas, sendo denominada por Tori, de forma bem cuidadosa e velada, como *Divergente*. A explicação de Tori quanto ao resultado inconclusivo do teste e a advertência de “[...] não compartilhar essa informação com ninguém, sob quaisquer circunstâncias [...]” (Roth, 2012, p. 28), pelo fato de que “[...] A divergência é algo extremamente perigoso [...]” (Roth, 2012, p. 28), deixou Beatrice ainda mais confusa e com muitos questionamentos a respeito da escolha que deverá fazer na Cerimônia de Escolha. Contudo, independentemente do resultado do teste e, ainda, não entendendo o real significado das palavras pronunciadas por Tori, a escolha que Beatrice fará conhecida na Cerimônia de Escolha caberá exclusivamente a ela.

Ante o exposto, ressalta-se que a palavra é

[...] o fenômeno ideológico *par excellence*. Toda a sua realidade é integralmente absorvida na sua função de ser signo. Não há nada na palavra que permaneça indiferente a essa função e que não seja gerado por ela. A palavra é o *medium* mais apurado e sensível da comunicação social. A significação, a representatividade da palavra como fenômeno ideológico e a clareza excepcional da sua estrutura sígnica já seriam suficientes para colocá-la no primeiro plano da ciência das ideologias. É justamente no material da palavra que se pode explicar, do melhor modo possível, as principais formas ideológicas da comunicação sígnica (Volóchinov, 2017, p. 98-99, grifos do autor).

Desse modo, entende-se que a palavra é o signo ideológico por excelência. Como todo signo, origina-se no mundo exterior, no processo de interação social entre consciências individuais, que se dá por meio da comunicação discursiva, sendo que uma consciência individual, repleta de signos, apenas passa a existir como tal, a partir do momento que se envolve pelo conteúdo ideológico (Volóchinov, 2017, p. 95). E, ele complementa que:

[...] O signo não é somente uma parte da realidade, mas também reflete e refrata uma outra realidade, sendo por isso mesmo capaz de distorcê-la, ser-lhe fiel, percebê-la de um ponto de vista específico e assim por diante. As categorias de avaliação ideológica (falso, verdadeiro, correto, justo, bom etc.) podem ser aplicadas a qualquer signo. O campo ideológico coincide com o campo dos signos. Eles podem ser igualados. Onde há signo há também ideologia. *Tudo o que é ideológico possui significação sgnica* (Volóchinov, 2017, p. 93, grifos do autor).

Assim, observa-se que a palavra *divergente*, como signo ideológico, surge para Beatrice mediante a interação discursiva com Tori. E, nesta interação, a consciência individual de Beatrice é embebida pelo conteúdo ideológico deste signo, que reflete e refrata uma outra realidade, até o momento, não percebida por ela, de que não possui apenas uma aptidão dominante para integrar-se em uma determinada facção, mas três. Ressalta-se que, dentro de uma situação hipotética, ela pode utilizá-las simultaneamente. Além disso, é advertida que esta façanha, conhecida como divergência, não é comum na sociedade na qual ela está inserida, pois representa um perigo, uma ameaça, pelo fato de cruzar com os interesses sociais multidirecionados do sistema de facções. E é aconselhada a esconder o seu diferencial e a tentar adaptar-se a uma das facções.

Daí, fica evidente que a palavra *divergente* “reflete sensivelmente as mudanças mais sutis da existência social” (Volóchinov, 2017, p. 112) de Beatrice. Assim como o signo

ideológico *divergente* transforma-se na arena da luta de classes, uma vez que a partir do momento que Beatrice toma ciência de que é uma *divergente*, no tramitar da história, para ela, viver é decidir e transformar-se continuamente, é lutar para se enquadrar em um dos sistemas de valores impostos pela sociedade.

2.2 Agindo como um *divergente*

Na Cerimônia de Escolha, os jovens, que se submeteram ao teste de aptidão, externarão a decisão de permanecer na facção que nasceram ou de ir para uma facção diferente e perder, provavelmente, o contato com a família, pois conforme o lema previsto na História das Facções: “*A facção antes do sangue*” (Roth, 2012, p. 49).

Como bem destaca Beatrice (Roth, 2012, p. 45): “[...] Ainda não somos considerados membros; nossas decisões hoje nos tornarão iniciandos, e viraremos membros se conseguirmos completar a iniciação”. Assim, dentro da facção escolhida, eles passarão por uma série de treinamentos e avaliações e, caso reprovados, eles serão excluídos da sociedade e passarão a viver como sem-facção, marginalizados.

Para Beatrice, a difícil decisão é ficar com a família ou ser quem ela realmente é. Então, ela faz uma escolha surpreendente a todos, inclusive a si própria. Ela decide ir para a Audácia, pela possibilidade de liberdade e de autoconhecimento, ainda que lutando contra o medo de ser excluída do convívio social: seja pelo fato de não completar a iniciação da Audácia, tornar-se uma sem-facção (escória social); ou seja pelo fato de ser definitivamente eliminada da sociedade (morta), principalmente, quando ela começa a ouvir relatos acerca das perseguições e das mortes de outros divergentes.

Na nova facção, Beatrice tem a chance de escolher para si um novo nome, Tris. Posteriormente, ela encontra novos hábitos, novos pensamentos, novas regras, portanto, ela tem a esperança de se encontrar. Mas, Tris explica que: “[...] Será tão difícil romper

com a mentalidade da Abnegação imbuída em mim quanto puxar um único fio em uma peça complexa de tecelagem. [...]” (Roth, 2012, p. 95). Para tornar-se membro da Audácia, Tris deverá ficar entre as dez primeiras posições, resultado da combinação de três notas: a primeira, do estágio de combate; a segunda, do estágio das simulações; e, a terceira, do exame final: a paisagem do medo.

Em um dos exercícios do estágio de combate, Tris age como uma *divergente* perante os seus instrutores, Eric e Quatro, e os demais iniciandos, bem como aconteceu na situação hipotética do teste de aptidão, descrita no primeiro enunciado. Contudo, eles não percebem nada, apenas Tris se dá conta do ocorrido. Assim, o segundo enunciado a ser analisado, constante no Capítulo Treze do romance, refere-se à seguinte afirmação de Tris:

Sinto um formigamento de medo dentro de mim, no meu peito, na minha cabeça e nas minhas mãos. *Sinto como se a palavra DIVERGENTE estivesse tatuada na minha testa*, e que, se ele olhasse para mim por tempo o bastante, pudesse vê-la. Mas ele apenas tira a mão do meu ombro e continua andando (Roth, 2012, p. 177, grifos meus).

Para treinar a mira, Eric explica que cada iniciando deverá lançar três facas no alvo, conforme a técnica correta demonstrada por Quatro. Entretanto, Al, um dos iniciandos, não consegue praticar o exercício com êxito. Então, numa atitude cruel, Eric manda-o buscar as facas que estão caídas no chão enquanto os outros iniciandos continuam lançando-as no alvo. Porém, Al desobedece ao comando com medo de ser atingido. Daí, como punição, Eric irado, manda Al para frente do alvo e determina que Quatro atire as facas no rapaz.

Neste momento, numa atitude desafiadora, inteligente (Erudição), altruísta (Abnegação) e corajosa (Audácia), que caracteriza a divergência, Tris argumenta com Eric que “a intimidação é um sinal de *covardia*” (Roth, 2012, p. 174, grifo da

autora), assume o lugar de Al em frente o alvo e recebe a punição com o risco de ser atingida por uma das facas.

O segundo enunciado, narrado em primeira pessoa pela própria Tris, pode ser caracterizado como um desabafo mental, expõe sua atitude impetuosa perante a situação de intimidação realizada por Eric, que, por sua vez, se aproxima, segura-a pelo ombro e olha-a, na visão de Tris, como se estivesse tomando ciência de quem ela é, lendo o escrito *DIVERGENTE* tatuado na testa dela e reconhecendo-a como tal. Entretanto, para alívio de Tris, Eric não consegue enxergá-la como uma *divergente*. Ao ter medo de ser descoberta como divergente, Tris já se reconhece como uma, ou seja, possui consciência do seu existir-evento.

No que tange ao caráter social, dialógico e responsivo do enunciado que proporciona o real funcionamento da linguagem romanesca, Volóchinov (2017, p. 298) afirma que “[...] um enunciado encontra o outro, isto é, quando começa a interação discursiva, mesmo que ela não seja direta, ‘face a face’, mas mediada e literária”. E, Bakhtin (2016) acrescenta que:

[...] Todo enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva. Todo enunciado deve ser visto antes de tudo como uma *resposta* aos enunciados precedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavra “resposta” no sentido mais amplo): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta. Porque o enunciado ocupa uma posição *definida* em uma dada esfera da comunicação, em uma dada questão, em um dado assunto, etc. É impossível alguém definir sua posição sem correlacioná-la com outras posições. Por isso, todo enunciado é repleto de variadas atitudes responsivas a outros enunciados de um dado campo da comunicação discursiva. [...] (Bakhtin, 2016, p. 57, grifos do autor).

Nesse sentido, observa-se que o segundo enunciado existe e se constitui em resposta aos enunciados que o precederam, neste caso,

em particular, o primeiro enunciado, bem como dialoga com este e dialogará com aqueles que ainda o sucederão. Além do mais, o segundo enunciado carrega os ecos e as ressonâncias do primeiro enunciado, no que diz respeito ao signo ideológico *divergente*, tendo em vista que tais enunciados foram produzidos na e pela interação discursiva de Tris com os outros personagens, ou seja, a partir das vozes sociais que dialogam em um dado espaço-tempo-sentido organizado pelo gênero do discurso romanesco.

Isso é notório na relação dialógica estabelecida entre o primeiro enunciado, que retrata Beatrice tomando conhecimento de que é uma *divergente* devido ao resultado inconcluso do teste de aptidão, dentro de uma situação hipotética, e o segundo enunciado, que mostra Tris agindo como uma *divergente*, dentro de uma situação real no estágio de combate na Audácia, favorecendo a compreensão da formação identitária de Beatrice (Tris) enquanto sujeito dialógico, constituída pela interação discursiva.

Vale destacar que, para Volóchinov (2017, p. 216, grifos do autor), “O centro organizador de qualquer enunciado, de qualquer expressão, não está no interior, mas no exterior: no meio social que circunda o indivíduo [...]”. E, ainda, evidencia que

[...] a personalidade falante, tomada por assim dizer de dentro, é inteiramente um produto das inter-relações sociais. Seu território social não é apenas a expressão exterior, mas também a vivência interior. Conseqüentemente, todo o caminho entre a vivência interior (aquilo que é “expresso”) e a sua objetivação exterior (o “enunciado”) percorre o território social. Já quando a vivência é atualizada em um enunciado finalizado, a sua orientação social adquire uma direção para a situação social mais próxima da fala e, acima de tudo, aos interlocutores concretos (Volóchinov, 2017, p. 211).

Nesse sentido, o centro organizador do segundo enunciado está no meio social que circunda Tris, podendo ser visualizado tanto pela expressão exterior, atitude promovida por ela no exercício do estágio de combate na Audácia, quanto pela

expressão interior (atividade mental), quando ela expressa por meio de pensamento o sentimento intrínseco de medo (“sinto um formigamento de medo dentro de mim, no meu peito, na minha cabeça e nas minhas mãos”), pelo fato de ser descoberta por Eric como uma *divergente*. Percebe-se, ainda, que o território social constitui o enunciado, mas também o sujeito, uma vez que Tris se constitui enquanto divergente, agindo como tal, justamente no embate da atividade mental e das atitudes praticadas. Assim compreende-se que

[...] qualquer signo ideológico exterior, independentemente do seu gênero, banha-se por todos os lados nos signos interiores, ou seja, na consciência. Esse signo exterior tem sua origem no mar dos signos interiores e nele continua a viver, pois a sua vida se desenvolve no processo de renovação da sua compreensão, vivência e assimilação, ou seja, em sua inserção contínua no contexto interior (Volóchinov, 2017, p. 128).

Logo, pelos pensamentos, pelas reações físicas e psicológicas de Tris, expressas no segundo enunciado, nota-se que a vida dela já se desenvolve, conscientemente, no processo de compreensão, vivência e assimilação do signo ideológico *divergente* durante a interação social com os demais personagens, neste caso, especialmente, com Eric.

Além disso, Volóchinov (2017, p. 112, grifos do autor) acentua que “a existência não apenas é refletida no signo, mas também é *refratada* nele. O que determina a refração da existência no signo ideológico? O cruzamento de interesses sociais multidirecionados nos limites de uma coletividade *sígnica*, isto é, a *luta de classes*”.

Dessa maneira, após praticar a atitude desafiadora, inteligente (Erudição), altruísta (Abnegação) e corajosa (Audácia) que caracteriza a divergência, o ser Tris se vê refletido e refratado no signo ideológico *divergente* na situação de confronto com o instrutor Eric que se imprime na linguagem literária. Assim, o

reflexo do signo se dá pela atitude desafiadora de Tris como se a palavra *DIVERGENTE* estivesse tatuada na testa, sendo que a (trans)formação dela como sujeito divergente estivesse evidente aos olhos de todos, independentemente de se tratar de uma situação hipotética ou real. E, a refração se evidencia no momento em que Tris utiliza, com consciência e domínio próprio, concomitantemente as habilidades de três facções para proteger Al e os demais iniciandos da crueldade e da intimidação de Eric, demonstrando que a divergência não representa um perigo como apresentado por Tori (no primeiro enunciado), ao contrário, é uma habilidade ímpar para salvar a si própria e aqueles que a rodeiam dos perigos iminentes.

2.3 Buscando o real significado do ser *divergente*

O estágio de combate corresponde à primeira etapa do processo de iniciação da Audácia e tem por finalidade preparar o iniciando fisicamente para lidar com armas e lutar corpo a corpo. Tris termina esta fase na sexta posição.

Durante a visita da mãe Natalie Prior ao complexo da Audácia, Tris revela que é uma *divergente*, confirmando as suspeitas da mãe. E recebe tão somente a seguinte advertência: “[...] você precisa ter muito cuidado durante o próximo estágio na iniciação, Beatrice. Não importa o que aconteça, tente se misturar aos outros. Não chame atenção para si mesma. Entendeu?” (Roth, 2012, p. 198). Depois deste episódio, somado à advertência de Tori, proferida anteriormente, os questionamentos de Tris, quanto ao significado, ao motivo e à periculosidade da palavra *divergente* se intensificam.

Enquanto isso, a Erudição promove dissidências em desfavor da Abnegação pela liderança do governo de Chicago. Por meio de relatórios, ela divulga informações falsas e mentirosas contra os líderes da Abnegação, dentre eles, os pais de Tris, Andrew e Natalie Prior. O que causa revolta na garota, “– Me acalmar? Me acalmar? Eles estão falando da minha família, da minha facção!” (Roth, 2012, p. 258). Porém, um dos iniciandos lembra-a que estão

falando da antiga facção dela e, portanto, ela deveria ignorar aquela situação.

O estágio das simulações equivale à segunda etapa do processo de iniciação da Audácia, trabalha com a mente e objetiva treinar o iniciando para enfrentar os medos através das situações hipotéticas. Nesta etapa, as simulações são semelhantes aos testes de aptidão. Pelo fato de não ser pré-condicionada a uma única aptidão dominante como os outros, mas a três, ou melhor, por ser uma *divergente*, Tris discerne e age categoricamente quando está sob uma simulação, e utiliza esse trunfo para despontar na liderança desta fase. Entretanto, no decorrer de uma simulação, por mais que Tris tente agir com naturalidade, o instrutor Quatro constata as dúvidas dele advindas das simulações anteriores realizadas por Tris, e afirma: “[...] Você manipulou a simulação; você é Divergente. Vou apagar a gravação, mas a não ser que você queira acabar morta no fundo do abismo, é melhor arrumar um jeito de esconder isso durante as simulações” (Roth, 2012, p. 269).

Ao sair da sala de simulação, Tris sem entender nada, questiona-se sobre como Quatro soube, uma vez que ela não sabia que manipular uma simulação era uma atitude *divergente*. Daí em diante ela procurará com afinco a resposta para os questionamentos que a perseguem desde o teste de aptidão e que interferem diretamente no autoconhecimento e na formação dela enquanto sujeito.

Sendo assim, o terceiro enunciado a ser analisado, constante no Capítulo Vinte da obra, corresponde ao diálogo de esclarecimento entre Tori e Beatrice, a respeito do significado de ser uma *divergente*.

– Por favor, ajude-me a entender – digo rapidamente. – *O que significa ser...*

– Hesito. Não deveria pronunciar a palavra “*Divergente*” aqui. – *O que diabos eu sou? O que isso tem a ver com as simulações?*

O comportamento de Tori muda de repente. Ela apoia as costas na cadeira e cruza os braços. Sua expressão se fecha.

– Entre outras coisas, você... *you are someone who has consciousness, when you are in a simulation, that the one who is living is not real* – diz ela. – *Someone who can, therefore, manipulate the simulation or even shut it down.* E também... – Ela se inclina para frente e me encara. – Alguém que, por também ser da Audácia... provavelmente irá morrer.

[...]

– Então, eu vou morrer?

– Não necessariamente – diz ela. – Os líderes da Audácia ainda não sabem a respeito de você. Eu apaguei os resultados do teste de aptidão do sistema imediatamente e cadastrei o seu resultado manualmente como Abnegação. *But you can be sure: if they discover that you are, they will kill you* (Roth, 2012, p. 270-271, grifos meus).

Devido ao incidente com Quatro na sala de simulação, Tris vai diretamente para o estúdio de tatuagens para que Tori a ajude compreender o que realmente significa ser uma *divergente* e até que ponto isso se relaciona com as simulações. Então, Tori, discretamente e com uma expressão séria, explica-lhe que ela é uma pessoa que tem consciência que uma simulação não é real, e que tem autonomia para manipulá-la e até encerrá-la. Além disso, Tori alerta que se os líderes da Audácia científicarem que ela é uma *divergente*, uma ameaça para a facção, certamente eles a matarão.

Pelo terceiro enunciado, visualiza-se que ser *divergente* não é só ter mais de um atributo dominante daquela sociedade e poder utilizar os atributos conjuntamente em uma dada situação real ou não, mas, é ter consciência e autonomia própria, ou seja, a *divergente* Tris não pode ser manipulada e encaixada em um lugar fixo. Por isso, caso ela seja descoberta, deverá ser eliminada, uma vez que ela ameaça o sistema de facções.

Volóchinov (2017) explica que:

[...] o ideológico em si não pode ser explicado a partir de raízes animais, sejam elas pré ou supra-humanas. Seu verdadeiro lugar na existência está em um *material signico* específico, que é social, isto é, criado pelo homem. A sua especificidade está justamente no fato de

que ele existe entre indivíduos organizados, de que representa o seu meio e serve como *médium* para a comunicação entre eles. Um signo só pode surgir em um *território interindividual*, que não remeta à “natureza” no sentido literal dessa palavra. O signo tampouco surge entre dois *Homo sapiens*. É necessário que esses dois indivíduos sejam *socialmente organizados*, ou seja, componham uma coletividade – apenas nesse caso um meio sócnico pode formar-se entre eles. A consciência individual não só é incapaz de explicar algo nesse caso, mas, ao contrário, ela mesma precisa de uma explicação que parta do meio social e ideológico (Volóchinov, 2017, p. 96-97, grifos do autor).

Assim, observa-se que Tris busca a significação do signo ideológico *divergente*, tentando como que olhar para si pelos olhos de Tori, que é uma das integrantes do meio social e ideológico no qual ela pertence. Sendo que, neste momento, é por meio da interação discursiva entre Tris e Tori, na relação complexa e dinâmica do outro-para-mim, que Tris se orienta na constituição da imagem de si mesma.

Diante disso, apreende-se que a “significação é uma expressão da relação entre o signo, como uma realidade única, como uma outra realidade, que ele substitui, representa. [...] é impossível imaginar uma significação [...] que exista fora do signo, como um objeto isolado e autônomo” (Volóchinov, 2017, p. 119).

Dessa forma, pelo diálogo travado com Tori sobre o ser *divergente* que Tris assinala sua existência singular em uma esfera de comunicação que aciona o agir ético do sujeito em uma situação social específica: a tomada de consciência de ser quem é e dos riscos que corria por ter consciência. É por meio do signo ideológico *divergente* que o confronto de valores ocorre e se evidencia na (trans)formação de Tris como sujeito dialógico em busca de si.

2.4 Convictamente *divergente*

A paisagem do medo, também conhecida como o exame final, é a terceira e última etapa do processo de iniciação da

Audácia, lida com o emocional, pois numa única simulação estão reunidos todos os medos do iniciando. Aqui, os iniciandos, divergentes ou não, deverão utilizar as estratégias que aprenderam nas fases anteriores para vencer cada medo. Durante a preparação para o exame final, Tris relaciona-se afetivamente com Quatro. Assim, ela descobre que o apelido do instrutor corresponde aos quatro medos que ele possui na paisagem do medo, e que o nome dele é Tobias Eaton, filho do líder político da Abnegação, Marcus Eaton, acusado pela Erudição de praticar violência doméstica contra a prole.

Na simulação, Tris supera com êxito os sete medos que possui. Posteriormente, no salão da Audácia, onde estão reunidos todos os membros e iniciandos da facção, o resultado classificatório e eliminatório do processo de iniciação é divulgado no monitor, sendo que ao lado do número um está a foto e o nome de Tris. Agora, Tris é membro da Audácia, não corre o risco de ser uma sem-facção, viver à margem da sociedade. E, com satisfação ela ressalta: “Um enorme peso some do meu peito. Não havia percebido que ele estava lá, até que ele se foi, e eu me liberei dele. Sorrio, e um formigamento se espalha pelo meu corpo. Primeira. Divergente ou não, é a esta facção que eu pertencço” (Roth, 2012, p. 425).

Contudo, o imprevisível acontece, para dar o golpe no governo altruísta e assumir o poder, a Erudição, liderada por Jeanine Matthews, decide desencadear uma guerra civil entre os membros da Audácia e os da Abnegação. Para conquistar tal intento, com o apoio dos líderes corrompidos da Audácia e com a utilização de um soro com transmissores manipuladores, todos os membros desta facção tornaram-se sonâmbulos e foram colocados sob uma simulação na qual os abnegados são vistos como inimigos, portanto, deverão ser exterminados. Entretanto, o referido soro não reage em Tris e nem em Quatro. Por esse motivo, ambos são reconhecidos por Eric, membro da Audácia que tinha sido tirado da simulação, como “Rebeldes Divergentes” (Roth, 2012, p. 438).

No percurso da fuga, Tris é baleada e Quatro se recusa a deixá-la para trás. Então, eles são capturados e levados à presença de Jeanine. Como medida de segurança, ela aplica em Quatro um soro experimental que anula o efeito da divergência e o encaminha para a sede da Audácia, com o encargo de supervisionar o conflito; e, ordena que Tris seja presa dentro de um tanque de vidro com água, para que morra afogada. Mas, para sorte de Tris, a mãe dela, Natalie, a salva daquela situação.

Assim, o quarto e último enunciado a ser analisado, constante no Capítulo Trinta e Cinco da obra literária corresponde ao diálogo entre Natalie e Tris, sobre porquê a divergência representa um perigo para o sistema de facções.

– Não entendo *por que somos uma ameaça tão grande aos líderes.*

– Todas as facções condicionam os seus membros a pensar e agir de determinada maneira. E a maioria das pessoas fazem exatamente isso. Para a maior parte das pessoas, não é difícil aprender, encontrar uma linha de pensamento que funcione e seguir por ela. – Ela apoia a mão no meu ombro que não está machucado e sorri. – *Mas nossas mentes movem-se em dezenas de direções diferentes. Não podemos ficar confinados a uma única maneira de pensar e isso apavora os nossos líderes. Isso significa que não podemos ser controlados.* E significa que, não importa o que eles façam, nós sempre causaremos problemas para eles.

Sinto como se alguém tivesse enchido o meu pulmão com novos ares. Não sou da Abnegação. Não sou da Audácia.

Eu sou Divergente (Roth, 2012, p. 454-455, grifos meus).

Após o salvamento, Tris pede desculpas para a mãe por ter abandonado e traído a família quando escolheu outra facção. Porém, Natalie esclarece que não se importa com as facções, mostra para a filha o caos que elas causaram e afirma que: “[...] Os seres humanos, de uma maneira geral, não conseguem ser bons por muito tempo antes que o mal penetre novamente entre nós e nos envenene” (Roth, 2012, p. 454).

Em seguida, Tris lhe questiona como ela sabe da divergência e o que ela é. Diante dessas perguntas, Natalie revela para a filha que é uma divergente e que só conseguiu manter-se em segurança, uma vez que recebeu orientação da mãe para escolher uma facção mais segura, no caso a Abnegação. E Natalie explica para Tris que não interveio na escolha dela, pois queria que ela escolhesse por conta própria.

Pelo último enunciado, observa-se que Natalie apresenta, claramente, para a filha que todas as facções, sem nenhuma exceção, condicionam os membros a pensarem e agirem de acordo com os interesses dos líderes. Assim, aqueles que pensam e agem por si próprios, que não podem ser controlados e nem fixados numa única posição, particularmente os divergentes, são vistos por eles como rebeldes, problemas. Por isso, os divergentes são tão ameaçadores ao sistema de facções.

Nesse diapasão, Volóchinov (2017, p. 113) explica que “[...] a classe dominante tende a atribuir ao signo ideológico um caráter eterno e superior à luta de classes, apagar ou ocultar o embate das avaliações sociais no seu interior, tornando-o monoacental”. Entretanto, somente o cruzamento de interesses sociais multidirecionados garante a vida, o movimento e o desenvolvimento do signo, pois caso ele seja retirado da luta de classes, certamente enfraquecerá e até extinguirá. Além disso, a

[...] *dialética interna do signo* revela-se na sua totalidade apenas em épocas de crises sociais e de mudanças revolucionárias. Em condições normais da vida social, essa contradição contida em todo signo ideológico é incapaz de revelar-se em absoluto, pois na ideologia dominante o signo ideológico é sempre um pouco reacionário, em uma espécie de tentativa de estabilizar o momento anterior do fluxo dialético da formação social, ou seja, de enfatizar a verdade de ontem como se fosse a verdade de hoje. Isso determina a particularidade do signo ideológico de refratar e distorcer a realidade dentro dos limites da ideologia dominante (Volóchinov, 2017, p. 113-114, grifos do autor).

Sob essa perspectiva, por meio do diálogo, Natalie ensina com maestria para Tris que a dialética interna do signo ideológico *divergente* apenas revela-se totalmente diante das crises e das ânsias por mudanças revolucionárias no sistema de facções, pois em condições normais da vida social, a ideologia dominante de uma dada facção tenta impor a verdade de ontem como se fosse a verdade de hoje, apagando e anulando as características personalíssimas inerentes a cada indivíduo dentro da coletividade social. O que é inadmissível, uma vez que, antes da coletividade, há o agir singular de cada um, e, da mesma forma, o sujeito também não pode apagar o agir coletivo, pois é na relação com o outro que ele se constitui.

Portanto, com o pulmão cheio de novos ares, convicta de quem ela verdadeiramente é, *divergente*, ou seja, a própria materialização do signo ideológico que refrata e distorce a realidade dentro dos limites da ideologia dominante proposta pelo sistema de facções, bem como sabendo que a divergência pode ajudá-la a salvar aqueles que ama, Tris parte para o complexo da Audácia a fim de evitar a aniquilação dos membros inocentes da Abnegação pelas mãos dos membros inconscientes da Audácia, que se digladiam por causa do ganancioso e egoísta interesse da Erudição pelo poder.

Considerações finais

Para Bakhtin (2017), o sujeito existe em uma coletividade e se constitui por meio de interações, sendo a partir da singularidade única e irrepetível de cada ato que se tem o desenvolvimento da dialogia nas relações humanas. Assim, só é possível constituir uma identidade através das relações que o eu – neste caso, Beatrice /Tris – estabeleceu e estabelece durante todo o percurso de vida com as outras personagens. É com um emaranhado de fios infinitos e inter-relacionados que se tece o sujeito dialógico Beatrice/Tris em *Divergente*. Nesse viés, o ato de definir-se em relação ao outro é exatamente tomar consciência da importância

dessa relação dialógica de completude por meio da palavra e do signo, ideológico, histórico e social.

Em *Divergente*, o outro, demais personagens, é responsável em despertar no eu, Beatrice/Tris, a necessidade de buscar novamente uma completude, que se vai num piscar de olhos. É a nova vida do eu, Beatrice/Tris, que faz com que ela não fique no mesmo lugar, que ela tenha a oportunidade de viver novos momentos únicos e irrepetíveis, de ser inacabada, de continuar existindo. São pelas contradições, oposições, guerras e duelos entre eu (Beatrice/Tris) e o outro (demais personagens), entre aquele que quer continuar sendo e o que altera, que a vida toma novo caminho, a palavra novos sentidos e as coisas novas cores.

Portanto, a constituição identitária de Beatrice/Tris não dependia dela mesma, mas sim das experiências que passava nas interações discursivas de que participava, sendo que o autoconhecer-se dependia do viver e do interagir. O autoconhecimento dela não podia acontecer sem a descoberta de novos momentos na palavra e nos meios de expressão do discurso humano. Assim como para a vida, Bakhtin (2011) também considera para a arte literária que o inacabamento é a garantia das relações dialógicas e concretas entre os sujeitos humanos. E o teórico russo ainda assinala que o romance tende a projetar, no universo estético, a alteridade porque pode tratar de questões humanas e da construção de subjetividades, propiciando no gênero romanesco concepções dialógicas das relações sociais.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 6.ed. Prefácio à edição francesa de Tzvetan Todorov. Introdução e tradução do russo de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. Notas da edição russa de Serguei Botcharov. 1.ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. Organizado por Augusto Ponzio e Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso – GEGE/UFSCar. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

FERREIRA, Cairo Joseph dos Santos. **A constituição identitária do sujeito dialógico na trilogia Divergente de Veronica Roth**. 2020. 73 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Catalão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Catalão, 2020.

ROTH, Veronica. **Divergente – uma escolha pode te transformar**. Tradução de Lucas Peterson. Rio de Janeiro: Rocco Jovens Leitores, 2012.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. 1.ed. São Paulo: Editora 34, 2017.

Análise dialógica do discurso de redações do Enem 2022: o uso do discurso do outro em textos de estudantes do Amapá*

Larissa Suelen Braga Souza¹
Leonardo Mailon Borges²
Michelle Araujo de Oliveira³

Introdução

A proposta desta pesquisa teve como foco analisar como ocorreu o processo dialógico nos enunciados escritos nas redações do ENEM, considerando o uso do discurso do outro como argumentação em forma de citação. Tendo como objeto de pesquisa as redações elaboradas por estudantes⁴ que realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no estado do Amapá no ano de 2022.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi criado com a finalidade de avaliar o desempenho dos estudantes ao final de sua trajetória escolar, isto é, nas séries finais do ensino médio.

* <https://doi.org/10.51795/9786526518403129156>

¹ Graduada em Letras pela Universidade do Estado do Amapá (UEAP). E-mail: larysuelen2002@gmail.com.

² Mestre em Linguística e Língua Portuguesa pela Unesp/Araraquara. Professor pesquisador do Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF). E-mail: leonardoborges@facef.br.

³ Doutora em Linguística e Língua portuguesa pela Unesp/Araraquara. Professora pesquisadora da Universidade do Estado do Amapá (UEAP). E-mail: michelle.oliveira@ueap.edu.br.

⁴ As redações foram extraídas da página do participante do site do INEP e enviadas pelos próprios candidatos com os quais os pesquisadores tiveram contato via Instagram. A pesquisa garantiu o anonimato das redações.

Atualmente ele é utilizado como ingresso no ensino superior, possibilitando a entrada em faculdades e universidades. O ENEM é uma prova composta pela redação e prova objetiva de quatro áreas do conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias. O texto da redação é dissertativo-argumentativo, com isso, o candidato deve argumentar sobre uma temática, demonstrando assim o seu conhecimento a respeito dela. Neste trabalho, focamos apenas na análise das redações.

Buscamos compreender como as relações dialógicas se manifestam nas redações do ENEM, considerando o processo de construção dos argumentos de autoridade selecionados como parte de um projeto discursivo em que vozes se entrecruzam na organização do enunciado como um todo de sentido.

O trabalho tem por base teórico-metodológica a perspectiva bakhtiniana, que segue aos conceitos que adotamos para executarmos ao longo do seu desenvolvimento. Neste capítulo, abordaremos, para nossa análise, as concepções de dialogismo, enunciado e gêneros do discurso, presentes em Bakhtin (2011) e seus comentadores, tais como Brait (1997), Fiorin (2011) e Sobral (2009).

Em vista disso, compreende-se que os candidatos ao ENEM escrevem suas redações a partir do modelo de redação dissertativo-argumentativa e costumam utilizar citações (vozes de outros) para trazerem relevância a sua argumentação, conforme critérios mencionados através da Cartilha do Participante do Enem.

Diante disso, esta pesquisa parte do seguinte problema: o uso de citações nas redações dos candidatos do ENEM 2022, provenientes de Macapá, consegue servir para uma finalidade argumentativa? Tendo como questões norteadoras: quais finalidades comunicativas essa citação contempla? O candidato possui conhecimento sobre esse determinado assunto tratado na sua citação? Esse discurso do outro condiz com a temática da redação?

Conforme citado, o estudo discute acerca do ENEM e suas formas de avaliação por meio da análise dialógica adotada pelos

estudantes, buscando entender de que forma a Competência II está sendo praticada pelos participantes, na solicitação de referências das quais muitas vezes não possuem conhecimento.

Esta é uma pesquisa qualitativa a qual utilizou como *corpus* trechos de redações de estudantes que realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio no ano de 2022 e provenientes do estado do Amapá. Inicialmente foi feita uma revisão bibliográfica para possibilitar a ligação da vertente bakhtiniana aos textos dos candidatos, identificar as relações dialógicas e a utilização das citações. Esse estudo, inicialmente, permite a consideração acerca das relações dialógicas, buscando compreender a utilização do discurso do outro como forma de argumentação na redação e até que ponto a autoria do estudante ou o seu conhecimento se faz presente nesse processo argumentativo. Para isso, se fez necessária uma análise dos trechos para verificar o uso dos discursos dos outros em forma de citação, além de identificar qual seria a finalidade argumentativa ao utilizar esses discursos de outros, analisando como se constituem as relações dialógicas a partir das diferentes vozes dentro da redação. Esta pesquisa fundamenta-se em autores como Bakhtin (2011), Fiorin (2011), Sobral (2008), Brait (1997), Peroba (2017), Marchioro (2010), Fernandes (2019) e Brasil (2022).

2. Concepções bakhtinianas: o dialogismo, o enunciado e os gêneros do discurso

Buscando compreender as contribuições de Bakhtin em relação ao dialogismo, podemos afirmar que consiste na concepção de linguagem que se realiza a partir da interação dos chamados interlocutores. Ou seja, para um diálogo acontecer, precisamos do outro. Ao nascermos, somos inseridos em sociedade e essa interação permite que a criança, desde o nascimento, se torne um sujeito que se constitui no processo de interação:

A criança vem ao mundo como um ser biológico que só se torna ser social na interação com outros seres que vieram antes dela. O fato de essas pessoas terem vindo ao mundo antes não faz a relação desses sujeitos com ela deixar de constituir o ser delas, visto que não se trata de uma relação de uma só direção em que a criança é receptáculo do que os outros lhe “transmitem”, mas sempre de uma inter-relação (Sobral, 2008, p.18).

De acordo com Sobral (2008), nossos enunciados são sempre perpassados por outros. A partir de nossas relações e interações, iremos criar nossos pensamentos, que são influenciados pelo nosso meio social. Contudo, essa relação com o meio não determinará a criação do ser social e sim auxiliará nela, posto isso, é possível perceber a constante interação com o outro na nossa evolução, mesmo não sendo exposta completamente. Diante das considerações teóricas mencionadas, Brait (1997, p. 94-95) afirma que dialogismo:

[...] diz respeito ao permanente diálogo, nem sempre simétrico e harmonioso, existente entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade. É nesse sentido que podemos interpretar o dialogismo como o elemento que instaura a constitutiva natureza interdiscursiva da linguagem

Assim, nos constituímos dialogicamente desde que surgimos no mundo. Nossas interações, nossos diálogos são parte constitutiva de nossa natureza enquanto seres que estão em sociedade. Por outro lado, há momentos em que adotamos maneiras de destacar essa interação com o outro dentro dos nossos enunciados, dando destaque às vozes a quem estamos nos baseando. Assim, na estruturação do texto terá sempre uma forma de demarcar que ali está presente o discurso do outro, tal como menciona Fiorin (2011):

Em todos esses casos o discurso do outro é demarcado por contornos exteriores bem nítidos: no discurso direto, por um verbo

introdutor e pelo travessão; no discurso indireto, pelo verbo introdutório e pela conjunção integrante; na negação, pelo advérbio negativo nas aspas, pelos sinais gráficos. É curioso que, mesmo na linguagem oral, marcam-se as aspas, fazendo um gesto de aspeamento com as mãos. Em todos esses casos, há uma demarcação clara das vozes, por meio de fronteiras linguísticas claras (Fiorin, 2011, p.23-24).

Desse modo, mesmo com o uso do discurso direto, na clara referência ao discurso do outro, podemos afirmar que o processo de interação está presente. Ao transcrever uma citação, um discurso claramente demarcado, utilizamos o discurso do outro para fundamentar nosso enunciado e isto se caracteriza como uma interação na concepção dialógica do uso.

Há casos em que o outro se faz presente nas ideologias do sujeito e isso só se torna perceptível ao presenciarmos indícios constantemente na sua fala, na qual ele não menciona a fonte de conhecimento, mas encontra-se claramente uma ideia repassada a ele, nem sempre demarcada, porém, presente. Como Sobral (2008, p. 41) destaca: “[...] os sentidos criados nas situações concretas não são criação totalmente nova dos sujeitos em interação, mas advêm da soma das relações sociais desses sujeitos”.

Bakhtin e o Círculo trouxeram estudos que revolucionaram o campo da linguística e até hoje são vistos como destaques dentro da área. Sendo usado como fonte de aplicação na educação, os estudos do Círculo ressaltam a importância de tratar a língua a partir das interações com o sujeito, pois a língua é viva e por esse motivo precisa ser analisada ativamente no seu uso e contato com os outros por ser daí que se toma vida. É por meio do diálogo que se criam os efeitos de sentidos.

Um dos conceitos principais para a concepção de linguagem apresentados por Bakhtin e o Círculo, é o de Enunciado, que se divide em 3 vertentes. A primeira trata sobre a sua constituição que se dá através do auxílio das unidades da língua, sendo essas: as palavras, combinações de palavras, orações, e outras, que

possuem natureza gramatical, fronteiras gramaticais, leis gramaticais, desse modo, não são estilizadas, elas só passam a se tornar enunciados quando incorporam alguns quesitos, como: entrar em contato direto com situações extraverbais, provocando respostas a outros falantes, ocupando assim uma posição responsiva. Acerca disso, Bakhtin (2011, p. 278) declara:

Semelhantemente, oração, tornada enunciado pleno, ganha uma validade semântica especial: em relação a ela pode-se ocupar uma posição responsiva, com ela se pode concordar ou discordar, executá-la, avaliá-la, etc.; no contexto, a oração carece de capacidade de determinar a resposta; ela ganha essa capacidade (ou melhor, familiariza-se com ela) apenas no conjunto do enunciado.

A segunda trata sobre a sua conclusibilidade, sabendo que ele terá um início e um fim, independentemente de sua composição, podendo ser essa de grande ou pequeno porte, como uma simples enunciação “não” ou um grande concerto musical. Desse modo, sabe-se que o início e o fim serão determinadores, pois o início terá como base outros enunciados e, após a finalização, surgirão outros enunciados que serão respostas a ele. Conforme Bakhtin (2011, p. 275):

Todo enunciado – da réplica sucinta (monovocal) do diálogo cotidiano ao grande romance ou tratado científico – tem, por assim dizer, um princípio absoluto e um fim absoluto: antes do seu início, os enunciados de outros, depois de seu término, os enunciados responsivo dos outros (ou ao menos uma compreensão ativamente responsiva silenciosa do outro ou, por último, uma ação responsiva baseada nessa compreensão).

Os enunciados produzidos pelos falantes da língua são elaborados sempre em função de uma resposta ao outro, seja ela já existente ou que ainda poderá surgir, ou com o objetivo de receber um feedback, por isso, o outro participa ativamente no processo de

construção da enunciação, como se essa criação dependesse e partisse dele para ser gerada. Conforme trata Sobral (2008, p. 17):

para o Círculo, o locutor e o interlocutor têm o mesmo peso, porque toda enunciação é uma “resposta”, uma réplica, a enunciações passadas e a possíveis enunciações futuras, e ao mesmo tempo uma “pergunta”, uma “interpelação” a outras enunciações: o sujeito que fala o faz levando o outro em conta não como parte passiva, mas como parceiro — colaborativo ou hostil — ativo.

Nessa comunicação entre falantes da língua, sabemos que os enunciados são trabalhados em função do outro, o qual, no e pelo diálogo, será o encarregado de trazer a resposta ao que foi enunciado. Entende-se que o autor, ao iniciar um diálogo com o interlocutor, aplica uma responsabilidade sobre este que passa a obter o papel de responder ao que foi dito. Assim, é necessário que haja uma compreensão responsiva, já que o enunciadador espera uma participação do interlocutor e não só uma posição neutra, esta que, na perspectiva bakhtiniana, não existe. O sujeito se manifesta, em todas as atitudes responsivas, na e pela ideologia, sem alibis. Assim, explica Bakhtin (2011, p.272):

Portanto, toda compreensão plena real é ativamente responsiva e não é senão uma fase inicial preparatória da resposta (seja qual for a forma em que ela se dê). O próprio falante está determinado precisamente a essa compreensão ativamente responsiva: ele não espera uma compreensão passiva, por assim dizer, que apenas dobre o seu pensamento em voz alheia, mas uma resposta, uma concordância, uma participação, uma objeção, uma execução, etc.

Consecutivamente, entende-se que o interlocutor, na interação dialógica, terá voz ativa, isto é, se tornará um falante e agirá sobre o enunciado, pois o falante anterior (quem já produziu), já lançou a sua enunciação, logo ele sairá do papel de falante e tomará o lugar de locutor, e assim sucessivamente. Dessa forma, o processo torna-se contínuo, uma vez que “toda compreensão é prenhe de resposta e

nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante” (Bakhtin, 2011, p. 271).

A terceira vertente trata sobre os chamados gêneros discursivos, denominados como tipos relativamente estáveis de enunciados. Para que a comunicação ocorra, o falante fará escolhas de enunciados que se apresentam por meio de um estilo, um conteúdo temático e uma estrutura composicional. É assim que nomeamos os gêneros discursivos, nenhum enunciado pode ser feito de forma solta; mesmo que seja individual, ele entrará em contato com várias esferas da comunicação humana e precisará estar adaptado a uma delas. Bakhtin (2011, p. 262) menciona que

O conteúdo temático, o estilo, a construção composicional estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso.

Quando Bakhtin (2011) reflete sobre o gênero do discurso ser relativamente estável, ele baseia-se no fato da constante alteração do campo da atividade humana. Com o decorrer dos anos, um gênero passa por mudanças na sua forma, visto que os indivíduos não param no tempo e estão sujeitos a pensar diferente e produzir novas criações, há o exemplo da carta, na qual só poderíamos nos comunicar seguindo a sua estrutura, que continha o cabeçalho, a dedicatória, o conteúdo que podia variar, isso era feito através de uma folha de papel, ou melhor, em formato de pergaminho, algo que foi perdendo a utilização depois de alguns anos. Na atualidade, a título de exemplo, é comum apropriar-se de um e-mail ou uma mensagem no WhatsApp para tratar sobre as mesmas temáticas citadas anteriormente. Consequentemente, percebe-se o quanto o gênero carta se modificou, dando abertura à criação de novos gêneros engendrados na cultura.

Bakhtin (2011, p. 262) refere-se a essa relativa estabilidade dos enunciados quando diz:

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve [...].

3. O ENEM, a redação do ENEM e as competências de avaliação

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) surgiu no ano de 1998 com o intuito de avaliar a qualidade da educação na etapa do ensino médio. Em sua primeira edição, de 1998, o ENEM continha a redação dissertativo-argumentativa e apenas 63 questões de disciplinas comuns ofertadas no ensino médio: Matemática, Português, História, Geografia, entre outras também pertencentes à grade escolar.

No entanto, em 2009, emerge um novo modelo de Enem, a fim de se adaptar à organização curricular proposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM). Com o objetivo de organizar os currículos das escolas de ensino médio, a reformulação do ENEM tinha como objetivo fazer uma adaptação nas áreas de conhecimento, propostas pelos PCNEM, para o aperfeiçoamento na formação dos educandos. Quanto a isso, Peroba (2017, p. 80) ressalta que

Em 2000, são lançados os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), em quatro partes, com o objetivo de cumprir o duplo papel de difundir os princípios da reforma curricular e orientar o professor, na busca de novas abordagens e metodologias.

Desde os anos 2000, com a homologação dos PCNEM, o ensino médio passou a ser dividido em quatro áreas de conhecimento, sendo essas: Ciências Humanas e suas Tecnologias,

Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias. Assim, 9 anos depois, de modo retardado, o ENEM precisou ajustar-se de acordo com o que foi estabelecido pelos PCNEM, deixando de ser uma prova baseada em questões simples e passando a ser mais elaborada, com 180 questões objetivas, sendo 45 pra cada área de conhecimento e a redação permaneceu no seu modelo dissertativo-argumentativo. Peroba (2017, p.19) cita esse contexto de transformações: “Assim, o ‘Novo ENEM’, como tem sido chamado o exame a partir de 2009, parte de uma matriz de habilidades e conteúdos associados a essas habilidades”.

Esse foi então o ano da reformulação, após a portaria nº 109, de 27 de maio de 2009 (INEP, 2009), lançada pelo MEC, algumas instituições incrementaram o exame como um método de seleção para adentrar o nível superior. Sendo assim, muitas universidades brasileiras passaram a substituir o vestibular pelo Exame Nacional devido a custos e benefícios de ambas as partes. Assim, o Enem passa a ser visto com outros olhares, não só como método de avaliação, mas como um “passaporte” para o ensino superior. Peroba (2017, p. 89) vem aludir essa questão:

[...] no ano de 2009, uma proposta de reformulação do Exame Nacional do Ensino Médio (o Novo Enem) e sua utilização como forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais. De acordo com a Portaria MEC nº 109, de 27 de maio de 2009 (INEP, 2009), a proposta tem como principais objetivos: democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior, possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio.

Logo, a possibilidade de ter o exame como porta de entrada para a universidade provocou um acréscimo considerável em alunos a realizarem a prova, contudo, não podemos desconsiderar outro aspecto imprescindível, sendo esse a possibilidade de estudantes com baixa renda, provenientes da rede pública de

educação, serem isentos da taxa de inscrição. Como explica Peroba (2017, p. 119):

Esse aumento se deve, principalmente, à isenção do pagamento da taxa de inscrição para alunos da rede pública (a partir de 2001) e também ao fato de algumas instituições públicas e privadas adotarem integral ou parcialmente a nota do exame para acesso ao Ensino Superior.

A prova de redação é avaliada de forma diferente, por seu caráter subjetivo. Configurando como uma prova dissertativo-argumentativa, desde o surgimento do ENEM em 1998, a prova pede ao candidato que ele coloque em prática a sua produção crítica, desenvolvendo seus argumentos, ponto de vista e opiniões. Conforme trata Marchioro (2010, p. 16):

O texto dissertativo-argumentativo tem como principal característica expor um ponto de vista, defender uma ideia, questionar um assunto, como também analisar algum tema com argumentos que viabilizem determinado ponto de vista. Ou seja, é pautado na argumentação.

O Enem costuma adotar temáticas de cunho social e sua proposta dispõe de textos base e uma frase temática para o apoio ao desenvolvimento da argumentação do participante. A partir disso, o candidato precisa dissertar e argumentar sobre a temática proposta, desenvolvendo seus argumentos sobre determinado tema.

Apesar de a estrutura ter sido mantida desde os primeiros anos do Enem, somente 14 anos depois, os candidatos obtiveram um manual que os dessem o rumo a ser seguido. Em 2012, o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) lançou a chamada Cartilha do Participante da Redação do Enem, isto é, um documento contendo todas as informações e competências a serem avaliadas para obter a nota máxima da correção (1000 pontos), que são divididos entre 5 (cinco)

competências. A escala de pontuação para cada uma delas pode variar de 0 (zero) a 200 (duzentos) pontos.

Cada competência terá um critério a ser seguido. Vejamos a tabela correspondente a cada competência e a descrição – feita de maneira autoral - de cada competência a seguir:

Figura 1: Descrição das competências para a prova de Redação do ENEM

Competência 1	Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.
Competência 2	Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
Competência 3	Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
Competência 4	Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
Competência 5	Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

Fonte: Brasil, 2022, p. 5.

Competência I: O aluno precisará demonstrar que possui domínio da norma formal da língua portuguesa, como a utilização correta dos sinais de pontuação, vírgulas, crases, concordâncias verbal ou nominal, a translineação, no qual, o participante terá que continuar a palavra em outra linha e não faz a separação silábica corretamente, se atentar a não utilizar gírias cotidianas, o uso de letras maiúsculas depois de parágrafo, ou em substantivos próprios, são quesitos sintáticos, morfológicos e estruturais que necessitam estar adequados.

Competência II: Essa competência é dividida em duas vertentes, uma trata sobre a compreensão do tema por completo, em que, o participante deve entender sobre o que irá argumentar em defesa do seu ponto de vista que seja condizente a temática exposta, a outra irá avaliar o repertório sociocultural, ou seja, o conhecimento de mundo, se o mesmo possui referências, assim, ele é rico em informações, quando se utiliza citações de filmes,

músicas, a constituição, literaturas, ou qualquer contribuição que refira-se ao tema já compreendido, enfatizando, a importância de respeitar a estrutura pedida, dissertativa-argumentativa.

Competência III: Trata sobre a organização dos fatos e do argumento, sem criar confusões, sabendo ligar as informações de maneira com que não atrapalhe a linha de raciocínio que está sendo abordada desde a introdução, ao desenvolvimento até a conclusão, como se todo o conteúdo percorresse para o caminho da compreensão ao final do texto, se o participante escreve sobre a tese A e B na introdução, no desenvolvimento trata apenas sobre B e na conclusão vai intervir a respeito de C, ele não está sendo coerente.

Competência IV: Refere-se à construção de uma relação lógica entre os períodos, as frases ou as orações, fazendo a conexão entre elas, usando os chamados conectivos, como: entretanto, porém, contudo, ademais, todavia, entre outros que são pertencentes a língua portuguesa, e também os elementos de retomadas que se fazem necessário para que não haja repetição da mesma palavra constantemente durante o decorrer do texto, criando uma redação que não seja ambígua, e sim compreensível.

Competência V: A última competência trabalhada na Cartilha do Participante diz a respeito da construção de uma proposta de intervenção que respeite os direitos humanos, melhor dizendo, o aluno construirá uma proposta para a solução da problemática que ele dissertou e argumentou durante toda sua redação, e selecionar quem a pode resolver, o que esse precisa ser feito, como ele pode fazer, e para quê, assim, demonstrará que ele tem conhecimento e possui ideias a propor, já que são assuntos decorrentes dentro da sociedade, ao escrever a proposta, ele não pode utilizar xingamentos ou ameaças a qualquer indivíduo, associações, instituições, ou outros órgãos, isto é, respeitando e valorizando os direitos que todo ser humano que vive em sociedade possui (Brasil, 2022).

A correção dessas competências é realizada por dois avaliadores que irão analisar se o candidato conseguiu cumprir de forma desejável o que se foi solicitado através da Cartilha do

Participante disponível no site do Inep. Assim, a nota será lançada por ambos, se a mesma estiver com grande discrepância de uma pra outra, surgirá a necessidade de que um terceiro avaliador entre em cena. Dessa forma, o candidato obtém sua nota final, podendo ser de 0 (zero) até 1000 (mil) pontos.

4. Análise das redações do ENEM: o outro na constituição do argumento

Esta seção tem por finalidade apresentar os trechos de redações do ENEM 2022, escritos por estudantes do Amapá, tendo como tema: "Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil". A fim de compreender o uso do discurso do outro nas redações com o interesse de verificar como esses contribuem para a argumentação do texto, analisamos os trechos para averiguar o uso dos discursos dos outros em forma de citação direta ou indireta, identificando assim qual a finalidade argumentativa do participante ao adotar esses discursos. Com isso, notamos o processo dialógico a partir das diferentes vozes nas redações.

Trabalhamos ao todo com 5 redações de candidatos do Amapá que realizaram a prova do Enem no ano de 2022 com notas superiores a 800 pontos. Utilizamos como *corpus* os trechos que atendiam ao interesse dos objetivos propostos citados anteriormente. A coleta das redações foi feita através das redes sociais Instagram e Facebook, recolhemos a Redação A, D e E, em perfis no Instagram de curso preparatório pré Enem em Macapá, após observarmos os posts de parabenização por um bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio. Já as redações B e C foram coletadas no perfil de uma escola pública de Macapá que também fizeram postagem homenageando os estudantes por uma boa pontuação no Exame. Ao entrarmos em contato através do Direct e Messenger, os candidatos/participantes disponibilizaram seus espelhos das redações para servir como objeto de estudo da pesquisa.

A seguir, listaremos a pontuação determinada das redações analisadas:

Tabela 1: Pontuação das Redações selecionadas como objeto de pesquisa

NOMECLATURA	PONTUAÇÃO
Redação A	960
Redação B	940
Redação C	920
Redação D	860
Redação E	920

Apresentaremos a redação A cujo participante argumenta sobre o que a Constituição Federal assegura aos indivíduos de uma sociedade para que essa se torne harmoniosa. Para isso, se faz necessário que haja igualdade e dignidade humana. Segundo a redação, no entanto, o contexto atual não os leva a esse caminho, visto que, ainda é uma questão a ser trabalhada, pois a valorização de comunidades e dos povos tradicionais precisa ser perpetuada. Por isso, ela comenta sobre a necessidade de o Estado conjuntamente com a sociedade adotar medidas para amenizar essa questão que se perpetua há anos. A candidata aponta o problema em relação ao preconceito que essa população enfrenta e que impede que haja a sua devida valorização em relação às suas culturas e histórias. Desse modo, a participante vê a necessidade de citar indiretamente um acontecimento que teve como marco inicial do país, a carta de Pero Vaz de Caminha direcionada ao seu rei sobre o descobrimento do Brasil para comparar as duas realidades, tanto a de antigamente quanto a de hoje em dia.

Trecho 1 (Redação A) – 2º parágrafo

“Sob esse viés, o preconceito com povos tradicionais impede seu devido reconhecimento, já que a discriminação social ainda é uma realidade, não valorizando a riqueza cultural e histórica desse grupo. Nesse cenário, cabe citar a carta de descobrimento do Brasil, de Pero Vaz de Caminha, que narra o primeiro contato com os indígenas em um

discurso pautado no desrespeito a diversidade e na superioridade etnocêntrica.”

A participante na redação A desenvolve sua argumentação acerca do preconceito com os povos tradicionais, tratando sobre temáticas a respeito da discriminação. Ela interliga essa situação ao fato ocorrido no ano de 1500 com a chegada dos portugueses no Brasil, demonstrando um acervo histórico e trabalhando com a literatura de informação, assim, cumprindo demandas da Competência II.

A candidata argumenta que um dos desafios relacionados à temática é o preconceito recorrente que os povos tradicionais enfrentam desde séculos atrás e que se perpetua até os dias atuais. Sendo assim, sua tese baseou-se em trazer informações e defender seu ponto de vista em torno da temática. A participante entendeu e aplicou seu conhecimento sociocultural citando, de forma indireta, a carta de descobrimento do Brasil produzida por Pero Vaz de Caminha, a qual tinha como o objetivo comentar sobre as riquezas brasileiras ao seu rei, mas, quanto aos indígenas, surgiam apenas informações desrespeitosas e preconceituosas, isto é, uma visão exclusiva e aproveitadora, segundo a redação A.

A citação de Pero Vaz de Caminha é usada de maneira argumentativa, fazendo uma comparação histórica imprescindível para aludir o seu argumento. O interlocutor (corretor) entenderá que o enunciado cumpriu a competência II, que diz a respeito à compreensão da temática da redação. A utilização de citações demonstram o seu conhecimento de mundo, nesse caso, o trabalho da candidata para atender esses dois âmbitos, desenvolvendo o seu argumento acerca do acontecimento histórico de 1500, em que os indígenas (povos tradicionais) sofriam estereótipos por não terem a mesma cultura que os portugueses, assim, não eram valorizados, ao mencionar esse fato, a banca percebe que o contexto que a participante utilizou atende aos requisitos do tema proposto, então, a sua nota será conforme o seu desempenho ao cumprimento dos critérios requeridos. Ao

analisar a construção argumentativa da aluna, é possível perceber que ela demarca a presença de outra voz em seu enunciado, quando se utiliza o marcador linguístico “cabe citar”, no qual introduz a voz de Pero Vaz de Caminha.

É importante trazer o destaque da própria fonte que deu base ao seu argumento – a carta – que tem um olhar muito discriminatório quanto aos indígenas, como comentários sobre a não utilização de vestimentas, das suas falas em tupi, a cor da pele avermelhada, demonstra também a grande fascinação de querer convertê-los ao cristianismo para que houvesse salvação para eles. Essa é a visão trabalhada pela candidata ao dialogar com a voz de Pero Vaz de Caminha, ao dizer que a descrição dos povos indígenas foi feita “pautada no desrespeito e na superioridade etnocêntrica”, pois Vaz de Caminha analisava as características deles como sendo de indivíduos inocentes e ignorantes, que poderiam ser influenciados facilmente pela cultura portuguesa, não levando em consideração que todos esses atributos já faziam parte da própria identidade cultural daquele povo.

Nesse exemplo, é possível observar o estabelecimento do diálogo entre a candidata e seu texto no uso de fontes históricas como argumento, reconhecendo a voz presente de Pero Vaz de Caminha.

Já a redação B inicia-se tratando sobre os desafios que as comunidades e povos tradicionais enfrentam. A participante discorre em relação a essa problemática social, levando em consideração o quanto é uma situação recorrente, assim ela traz à tona o governo como um agente que negligencia esses indivíduos, trazendo também a indiferença por parte da sociedade quanto a essa questão, ressaltando que se faz necessário analisar essas causas e desenvolver medidas para que esse cenário seja revertido, trazendo como referência a Constituição Federal de 1988 para dar continuidade ao seu argumento que se constrói em torno do descaso do governo em relação a essa parte da sociedade.

Trecho 2 (Redação B) 2º Parágrafo

“Diante disso, insta salientar a ineficácia de programas estatais como uma das causas desse revés. Segundo a Constituição de 1988, o Estado tem o dever de garantir o bem-estar da coletividade. No entanto, essa norma constitucional não é plenamente assegurada, pois há uma negligência da administração pública no combate à falta de valorização da comunidade e povos tradicionais. Com efeito, esses povos, como os indígenas, sofreram com a falta de apoio do Estado e correm risco de perder seu território.”

A participante que produziu a redação B compreende que o tema trata as dificuldades dos povos tradicionais, sendo assim ela constrói sua tese com base na temática da necessidade de valorização por parte do governo a respeito dessa população, dando enfoque principal aos indígenas, sobre os quais ela comenta o risco da perda de Terras, por não obterem o apoio necessário, ressalta ainda sobre as negligências sofrida por esses povos, ou seja, os erros que podem tornar irreparáveis e agravar a situação desses indivíduos que necessitam de apoio e inclusão por parte da população e dos órgãos competentes.

Ao adotar esse argumento, a candidata utiliza o Art. 3º da Constituição Federal de 1988 que trata sobre os objetivos fundamentais da república Federativa do Brasil, em que aponta: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 1988). Ela o aplica como forma de constatar que o Estado precisa seguir o que a carta magna propõe, pois é ela que designa os direitos e deveres que mantêm a organização social. O seu objetivo é exatamente discorrer sobre a incoerência por parte do governo em não seguir o que está constituído por lei, entende-se que se os povos indígenas ao perderem seus territórios, não estarão tendo seu bem-estar garantido, assim, há um desrespeito ao que é constitucional.

Ao empregar uma citação indireta baseada na Constituição Federal, a participante tem em mente o grande poder de alcance

entender leis e demonstrar que possui conhecimento da lei é destacar um elevado conhecimento, com isso, atendendo a competência II da Cartilha do Participante do Enem. No entanto, percebe-se que a aluna cita o trecho sem aprofundar-se na lei, o que nos leva a detectar um conhecimento vago sobre o Art. 3º da Constituição Federal de 1988. Ao observar o trecho da citação em sua íntegra, é perceptível que não ficou desconexo da sua linha de pensamento, é possível compreender sua finalidade, gerando uma dúvida ao leitor, se ela possui conhecimento sobre o seu conteúdo ou apenas reproduziu a fala de alguém, pois é corriqueiro, em cursos preparatórios do ENEM, que o aluno seja orientado a “decorar” citações pré-definidas, sem ter um aprofundamento.

Contudo, a banca entendeu que essa participante cumpriu o solicitado. Independentemente de quaisquer outras questões, ela apresentou citações do documento que rege as leis no país, dessa forma, o seu propósito argumentativo foi concluído, sua enunciação foi construída com um objetivo: comunicar-se com o interlocutor, e obter uma boa pontuação em sua redação, a fim de que esse entendesse que ela cumpre os critérios de conhecimento de mundo.

A participante da redação C, ao iniciar sua introdução, traz a pauta sobre desvalorização das comunidades e povos tradicionais, que não é um assunto tão debatido, mas o vê como uma problemática social muito presente. Ela direciona sua tese em relação à negligência governamental e o silenciamento a que esses indivíduos são submetidos, se fazendo relevante analisar essas causas que contribuem para o agravamento desses problemas. Com isso, ela cita a Constituição Federal de 1988 para acentuar seus argumentos.

Trecho 3 (Redação C) 2º parágrafo

“Diante desse cenário, convém destacar o descaso do Poder público como causa desse impasse. Segundo a Constituição Federal de 1988, o Estado deve garantir a inclusão e o bem-estar social. No entanto, essa norma constitucional não é plenamente garantida, haja vista a

negligência do Ministério da Cidadania em promover a valorização das comunidades e povos tradicionais no Brasil. Isso ocorre porque o Estado não tem políticas públicas realmente efetivas para mudar este quadro. Conseqüentemente, esse óbice tende a se agravar.”.

Nesse trecho do desenvolvimento da argumentação da participante C, nota-se que ela destaca sua indignação em relação ao descaso do poder público quanto aos povos tradicionais e comunidades, citando um órgão (Ministério da Cidadania) que deveria cumprir seus deveres em relação a essa parcela da população brasileira que não é valorizada, destacando que as políticas públicas poderiam mudar esse cenário de desvalorização, mas que não são promovidas.

É perceptível que desde o início do parágrafo até o final dele, a tese defendida tem total semelhança ao que foi trabalhado pela participante B. A citação utilizada na redação C reitera o discurso criado acerca da desvalorização por parte do Estado e ao não cumprimento do que é constitucional. Se olharmos com clareza, perceberemos a mesma tese e o mesmo ponto de vista sendo defendido, então, leva-nos a questionar: como um argumento pode ser tão idêntico ao de outro participante? O que induziu as participantes a defenderem a mesma tese e utilizarem as mesmas referências? Qual o contexto delas?

Buscando responder o que ocorreu nesse caso, começamos comentando que é inevitável que um estudante trabalhe a mesma vertente argumentativa que outro. No entanto, é notável que o enunciado exposto segue a mesma construção argumentativa, na qual, primeiramente ressalta o descaso do Estado/poder público para então citar a Constituição e o bem-estar da cidadania e posteriormente destacar as negligências, requerendo um apoio por parte dos órgãos para não agravar a situação exposta.

Desse modo, percebe-se que algo induziu que elas trabalhassem esse ponto de vista. Analisando o contexto em que ambas estudaram na mesma escola, onde muito provável há um único professor de língua portuguesa para todas as turmas do

ensino médio, levando em consideração que ele trabalha estruturas de redações parecidas nas salas, podendo ter mencionado que, para atender os critérios da banca, é possível utilizar tais citações e seguir uma linha de pensamento acerca dessa referência, assim como elas fizeram. O art. 3º teve utilidade para embasar o mesmo discurso proferido pela candidata C assim como da redação B, acerca da necessidade de garantir o bem-estar dos indivíduos viventes em sociedade e para destacar o não cumprimento dessa lei.

Nesse caso, levamos em consideração analisar, além da referência da Constituição utilizada para dar base ao seu argumento, também a voz do professor sendo ecoada no texto. É possível perceber que as ideologias do professor estiveram presentes no momento da escrita da redação, e as candidatas seguiram o mesmo plano. Provavelmente, devido às orientações dadas dentro de sala de aula, nem sempre é possível notar a presença de um marcador linguístico apontando que a participante está fazendo o uso de outras vozes em seu texto, mas há indícios que nos levam por esse viés, como os argumentos das 2 participantes (B e C) serem quase idênticos, nos conduzindo à percepção da presença do professor durante a construção dos seus argumentos.

O trecho a seguir, da Redação D, é utilizado como tópico de introdução, para indicar o caminho que será trabalhado durante o desenvolvimento da argumentação. Para isso, o participante utiliza a Constituição Federal para iniciar o seu primeiro tópico de argumentação.

Trecho 4 (Redação D) – 1º parágrafo

“A constituição federal de 1988 em seu artigo 5º assegura os direitos dos cidadãos brasileiros, inclusive das comunidades e povos tradicionais do Brasil. Porém, tal fato não é visto na realidade uma vez que essas pessoas sofrem da marginalização e exclusão social. Esta realidade só é possível devido a negligência governamental e a indiferença ao problema por parte da sociedade.”.

Observamos, nessa redação, que o candidato discorre sobre os direitos que todo cidadão que vive no Brasil precisa obter, pois eles são assegurados pela Constituição Federal, como cita o Art/ 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil, 1988). A redação D trabalha sua tese em torno da marginalização e da exclusão social, direcionando a responsabilidade ao governo e à sociedade por negligenciarem esses povos e comunidades. Em vista disso, é notável que mais uma vez nos deparamos com uma referência da Constituição Federal de 1988, mas dessa vez sendo utilizado o art. 5º. Essa referência é muito comum na escrita das redações por ser o documento que rege a lei do país, assim não há contestações, então os candidatos estabelecem um diálogo com o uso de uma voz a qual não se pode refutar, considerando seu poder inconstitucional, o que garante uma argumentação embasada, fundamentada e coerente ao tema.

Quando o Participante D a cita, mesmo que indiretamente, podemos perceber uma diferença do trecho da redação B e C, nas quais não há uma precisão sobre a citação. Nesse exemplo D, podemos ver que o estudante soube mencionar o artigo em que se localiza essa passagem, já nos mostra que pode haver um conhecimento maior, que será bem-visto pelo corretor da redação, já que o objetivo do candidato é justamente cumprir a competência II, mostrando seu conhecimento sociocultural.

O art. 5º foi selecionado para alegar que todo cidadão, independentemente de sua nacionalidade, todavia residente no Brasil, merece ser respeitado, sendo visto como igual perante os outros. Tendo seus direitos cumpridos, o candidato a aplica a fim de basear sua ideia que foi construída em torno da exclusão e do olhar negativo quanto a uma parcela da sociedade (povos e comunidades tradicionais). Ao utilizá-la, ele não a deixa desconexa, se é trabalhado uma ideia, na qual a Constituição Federal serve como o auxílio no desenvolvimento de seus

argumentos. Dessa forma, entende-se que os critérios definidos pela Competência II seguem de maneira que leve o candidato a uma compreensão da temática e à habilidade de utilização de vozes de referências que demonstrem que esse candidato possui contato com várias áreas do conhecimento.

Na redação E, notamos que o 1º parágrafo a candidata introduz utilizando a voz do escritor inglês Thomas More, a obra no qual ela cita indiretamente diz respeito a uma sociedade que habita em uma ilha perfeita criada pelo próprio autor, nela não existe desigualdade social, todos trabalham reunidos pelo o bem geral, assim, os cidadãos gozam de um bem comum, e da eficiência do Estado, o dinheiro e as outras riquezas monetárias são deixados de lado e não possuem valor. A partir desse pressuposto notamos que a participante vem utilizando uma contraposição dessa realidade paralela à realidade em que vivemos, uma vez que há uma desvalorização as comunidades e povos tradicionais brasileiros, nesse ponto é utilizado dois agentes que contribuem à esse problema, sendo esses: O Estado, pelo descuido a eles, e a população pela falta de conhecimento a respeito deles.

Trecho 5 (Redação E) – 1º parágrafo

“Na obra "Utopia" do escritor inglês Thomas More é retratado um corpo social caracterizado como ideal e perfeito. No entanto, a realidade é o extremo oposto ao que o autor prega, visto que existe uma grande desvalorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil. Dessa forma, nota-se a presença tanto da negligência estatal, quanto da ignorância popular como precursores do problema.”.

Nesse caso, notamos um bom desenvolvimento de tese, a candidata utiliza um livro para embasar o seu pensamento, levando o leitor a entender que ela está utilizando uma forma de idealizar o que seria eficaz para gerir uma sociedade, no entanto, levanta apontamentos que quebram essa fantasia que se tem de uma sociedade perfeita, trabalhando de uma maneira certa ao

que dispõe a competência II, articulando uma linha de raciocínio e utilizando seu conhecimento sociocultural para dar apoio ao seu pensamento a respeito da negligência governamental e a ignorância da sociedade.

No trecho 6 da redação E, a participante constrói seu 2º parágrafo de desenvolvimento levantando o seu olhar a respeito desses grupos tradicionais, declarando que são marginalizados, ou seja, indivíduos em que são colocados às margens da sociedade, excluídos, e essa exclusão é feita por parte do governo, no qual não se vê preocupado com as problemáticas que envolvem esses grupos, por isso, ela utiliza uma voz que complementa seu pensamento, a do sociólogo Zygmunt Bauman criador do conceito de instituições zumbis, Silva e Siquelli (2016, p. 59) discorrem a respeito: “[...] Zygmunt Bauman chama de instituições zumbi as instituições que estão mortas, mas ainda funcionam.”

Trecho 6 (Redação E) – 2º parágrafo

“À priori, é essencial ressaltar a falta de preocupação governamental relacionada aos grupos tradicionais marginalizados. De acordo com o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, existe o conceito de “Instituições Zumbis”, criado para criticar órgãos que não cumprem seus determinados papéis em uma sociedade. Diante disso, o Estado torna-se um principal agente disseminador da problemática em questão por negligenciar a minoria.”

Entende-se que o governo é visto pela candidata como uma “instituição zumbi”, em razão de que sua função social seria garantir o direito, o bem-estar, e a proteção desses grupos, no entanto, não há um trabalho eficaz para que essas medidas sejam concretizadas, assim, tornando-o uma instituição que não cumpre sua devida função (Instituição zumbi).

Ao primeiro contato com a redação E, é perceptível um grande acervo sociocultural, visto que, compreender a proposta da redação, entendendo a sua relevância social, e citar uma voz

importante da sociologia, é crucial para cumprir a competência II, nesse caso, é possível notar que Bauman é uma das vozes mais utilizadas pelos candidatos que seguem manuais para alcançarem uma nota excelente na redação do Enem, há diversos sites que trabalham a voz de Zygmunt para ser adaptada em diferentes temas, como um manual pré-estabelecido a ser seguido. Contudo, percebe-se que a aluna soube concatenar a voz do polonês juntamente a sua produção argumentativa, nota-se um acréscimo a sua argumentação, e não uma substituição.

Nesse trecho 7 a candidata da redação E, destaca a falta de escolaridade como um dos causadores do preconceito à esses povos, uma vez que, a própria palavra “pré” “conceito” trata literalmente de uma prévia ao conceito de algo, ou seja, uma visão construída sem se ter o devido conhecimento, então gera-se o julgamento sem obter o total domínio sobre o assunto, por outro lado, uma pessoa letrada, e bem instruída educacionalmente, sabe se portar perante essas situações e reconhecer o grande valor cultural dos povos tradicionais, também utilizando uma citação sobre o mal se tornar banal.

Trecho 7 (Redação E) – 3º parágrafo

“Ademais, torna-se necessário o combate à falta de informação, tendo em vista que grande parte da população dissemina o preconceito aos povos tradicionais pela falta de escolaridade. Partindo desse pressuposto, a filósofa Hannah Arendt cria o conceito de "Banalidade do mal", isto é, tornar natural algo ruim, sendo assim caracterizada "banal" a ignorância diante de fatores como as comunidades e povos tradicionais brasileiros.”.

A candidata agrega a esse parágrafo, a voz da filósofa Hannah Arendt, e o seu conceito de banalidade do mal, no qual, o mal é banalizado, isto é, se torna algo comum e normal de ser praticado, o mal não é gerado de uma força sobrenatural, e, sim, dos próprios seres humanos, como menciona Saraiva a respeito desse conceito de Arendt (2021, p. 3): “O mal não é obra de uma

força demoníaca ou de um gênio maligno. O mal pode originar-se de cidadãos comuns, sujeitos normais, pessoas honestas e responsáveis.” Assim, a participante discute que as ações preconceituosas dos indivíduos mediante a esses povos como algo que se tornou comum, banal, ainda que seja totalmente errôneo.

Um ponto a ser analisado sobre a redação E é o excelente trabalho com as vozes e a produção argumentativa, nesse caso a participante cometeu uma gafe ao escrever o sobrenome da voz que estava utilizando, porém, percebe-se que, além de mencionar os conceitos e explicar objetivamente sobre eles, houve um trabalho de desenvolvimento argumentativo, as vozes, e citações utilizadas não preencheram seu argumento, apenas serviram de alicerce para a construção de sua argumentação, respeitando os limites instituídos pela Competência II, um repertório cultural, no qual, trabalhou grandes pensadores e estudiosos relacionados à temática proposta.

Considerações finais

Ao percorrer o caminho para a realização da pesquisa e com todos os estudos sobre as relações dialógicas, estas conforme fora trabalhado por Mikhail Bakhtin, decidimos analisar o diálogo se fez presente nos textos da redação dos candidatos que realizaram o Enem no ano de 2022 em Macapá, o qual, 5 deles nos disponibilizaram suas redações como material de estudo desse trabalho. Após a análise realizada, podemos destacar que o uso do discurso do outro como forma de citação serviu por sua grande maioria para preencher a argumentação.

Esses participantes demonstram já carregarem citações pré-definidas para adaptarem a qualquer contexto de uso. Ao identificar as vozes de outros dentro das redações, percebemos que todas foram citadas indiretamente, desse modo, esse quesito pode ser considerado como uma insegurança do que está sendo citado, o que nos leva a crer que o conhecimento dela não possui uma grande dimensão. Quanto à identificação da finalidade

argumentativa no uso desses discursos, notamos que os candidatos ao utilizarem essas citações tiveram como intuito atender a competência II da Cartilha do Participante do Enem, que trata sobre demonstrar o conhecimento de mundo. Por isso, em 3 das 5 redações analisadas encontramos trechos referentes a Constituição Federal, isso responde o propósito que os estudantes pretendiam alcançar, visto que, citar a voz que constitui as leis no Brasil, é saber que está cumprindo diretamente o componente do conhecimento de uma das áreas mais relevantes a ser afamada, assim, buscando uma visão positiva da banca avaliadora, o que não justifica que de fato ele tenha entendimento dessa citação. As relações dialógicas entre as diferentes vozes nas redações foram validadas de uma forma coerente, no caso da redação A e E, elas apontam e desenvolvem suas argumentações, dialogando sempre com a voz utilizada, com isso, conseguimos ver os traços de sua identidade, entretanto, as outras três redações (B,C e D) redações focaram em somente atender requisitos, utilizando as vozes como preenchimento de argumentação, o que deveria ser – mas não é – um apoio excelente para o desenvolvimento de um ponto de vista.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.
- BRAIT, Beth. **Bakhtin, Dialogismo e Construção do sentido**. 2. Ed. Campinas: Editora Unicamp, 1997.
- BRASIL (2022). **A redação no Enem 2022: cartilha do participante**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).
- BRASIL (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

BRASIL. Ministério da Cultura. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Brasília: MEC, Disponível em: https://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf.

FERNANDES, Luana. **A escrita na prova de redação do Enem: Um olhar sobre a prática docente**. Minas Gerais: Instituto de Letras e Linguística, 2019.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2011.

MARCHIORO, Marina. **A análise linguística e o texto dissertativo-argumentativo: um olhar sobre o ensino de língua portuguesa**. Ponta Grossa: Uniletras, 2010.

PEROBA, Keila. **O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e suas implicações no contexto escolar: o caso da Escola Estadual de Ensino Médio "Emir de Macedo Gomes" em Linhares-ES**. 2017. 257 f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) - Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica, Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, 2017.

SARAIVA, João. **Redação – Repertório Sociocultural**. Ceará: Fb online, 2021. Disponível em: <https://www.ced.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/82/2020/07/025.387-100120-TVC-proj-enem-na%CC%83o-tira-ferias-Joa%CC%83o-Saraiva.pdf>

SILVA, Aline Gonçalves; SIQUELLI, Sônia Aparecida. **Modernidade e transformações do século XXI: A disciplina história no ensino fundamental II**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 11, n. 1, p. 49–66, 2016. DOI: 10.21723/riaee.2016.v11.n1.p49. Disponível em: <https://periodicos.clar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7349>.

SOBRAL, Adail. **Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2009.

Carta do editor ou editorial? O caso das instabilidades dos gêneros na esfera jornalística*

Lorena Mayara Fornel¹

Considerações iniciais

As reflexões do Círculo de Bakhtin, de fato, discutem sobre as estabilidades e instabilidades dos gêneros do discurso nas situações comunicativas e, nesta retomada da pesquisa de Fornel (2021), intitulada “Editorial e carta do editor: uma análise dialógica do discurso”², busca-se compreender os gêneros discursivos carta do editor na revista impressa *Realidade* e o editorial na revista *Fórum*, o qual é analisado em duas situações de veiculação (a reprodução digital dos editoriais da revista impressa e a publicação de editoriais desvinculados de número do periódico). Estas revistas despertaram o interesse pela pesquisa diante das temáticas políticas e sociais abordadas em diferentes momentos sócio-históricos, discutidos a seguir.

A revista *Realidade*, que teve seu período de circulação de 1966 a 1976, foi selecionada para objeto de pesquisa, pois, foi considerada o periódico que deu início a uma mudança no

* <https://doi.org/10.51795/9786526518403157185>

¹ Possui graduação em Letras Português-Inglês e Letras Português-Literatura. É mestre em Linguística e Língua Portuguesa, pela Universidade Estadual Paulista – Campus de Araraquara (UNESP/FCLAr) E-mail: lorena.fornel@unesp.br

² Este capítulo é um recorte da pesquisa de Mestrado intitulada “Editorial e carta do editor: uma análise dialógica do discurso”, publicada em julho de 2021 e realizada por Lorena Mayara Fornel sob a orientação da Prof. Dra. Marina Célia Mendonça pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/FCLAr.

jornalismo, ao propor um desenvolvimento dos fatos da sociedade em edições extensas, com detalhamento e abordagens reflexivas, em uma situação de censura, no contexto da Ditadura Militar no Brasil. Nota-se que, mesmo diante de um contexto repressor, a revista buscou atuar de modo crítico, o que foi constatado nas cartas do editor, com uma interlocução que visava a aproximar o leitor e, ainda, promover o trabalho da redação da revista.

Já a revista *Fórum*, que iniciou sua trajetória em 2001 com a revista impressa e hoje mantém o trabalho editorial apenas no meio digital, via site e redes sociais, faz parte da escolha do *corpus* devido à tentativa de evidenciar transparência em relação aos fatos da realidade e à contribuição sócio-política que busca promover, ao apresentar seu posicionamento de modo explícito para seu leitor desde as primeiras edições, o que foi possível identificar como um estilo da revista visto a escolha por debater temas sociais e políticos, mantendo o mesmo posicionamento valorativo ao longo das edições.

Além das discussões temáticas propostas por cada empresa, a dualidade na presença dos gêneros editorial, na revista *Fórum*, e carta do editor, na revista *Realidade*, promoveu questionamentos sobre a constituição destes gêneros e se estes podem ser compreendidos a partir de uma mesma funcionalidade na organização de uma revista, visto que, inseridos nesta esfera, são compreendidos como gêneros opinativos que apresentam o posicionamento do grupo jornalístico e visam a formar a opinião pública, além disso, são apresentados em seções específicas, para a marcação do posicionamento da revista. No entanto, ao analisar a recorrência e a constituição destes gêneros, suscitaram-se as seguintes indagações: por que estes gêneros são distinguidos, e, se são divergentes, quais as diferenças apresentadas? Há diferenças? Quais as estabilidades e instabilidades destes gêneros nas duas revistas selecionadas? Como os aspectos ideológicos ajudam a constituir o enunciado desses gêneros? Quais as relações entre o estilo, a temática e o público-alvo de cada gênero?

A partir destes questionamentos foram traçados os objetivos gerais que nortearam a pesquisa e que foram explorados e retomados neste artigo: analisar, pela perspectiva do Círculo de Mikhail Bakhtin, os gêneros discursivos editorial e carta do editor nas revistas *Realidade* e *Fórum*, investigando não só instabilidades e estabilidades desses gêneros, mas também a possível relação entre eles. Como objetivos específicos, o trabalho evidenciou 1) A análise da construção estilística e composicional desses gêneros que compõem cada veículo, questionando; 2) A compreensão da relação possível entre os gêneros em questão; 3) A verificação desses gêneros em sua forma arquitetônica: a relação do autor com o público-alvo das revistas e com os valores ideológicos do contexto sócio-histórico em que o gênero se materializa.

1. O Círculo de Bakhtin e a concepção de gêneros do discurso

Como apresentado, o método para o desenvolvimento da pesquisa de Fornel (2021) foi a Análise Dialógica do Discurso³, com o cotejamento dos editoriais e cartas do editor das revistas selecionadas e a verificação de como se constitui o diálogo entre estes gêneros e o contexto sócio-histórico, além da relação entre redator-leitor. Para o cumprimento destes objetivos sob a perspectiva do Círculo de Bakhtin⁴, os conceitos de enunciado concreto, gêneros do discurso, forma composicional, forma arquitetônica, ideologia e estilo foram contemplados, os quais, brevemente, são debatidos a seguir a partir das discussões

³ A perspectiva bakhtiniana possui diversas concepções que juntas fortalecem seus estudos na contemporaneidade. Os grupos de estudos no Brasil optam por denominações distintas sobre a teoria como método científico, nesta discussão foi utilizado o termo Análise Dialógica do Discurso, conceito cunhado pela pesquisadora brasileira Beth Brait.

⁴ As questões de autoria possuem grande discussão, para isso, aqui assumimos o termo Círculo ou até mesmo Bakhtin para se referir aos estudos desenvolvidos pelo grupo russo.

teóricas de estudiosos do Círculo, como Brait, Machado, Geraldi e Miotello.

Em conformidade com as reflexões de Mikhail Bakhtin (2011, p. 261), “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem” e, assim como a própria condição humana, a língua está em constantes mudanças, compreendendo uma entidade viva e representativa, formada por signos, em que seus fenômenos linguísticos estão associados a um recorte da realidade.

Dessa forma, Bakhtin discorre que o emprego da língua é efetuado por meio de enunciados (da oralidade ou da escrita) concretos e irrepetíveis, revelando, na e pela linguagem, a construção composicional, estilística e temática. Esses três elementos fundamentais do enunciado estão unidos em um determinado campo da comunicação humana e cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, denominados gêneros do discurso, assim o define Bakhtin (2011, p. 261, grifos do autor):

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo de atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos os gêneros do discurso.

Com isso, é possível constatar a presença do contexto como fator fundamental da criação na e pela linguagem, contrapondo-se

ao imanentismo da língua, acreditando na consolidação dos fatores extralinguísticos como caracterizadores do processo criativo, textual e discursivo. Além disso, com os estudos bakhtinianos, menciona-se o termo gêneros discursivos, ao invés de gêneros literários, visto que a perspectiva de Bakhtin não se limita à literatura, mas a tudo que está relativamente expresso nos fenômenos de língua e linguagem, levando em consideração ainda que, para os diversos contextos, haverá um discurso diferente, como afirma o próprio filósofo da linguagem:

A riqueza e diversidade dos gêneros discursivos é imensa, porque as possibilidades da atividade humana são inesgotáveis e porque em cada esfera da práxis existe todo um repertório de gêneros discursivos que se diferencia e cresce à medida que se desenvolve e se complexifica a própria esfera (Bakhtin, 2011, p.262).

Conforme já foi abordado, os enunciados são concretos e irrepetíveis, logo, são vivos na sua constituição realizados na e pela linguagem, posto ainda que reflete a interação social do falante. Portanto, os enunciados evidenciam e localizam as variantes de sujeito, tempo e espaço. A respeito da identidade do sujeito, destaca-se que ele se constitui na relação de subjetividade e alteridade, ou seja, na sua relação com o outro é que o sujeito se define, se revela, demonstrando sua identidade construída na e pela linguagem.

De acordo com Bakhtin (2011, p. 265), “a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua”. Com isso, compreende-se que os enunciados são constituídos de conteúdo temático, ou seja, trata-se do sentido central que determinado gênero assume em sua realização; também há a estrutura composicional, relacionada ao aspecto da forma, em que o enunciado é construído e está situado; além disso, há o estilo, que está intimamente relacionado às escolhas

linguísticas, manifestadas nos enunciados, determinando as esferas da atividade humana e da comunicação.

Sendo assim, no discurso as palavras não estão apenas justapostas, mas formam orações que constroem os enunciados a fim de cumprir com as finalidades do ambiente em que o sujeito está situado, ou seja, o conteúdo temático e o estilo estão diretamente ligados ao contexto inserido e ao sujeito participante do discurso.

O enunciado se constrói por meio de outros enunciados, e com isso as palavras não são escolhidas por um aspecto neutro da língua, mas também pelas palavras de outros enunciados já proferidos. Com isso, Bakhtin define-os como dialógicos, ou seja, são compostos por diálogos entre outros enunciados e assim tem-se sempre um novo enunciado, uma nova atividade responsiva diante de diferentes contextos e novas experiências, portanto “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (Bakhtin, 2011, p. 272).

Todo enunciado apresenta individualidade, portanto o estilo se apresenta de maneira individual. Todavia, nem todos os gêneros são capazes de refletir essa individualidade como, por exemplo, os que requerem uma forma de preenchimento, entre eles, documentos oficiais, como o formulário, a declaração, certidão de nascimento etc., consolidando o aspecto relativamente estável da condição dos gêneros discursivos.

Ademais, o estilo é ainda um fator social, tendo em vista as ideologias, axiologias e valores comungados pelo sujeito que, participante do discurso, evidencia não só seu estilo individual, mas sim o estilo de dois sujeitos ou mais ou um grupo social e as ideias partilhadas. A finalidade do discurso também delimita o estilo do indivíduo, para que assim possa ser alcançada a atitude responsiva ativa do destinatário.

Para Brait (2006, p. 57), na esteira das ideias de Bakhtin, o estilo e a estilística estão relacionados à questão da linguagem e às formas de tratamento “na perspectiva das ciências humanas, da estética e da ética, da relação evento/atividade/gênero/

discurso/texto, da interdiscursividade, do dialogismo e, particularmente, do plurilinguismo”.

De acordo com Discini (2010, p. 115), “o estilo é a recorrência de um modo de dizer que remete a um modo próprio de ser.”. O estilo é elemento fundamental na caracterização e na distinção dos diferentes gêneros do discurso, ao contribuir para a apreensão da “forma de ser da linguagem que, sendo social, histórica, cultural, deixa entrever singularidades, particularidades, sempre afetadas, alteradas, impregnadas pelas relações que as constituem” (Brait, 2005, p. 80). A análise estilística não deve basear-se somente na linguística ou na metalinguística, mas deve estar calcada na comunicação, quando a palavra é tomada como elemento vivo e autêntico.

De acordo com Brait (2005), o estilo representa, no discurso, a união entre o assunto e as escolhas verbo-visuais, a serem abordados no gênero, bem como a representação da relação entre o autor e o possível leitor:

[...] o estilo também depende do tipo de relação existente entre o locutor e os outros parceiros da comunicação verbal, ou seja, o ouvinte, o leitor, o interlocutor próximo e o imaginado (o real e o presumido), o discurso do outro etc. Mesmo no caso dos gêneros altamente estratificados, sua diversidade deve-se ao fato de eles variarem conforme as circunstâncias, a posição social e o relacionamento pessoal dos parceiros (Brait, 2005. p. 89).

Dessa forma, o homem deve ser pensado, de acordo com sua respectiva identidade revelada pelo texto, e ainda deve-se considerar a “intervenção inevitável da alteridade: o *outro* que me habita dá a mim minha própria imagem” (Discini, 2010, p. 115). Por conseguinte, para que haja a compreensão estilística de um enunciado, torna-se necessário avaliar o ambiente em que os participantes do discurso estão inseridos para buscar uma análise que compreenda o sentido do enunciado a partir da expressão dos sujeitos do discurso, visto que:

Esse contexto extraverbal do enunciado é composto por três aspectos: 1) o horizonte espacial comum dos falantes [...], 2) o conhecimento e a compreensão da situação comum aos dois, e 3) sua avaliação comum dessa situação (Volochinov, 2019, p.118).

Subsidiados por essa ótica, o estilo e análise estilística tornaram-se conceitos essenciais para a compreensão e investigação do dialogismo como parte integrante das reflexões bakhtinianas, a respeito da linguagem, na “fronteira em que eu/outro se interdefinem, se interpenetram, sem se fundirem ou se confundirem” (Brait, 2005, p. 80).

2. Os gêneros carta do editor e editorial nas revistas *Realidade* e *Fórum*

O *corpus* da pesquisa foi selecionado a partir de uma análise qualitativa do material divulgado virtualmente, para isso foi verificado na revista *Realidade* qual a recorrência dos títulos, quando apresentavam “Carta do editor”, “Nota da Redação” ou o resumo do tema que foi discutido no texto; e as assinaturas das cartas, visto que ao longo dos anos diferentes editores assinaram, então a seleção se pautou na busca de textos assinados por distintos redatores. Além disso, foram escolhidas cartas publicadas nas diferentes fases da revista, sendo a primeira entre 1966 e 1968, um período de muita participação da revista na sociedade, a segunda, de 1969 até 1973, um período de alteração na redação pois muitos jornalistas saíram da revista e a terceira fase de 1974 até 1976, que demonstra uma transformação na forma de conduzir os temas. Na pesquisa, os critérios mencionados permitiram a seleção de nove cartas do editor de *Realidade* publicadas nos anos de 1966, 1967, 1969, 1970, 1972, 1973 e 1976.

Na revista *Fórum*, ocorreu uma escolha por meio da análise dos títulos com o tema que era discutido na edição ou naquele momento no site, buscando trazer os editoriais que discutiam polêmicas na sociedade. Além do critério qualitativo, foram

selecionados editoriais que foram reproduzidos no site, mas tiveram sua divulgação na edição impressa, e os enunciados publicados no site sem uma edição específica, a fim de verificar as mudanças desencadeadas a partir do modo de circulação. Ao todo, foram selecionados oito textos, sendo cinco de edições impressas que foram reproduzidos no site nos anos de 2012 e 2013, e três editoriais publicados no site da revista em 2016 e 2020.

Na análise, as cartas do editor da revista *Realidade* apontaram como estabilidade alguns aspectos que fazem parte da forma composicional do gênero, como a assinatura do editor responsável e a interlocução direta com o leitor, aspectos que estão presentes na maioria das edições. Além disso, a apresentação do conteúdo da edição associado ao *merchandising* do periódico foi recorrente nos anos de publicação de revista, visto que a carta promovia o autoelogio da empresa em relação ao trabalho desenvolvido pelos editores. A organização da revista também evidencia a presença do gênero com o título “carta do editor” sempre nas páginas 3 ou 4 dos números do periódico.

Essas recorrências que caracterizam o gênero carta do editor foram questionadas quando foram identificadas as instabilidades: como a ausência de assinatura em determinadas edições e a mudança do título “Carta do editor” para outro com indicativo do tema da edição ou expresso como “Nota de Redação”. Ainda, em alguns números da revista, o espaço dedicado à carta foi substituído por outro texto que se assemelhava a uma nota de esclarecimento, o que foi compreendido como uma decisão dos editores de, no espaço dedicado às cartas, ser possível esclarecer algum fato para os leitores por meio de outro gênero. Com isso, constatou-se que a forma composicional do gênero se altera em diálogo com novos gêneros com finalidades semelhantes, os quais não cumprem a função de uma carta, aproximam-se apenas em relação à interação da revista com seus leitores. Neste capítulo, há um recorte da análise de duas edições para verificar as instabilidades e o estilo do gênero.

Na edição de número 10 da revista *Realidade*, publicada em janeiro de 1967, que apresentou um título relacionado à proposta temática do texto, foi abordada a questão da posição social da mulher na época, assim, todas as reportagens e artigos da edição voltaram-se para este recorte. Na carta do editor, assinada pelo diretor de redação Roberto Civita, apresentou-se como foram realizadas as reportagens, descrevem-se quais foram os jornalistas que desenvolveram o trabalho e demonstram-se as temáticas que discutiram. A seguir, a carta do editor da edição 10:

O TRABALHO QUE ELAS DERAM

Seis meses atrás, em longa conversa ao pé da lareira, numa noite de inverno, começamos a discutir a posição e a importância da mulher em nosso país. Falamos da revolução tranquila e necessária — mas nem por isso menos dramática — que a mulher brasileira estava realizando. E decidimos dedicar uma edição especial de REALIDADE ao que ela é, ao que faz, ao que pensa e ao que quer.

Como primeiro passo, levamos quase três meses realizando uma grande pesquisa nacional. Entrevistamos 1.200 mulheres de todos os tipos, idades e mentalidades de Pernambuco ao Rio Grande do Sul. Tabulamos mais de cem mil respostas. E, nas páginas 20 a 28, orgulhamo-nos de apresentar as conclusões do maior estudo no gênero jamais realizado no Brasil.

Simultaneamente, três equipes saíram de viagem. Encarregados de preparar uma reportagem sobre o trabalho pioneiro das “novas” freiras, Luiz Fernando Mercadante e Geraldo Mori voaram antes para o Araguaia, depois para cidadezinhas empoeiradas de quatro Estados do Norte e Nordeste. Roberto Freire e David Zingg foram morar em Salvador a fim de realizar o perfil de uma típica mãe-de-santo. E Narciso Kalili e Cláudia Andujar passaram quase 20 dias no Rio Grande do Sul à procura de uma parteira “clássica”.

Enquanto isso, no Rio, Alessandro Porro, em busca da Ingrid Thulin nacional, falou com dezenas de cariocas famosas antes de decidir que a jovem atriz Ítala Nandi era a mulher certa. Néelson Di Rago — como todos os demais fotógrafos da revista — saiu à procura da grande foto que, para ele, significasse Amor Materno. E

Paulo Henrique Amorim entrevistou centenas de universitárias... para, no fim, produzir uma reportagem tão grande que não coube nesta edição!

Mas não nos limitamos a escrever a respeito de mulheres. Também convidamos três delas para colaborar na edição. Assim, Carmen da Silva passou um mês lendo milhares de cartas dirigidas a meia dúzia de revistas femininas para poder preparar seu artigo sobre Consultórios Sentimentais. Gilda Grillo, armada com um gravador, praticamente viveu uma semana com a mãe solteira “diferente” que ela achou. E Daisy Carta digeriu uma pilha de livros, ensaios e estatísticas antes de concluir pela superioridade natural das mulheres.

Paralelamente, em São Paulo, Carlos Azevedo e Luigi Mamprin visitaram 17 indústrias à procura de alguém que exemplificasse o sucesso que a mulher pode ter quando sabe trabalhar. José Carlos Marão passou três semanas falando com desquitadas. Eduardo Barreto e Jaime Figuerola fizeram um curso intensivo de medicina e biologia a fim de poderem preparar a reportagem Ela é Assim, nas páginas 36 a 43.

E eis o resultado. Tudo nesta edição — desde as cartas até o “Brasil Pergunta” — trata de mulheres. Trabalhando, amando, rezando, pensando, falando... sendo. Sabemos que o panorama traçado é apenas parcial, mas esperamos que sirva para mostrar o muito que elas já fizeram e o mais que ainda irão fazer. Roberto Civita.

(Realidade, 1967, p.3)

Quando se analisa os elementos que permitem definir tal enunciado como gênero discursivo carta do editor, é possível verificar que as escolhas lexicais (ou seja, o estilo aqui evidenciado) demonstram um projeto de dizer que busca apresentar o conteúdo que será explorado no periódico e há uma tentativa explícita de convencer seu leitor de que ele foi bem articulado e, assim, é fundamental a sua leitura, como é evidenciado no trecho: “Simultaneamente, três equipes saíram de viagem. Encarregados de preparar uma reportagem sobre o trabalho pioneiro das “novas” freiras, Luiz Fernando Mercadante

e Geraldo Mori voaram antes para o Araguaia, depois para cidadezinhas empoeiradas de quatro Estados do Norte e Nordeste.[...]”; é explicado ao leitor que houve o desdobramento da equipe de produção a fim de reforçar a ideia de dedicação da revista em apresentar o conteúdo de modo amplo, objetivo este que caracteriza *Realidade* (Faro, 1997).

Quando se pensa na arquitetônica deste gênero, entende-se que nesse contexto as questões que estavam sendo discutidas no periódico enfrentavam embates ideológicos, com isso as escolhas feitas evidenciam um cuidado nas palavras para revelar não só a temática ali debatida, mas também uma crítica. Desde o título, com o uso da expressão “Trabalho que elas deram”, a qual é popularmente utilizada para definir quando algo gerou dificuldades na sua execução, há uma tentativa de evidenciar as dificuldades na realização da edição, sem revelar de fato o tema, e promover a persuasão do leitor de que houve muitas dificuldades e que então se tem um trabalho digno de exaltação e valorização.

Na linguagem jornalística é comum esse tom comunicativo de autopromoção, pois, além de informar, há uma tentativa de convencimento de seu leitor da refração que é divulgada (Meditsch, 1997). No primeiro parágrafo, há uma intenção de justificar tal escolha da revista ao mencionar “começamos a discutir a posição e a importância da mulher em nosso país. Falamos da revolução tranquila e necessária — mas nem por isso menos dramática — que a mulher brasileira estava realizando. E decidimos dedicar uma edição especial de *Realidade* ao que ela é, ao que faz, ao que pensa e ao que quer”. A apresentação revela uma contextualização de como surgiu a ideia de dedicar uma edição para discutir a presença feminina, é possível ver até mesmo um tom típico de narrativas ao introduzir com uma descrição que remete a uma cena fictícia para sugerir que a discussão sobre a edição demandou tempo, dedicação e atenção dos redatores: “Seis meses atrás, em longa conversa ao pé da lareira, numa noite de inverno”.

No final, por meio de uma construção sintática que tenta exaltar a mulher - “sabemos que o panorama traçado é apenas

parcial, mas esperamos que sirva para mostrar o muito que elas já fizeram e o mais que ainda irão fazer” -, reitera-se a tentativa de exaltação da mulher naquele momento. No entanto, apresenta também valores em oposição a tais tentativas, uma vez que manifesta um discurso que ainda está carregado de ideologias patriarcais, como é evidente em “o sucesso que a mulher pode ter quando sabe trabalhar”. A escolha do signo “sabe”, anteposto a “trabalhar”, já remete ao discurso de que a figura feminina só tem o “sucesso” esperado quando está no campo do trabalho e detém de uma formação, uma vez que as demais mulheres não foram destacadas como representantes de sucesso na sociedade; outra leitura possível é considerar o pressuposto em “quando sabe trabalhar”: essa construção explícita que há situações em que a mulher não sabe trabalhar, que pode ser interpretado como “não trabalha direito”. Veja que se materializa nesta carta do editor um conflito ideológico sobre a atuação da mulher no campo de trabalho, o que é uma refração de discursos sobre a emancipação feminina que se atualizam no social.

Nos próximos parágrafos da carta, quando é discutido como foram desenvolvidas as pesquisas para a reportagem, citam-se os repórteres e os locais visitados, mostrando que a revista se mobilizou para retratar a realidade das mulheres de várias regiões e grupos sociais, mas ainda há uma restrição em conceber a atuação da mulher na área jornalística, esfera em que está sendo retratada tal temática, uma vez que a reportagem é desenvolvida em sua maior parte por homens, fator que leva a ideologias que se contrastam no contexto.

Identifica-se neste enunciado quais os valores do discurso, que estão voltados à tentativa de valorização social da mulher, mas ainda demonstram ideologias vigentes na época, que não propiciavam um ambiente de inclusão da voz feminina. A escolha por reportagens que revelam como é a vida de mães solteiras e como é a vida de mulheres que têm sucesso no trabalho e buscam sua independência tenta descentralizar as ideologias patriarcais, as quais impedem a liberdade da mulher e estabelecem padrões

que necessitam ser cumpridos, como matrimônio, maternidade e tarefas do lar; mas ainda vê-se uma centralização quando não há uma coerência entre a proposta de exaltação da independência da mulher e o discurso patriarcal posto.

Neste ponto, nota-se como se dão os embates ideológicos na cadeia discursiva, por meio de enunciados que retomam ideologias divergentes, visto que promovem a luta entre vozes que visam à independência da mulher e discursos patriarcais que circulavam na época. Com isso, a revista demonstra seu posicionamento em relação à sociedade e à temática, evidenciando que todo enunciado é dialógico por natureza (Bakhtin, 2011).

Ao final, a edição reforça a ideia de retratar a mulher de modo “real” por meio do período “Trabalhando, amando, rezando, pensando, falando... sendo”, usando verbos nocionais na sua forma nominal de gerúndio para mostrar que a mulher, em todos seus processos da vida, merece ser vista e notada sobre outro olhar pela sociedade. No entanto, há ainda uma visão patriarcal nesse enunciado que romantiza o cotidiano da mulher ao colocar quais as ações que determinam o que é ser mulher de modo positivo e naturalizado. No encerramento do período, tem-se um único verbo relacional – sendo - que demonstra que todas as ações expressas anteriormente constituem a posição da mulher na sociedade.

Após publicar a edição, a revista teve problemas devido à temática, tendo em vista que a imprensa no período ditatorial foi fortemente reprimida, e sofreu com a proibição da circulação da edição de número 10. Tal situação foi retratada na carta do editor da revista de número 11 de fevereiro de 1967, reproduzida a seguir:

A apreensão de REALIDADE

No penúltimo dia do ano passado, REALIDADE de janeiro foi apreendida em São Paulo, por decisão do juiz de Menores. Simultaneamente — e embora o juiz não tivesse qualquer jurisdição

quanto aos exemplares destinados a outras comarcas — cerca da metade da tiragem da revista foi detida na gráfica onde é impressa. Finalmente, alguns dias depois, o juiz de Menores da Guanabara, também mandou apreender a revista. Nos dois casos, a alegação foi a mesma: tratava-se de uma edição “obscena” e “ofensiva à dignidade da mulher”. E, em ambos os casos, o único recurso cabível era se dirigir aos Tribunais Superiores.

Assim, enquanto os nossos advogados preparavam suas defesas e a revista aguardava o pronunciamento da Justiça, centenas de milhares de leitores em todo o país ficaram proibidos de ver a edição especial que focalizava “A Mulher Brasileira, Hoje”.

O que havia de “obsceno” na edição apreendida? Os dois juízes de Menores não especificaram. Mas certas pessoas supõem que eram os desenhos científicos mostrando o funcionamento do corpo feminino. Alguns apontam uma estatística sobre o índice de abortos (incluída nos resultados da maior, mais variada e mais cuidadosa pesquisa de opinião e comportamento jamais realizada entre mulheres brasileiras). Outros mencionam uma entrevista com uma moça que não se envergonha de ser mãe solteira; a foto de uma prostituta que — pelo milagre da maternidade — confessa sua intenção de se regenerar; e o debate da última página, onde duas escritoras conhecidas apresentam opiniões divergentes sobre a importância da virgindade pré-matrimonial.

Finalmente, muitos pensam que uma determinada foto, publicada na reportagem uma parteira do interior, foi julgada “obscena” pelos defensores da moralidade pública.

Torna-se evidente, portanto, que a “obscenidade” — no sentido exato da palavra — não estava em jogo, pois a revista não continha sequer uma frase maliciosa, uma foto provocante, um desenho erótico ou um texto libidinoso. O que estava — e ainda está — na balança é uma atitude perante a vida, o mundo e a realidade brasileira.

Desde nosso primeiro número, em abril de 1966, manifestamos a opinião de que a única maneira de resolver problemas é tranquilizá-los. E nos meses que se seguiram a jovem equipe que faz esta revista procurou não perder de vista as dúvidas e problemas que são continuamente levantados, ponderados e debatidos no Brasil inteiro. A recepção foi entusiástica: em apenas seis meses, REALIDADE

alcançou a maior tiragem do país, com 475.000 exemplares e mais de um milhão e meio de leitores por edição.

A apreensão do número de janeiro constitui, assim, muito mais que uma simples ação punitiva contra qualquer vulgar publicação licenciosa. Significa, essencialmente, que qualquer juiz de Menores pode impedir que uma revista circule em todo o país, apenas por não concordar com o seu ponto de vista. Significa que basta a simples opinião de uma autoridade administrativa para anular meses de trabalho e provocar vultosos prejuízos materiais. E significa, finalmente, que a liberdade da imprensa vê-se novamente em perigo, uma vez que este tipo de apreensão ameaça jornais e revistas que publicarem fatos, estatísticas e opiniões julgados inconvenientes a critério exclusivo de uma única pessoa.

Assim, embora pretendamos continuar debatendo os grandes problemas nacionais, deveremos supor que — de repente — não mais vão aparecer moças menores e grávidas diante dos juizes de Menores. Que a esmagadora maioria das jovens chega virgem ao casamento. Que mulheres casadas jamais apelam para a interrupção intencional da gravidez. Que há unanimidade da opinião pública a favor do desquite como melhor solução para um casal que vive sem amor. E que enfim — todos estes problemas só voltariam a existir se e quando fossem novamente levantados por REALIDADE.

É preciso repetir que nosso único objetivo — desde o primeiro número — foi fazer uma revista para homens e mulheres inteligentes que desejam saber mais a respeito de tudo. Queremos continuar informando, divertindo, estimulando e servindo aos nossos leitores. Com seriedade, honestidade e entusiasmo. Queremos continuar comunicando a nossa fé inabalável no Brasil e no seu povo, na liberdade do ser humano e nas realizações da livre iniciativa.

REALIDADE, enfim, só tem uma pretensão: ajudar a construir um Brasil moderno, próspero e feliz. E é isso que continuaremos tentando fazer.

(Realidade, 1967, p.3)

A carta do editor apresentada revela como foi concebida a edição sobre as mulheres e, mais do que isso, expõe quais

ideologias eram valorizadas e exaltadas, tendo em vista que a temática sobre o feminino foi considerada, por seus críticos-censores, como ato “obsceno” e “desrespeito à dignidade da mulher”. Assim como na edição anterior, é apresentado um título que reitera a abordagem temática da edição e, aqui, há ainda a evidência da polissemia do substantivo “apreensão”, que pode se relacionar ao fato de como foi a recepção dos leitores em relação à edição apresentada, mas também é possível compreendê-lo a partir da retirada das revistas das bancas. No desenvolvimento da carta, as justificativas da retirada das revistas reproduzidas, como ao apresentar que “Outros mencionam uma entrevista com uma moça que não se envergonha de ser mãe solteira” ou “ uma determinada foto, publicada na reportagem uma parteira do interior, foi julgada ‘obscena’ pelos defensores da moralidade pública” representam os valores concebidos pelas ideologias oficiais (machistas). Essas defendiam a ideia de que a mulher⁵ deveria seguir as imposições patriarcais, manter-se submissa ao homem e aos valores machistas das instituições. Ainda, acreditavam que qualquer discussão envolvendo sexualidade era imprópria quando se tratava da mulher e que revelar as escolhas individuais dessas era um ato de desrespeito à ideia de dignidade que naturalizaram sob uma perspectiva machista.

Tendo em vista que cada enunciado é um ato discursivo, suscita ou provoca respostas, nessa edição o leitor se depara com a presença de uma refutação ao ato de proibição. Ao analisar o

⁵ “Anterior a 1964 a mulher ainda se encontrava privada de autonomia tendo de obter autorização do marido ou pai para trabalhar, quase não se havia usufruído o direito de votar e dos direitos trabalhistas conquistado com Vargas em 1932, e se instalou a intervenção, onde programas de esterilização somados as faltas de informação sobre métodos contraceptivos, como a pílula anticoncepcional, restringindo ainda mais a pouca liberdade que a mulher tinha sobre o próprio corpo, ainda assim, a presença feminina no mercado de trabalho cresceu e muitos movimentos femininos surgiram, viram-se presas num dilema, ou levantariam para lutar encarando todos os riscos direcionados ao seu sexo, ou calariam perante a ditadura e arriscariam uma vida permeada por medo, desesperança e morte” (Madeira; Oliveira, 2019, p.59).

discurso da revista, há um tom de revolta e, sabendo que se trata de uma carta do editor e que o projeto de dizer busca convencer o leitor, há a tentativa de esclarecer a importância das discussões suscitadas pela revista e de como a atitude governamental demonstrou desrespeito à população. Esses aspectos explicitam a opinião da revista acerca da situação, como foi mencionado em “Torna-se evidente, portanto, que a ‘obscenidade’ — no sentido exato da palavra — não estava em jogo, pois a revista não continha sequer uma frase maliciosa, uma foto provocante, um desenho erótico ou um texto libidinoso”. O uso das aspas já remete à retomada da voz do juiz em tom irônico, evidenciando que a revista desconsidera a afirmação e acredita que a justificativa de impedimento não estava pautada na forma como o conteúdo foi apresentado, mas nos valores patriarcais concebidos pelo juiz. Esse confronto entre a revista e o posicionamento unilateral da autoridade evidencia a atuação de forças centrípetas sobre as ideologias da revista, visto que ocorreu a tentativa de impedir a veiculação do posicionamento da empresa e o discurso de autoridade do juiz promoveu a centralização da concepção conservadora.

A força centrípeta contra os valores da revista foi recebida e respondida de modo irônico, quando o editor estabelece uma crítica ao mencionar que provavelmente o juiz não vai se deparar com a gravidez na adolescência e que as mulheres vão se casar virgens, evidenciando que o ato de proibição mascara a realidade e não propicia uma reflexão pautada na vida das mulheres no Brasil da época, objetivo principal da revista: “Que a esmagadora maioria das jovens chega virgem ao casamento. Que mulheres casadas jamais apelam para a interrupção intencional da gravidez. Que há unanimidade da opinião pública a favor do desquite como melhor solução para um casal que vive sem amor. E que enfim — todos estes problemas só voltariam a existir se e quando fossem novamente levantados por REALIDADE”.

O discurso posto nesta carta ainda reitera os objetivos centrais da revista, em uma busca de enfatizar o público-alvo e

convencer de que há o cumprimento de um suposto papel ético e responsável da revista. “Queremos continuar informando, divertindo, estimulando e servindo aos nossos leitores. Com seriedade, honestidade e entusiasmo. Queremos continuar comunicando a nossa fé inabalável no Brasil e no seu povo, na liberdade do ser humano e nas realizações da livre iniciativa”. Esse período reitera os objetivos evidenciados na primeira edição e já constata que o projeto de dizer da revista está pautado nesta busca pelo convencimento do leitor do papel do periódico na construção da opinião pública, visto que a empresa corria o risco de ser reprimida caso destoasse dos valores concebidos pelo governo vigente. Como gênero discursivo carta do editor, entende-se que há como estabilidade esta relação posta com o leitor e a intenção de convencê-lo sobre os objetivos da revista, visto que há uma recorrência deste discurso nas edições posteriores analisadas em Fornel (2021).

Na revista *Fórum*, os editoriais geralmente apresentavam o conteúdo abordado na edição do mês, quando na versão impressa, e evidenciavam para o leitor o posicionamento do periódico em relação ao tema enfatizado. Os textos possuem títulos que resumem o conteúdo desenvolvido e é associado ao termo “Editorial”, indicando para o leitor o texto exposto. Os editoriais apresentavam a autoria como “Revista Fórum” e “Redação”, sem uma assinatura, o que reitera a forma composicional do gênero.

As estabilidades do editorial em *Fórum* aproximam-se a outros gêneros quando os textos são divulgados no site da empresa, o que motivou uma alteração em relação ao modo como se desenvolveu o texto que ainda recebe como título “Editorial”. Diferente do desenvolvimento do tema da edição, na versão digital a revista divulga os temas relevantes e considerados necessários para a revista se posicionar. Além disso, verifica-se uma necessidade de autopromoção e esclarecimento da revista sobre situações polêmicas envolvendo a empresa, o que demonstra que o editorial neste espaço sofreu

alterações na sua forma composicional e arquitetônica. Esta constatação levantou a seguinte questão: o que é um editorial da revista *Fórum* neste meio digital? Entendeu-se, por meio da pesquisa, que como não há uma edição específica, pois a revista não é publicada em um compilado de conteúdos, mas sim de modo recorrente, como um site de informações, o editorial tornou-se o gênero voltado à “autoexplicação” e promoção da revista, o que se mantém é a evidência do posicionamento da empresa em relação ao tema debatido.

Cabe ressaltar que em diferentes momentos sócio-históricos e em veículos distintos a esfera jornalística reitera seu papel formador, pois, assim como foi analisado em *Fórum*, constata-se que os editoriais não são recorrentes atualmente, pois não há uma edição específica como havia na impressa, assim os editoriais no site servem como um mecanismo de esclarecimento para a sociedade quando a revista tem a necessidade de se posicionar publicamente. O editorial a seguir foi divulgado na edição impressa número 115 e depois transposto para a versão digital, com a menção de que o texto foi escrito pela “Redação”, indicação de autoria que é alterado ao longo das publicações. Como hipótese, compreende-se que a revista não considerava a distinção entre “Revista Fórum” ou “Redação”.

Editorial – A onda conservadora e a reforma política

Por Redação

De tempos em tempos, políticos conservadores tentam adaptar e “modernizar” seus discursos e práticas, tentando conquistar e angariar novos apoiadores para seus projetos de poder. Mas, no fundo, somente reciclam o figurino que já foi vestido por outros em um passado às vezes nem tão remoto.

Nesse aspecto, personagens como Jânio Quadros parecem ser os faróis de políticos que se pretendem inovadores. É possível ver a reprodução de suas atitudes de cunho proibicionista e moralista em diversas administrações municipais Brasil afora, assim como em

projetos de parlamentares que buscam votos assegurando a defesa da “moral”. E o espectro do ex-presidente também ronda em outras paragens, inspirando um certo autoritarismo travestido de autossuficiência de políticos que pretendem se bastar, sem contar com apoios partidários sólidos e prescindindo de articulações com a sociedade civil.

A existência de figuras assim não chega a ser novidade e é comum em ambientes democráticos. O problema é quando existe um ideário que se baseia quase exclusivamente em proibições, em vez de tratar de regulações e de educação. E muitos acham que isso resolve uma série de questões, quando, na verdade, interdita os debates necessários sobre temas como o acesso das pessoas ao espaço público e o fracasso da política antidrogas. Os veículos de comunicação, em um cenário de concentração midiática, também não colaboram com as discussões que precisam ser feitas, ajudando a manter inalterado o *status quo* que favorece os de sempre.

Uma das razões pelas quais a sociedade aceita de forma quase passiva proibições e leis restritivas que atingem outros direitos reside no atual sistema político. Outros países precisaram enfrentar crises econômicas para reconhecerem a quase falência de suas estruturas representativas, nas quais os cidadãos não se veem contemplados. Aqui, os sinais são mais sutis, mas aparecem por todos os lados.

A agenda da reforma política é urgente e, sem ela, muito do esforço empreendido para dar solidez às instituições no período pós-redemocratização pode ter sido em vão. A onda proibitiva que periga virar moda na classe política só torna mais evidente essa realidade.

(Fórum, online, 9 jan. 2013)

Na edição 115, foi apresentada uma reflexão sobre o contexto político brasileiro, mas não houve uma menção direta ao conteúdo abordado ou a uma reportagem específica como analisado em outros editoriais do grupo ao longo da pesquisa de Fornel (2021). Há uma recorrência de tema quando a revista menciona sobre o papel das mídias no contexto político, discurso que ao longo das edições tenta convencer o leitor sobre a concepção de que *Fórum* trata os temas de

modo plural e reflexivo, sem tratar de modo superficial um conteúdo, como verifica-se em “Os veículos de comunicação, em um cenário de concentração midiática, também não colaboram com as discussões que precisam ser feitas, ajudando a manter inalterado o *status quo* que favorece os de sempre”. O trecho citado demonstra que os veículos de comunicação, além de não esclarecerem, impedem a efetiva reforma política que a revista propõe.

Para sustentar a opinião apresentada em relação à instauração de governos que pautam suas ações em proibições e apenas revestem-se de novos argumentos, há a referência a Jânio Quadros para justificar que se trata de um processo histórico que precisa ser rompido e que o ex-presidente atua de tal modo em outro momento histórico. Ao discutir sobre as decisões políticas no país, a revista menciona o moralismo associado a proibições de políticas sociais e, com isso, evidencia seu posicionamento discordando do que é proposto nas diversas localidades do país “É possível ver a reprodução de suas atitudes de cunho proibicionista e moralista em diversas administrações municipais Brasil afora, assim como em projetos de parlamentares que buscam votos assegurando a defesa da ‘moral’”.

O editorial a seguir traz uma recorrência da revista: a discussão de um tema sem mencionar explicitamente textos que foram discutidos e publicados na semana. Além disso, dialoga com o que foi proposto na edição 115 com a defesa de uma reforma política “A onda proibitiva que periga virar moda na classe política só torna mais evidente essa realidade”. Este editorial também circulou na edição impressa e foi publicado no site da revista *Fórum*:

Editorial: às ruas contra o partido da mídia

O pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff, ontem, apontou para muitas direções. Mas foi uma das raras vezes em que alguns temas essenciais para o país foram abordados em discursos oficiais da atual mandatária, como a reforma política e a necessidade de diálogo com os movimentos sociais. Estes que, até

agora, tiveram um tratamento mais do que distante por parte do governo.

Pode ser o início de um ponto de virada no mandato da presidenta, mas tudo vai depender das ações concretas que serão tomadas daqui para a frente. Contudo, é impossível não notar uma lacuna no discurso de ontem. A democratização da comunicação, questão negligenciada em boa parte dos oito anos de Lula e que estagnou – ou regrediu – ainda mais na gestão Dilma. Para quem sentiu a ausência do assunto nas palavras da presidenta, a entrevista do ministro das Comunicações Paulo Bernardo à revista *Veja* foi mais do que um balde de água fria. É a certeza de que, se não houver uma mudança radical nessa área, a tendência é que o que já é ruim possa piorar.

No abre ‘da entrevista, Bernardo é apresentado como um “daqueles raros e bons petistas que abandonaram o radicalismo no discurso e na prática”. Na entrevista, talvez o principal trecho esteja no final, quando o repórter pergunta sobre por que razão “o seu partido insiste na defesa de medidas para controlar a mídia”. O ministro responde dizendo que “algumas pessoas acham que nós podemos fazer, por exemplo, regulação da mídia impressa”. Depois, segue: “Quando se fala nisso, é a militância que extrapola, e eu posso dizer que está errada, que está falando besteira. Se ela não gosta da capa da revista, da manchete de jornal, quer que eu faça regulação. Isso não existe. Não vai ter regulação para isso”.

Curiosamente, Bernardo cita o que a militância do seu partido “entende errado”, mas não faz questão nenhuma de falar sobre o que o seu partido e seus militantes “entendem certo”. São pontos como o monopólio dos meios de comunicação, a propriedade cruzada, o papel das teles, a luta pela diversidade informativa... Nada disso tem qualquer relação com “censura” da mídia impressa. Reduzir as demandas do PT, ou melhor, de boa parte da esquerda a isso é contribuir para a desinformação. Ou má-fé.

Além disso, Bernardo faz questão de mostrar intimidade com a presidenta e, apesar de admitir ser cobrado por ela, cita um episódio trivial para ilustrar sua proximidade. Conta que Dilma o alertou para comprar um “presente bom” para o aniversário de sua

⁶ No site da revista está dessa forma, mas entendeu-se como um desvio de digitação e que na verdade o correto é “Na abertura da entrevista”.

esposa, a ministra da Casa Civil Gleisi Hoffmann. E diz ter comprado um colar de pérolas.

Não é à toa que uma entrevista como essa tenha saído agora. A mídia tradicional não diz, mas a narrativa que ela conta sobre os protestos não a inclui como personagem. Foi ela, mídia tradicional, em várias manifestações pelo Brasil, hostilizada por grande parte das pessoas que foram às ruas. Em São Paulo, *Veja* foi xingada, a Globo também. Tanto que os repórteres da emissora saem para a cobertura sem seus cubos ou prismas nos microfones, ou então veem à distância os fatos por helicópteros. Os veículos tradicionais fingem que não, mas são alvo. E, quem diria, Paulo Bernardo faz as vezes de protetor.

É preciso que se inclua, de forma urgente, a democratização da comunicação na pauta dos protestos, nas ruas e em todas as redes. Que se discuta, de forma saudável, como garantir a pluralidade de meios e de canais no Brasil. Sem pressão social, é certo que nada sairá dos gabinetes de Brasília nesse sentido. Caso o cenário não se modifique, nossa democracia continuará sem pernas. E sem voz(es).

(Fórum, online, 22 jun. 2013)

O editorial foi publicado em um momento de tensão política e social no Brasil, marcado pelas manifestações de junho de 2013, que inicialmente reivindicaram o aumento da tarifa do transporte público nas diversas regiões do país e, posteriormente, estendeu-se para a reivindicação de reformas políticas e sociais por parte do Estado. Os manifestantes direcionavam suas críticas também aos meios de comunicação⁷, como foi reiterado no editorial: “A mídia

⁷ “A grande mídia teve um papel bastante ambíguo nas manifestações de 2013. Habituada a, historicamente, criminalizar os movimentos sociais, o que vinha ocorrendo desde a ditadura até recentemente, de acordo com algumas pesquisas das ciências sociais, ela dispensou um tratamento inicial adverso às recentes manifestações e aos manifestantes, após um deslumbre em relação às vozes da rua e, finalmente, uma atitude que revela não saber claramente como agir em relação à criminalização ou não dos manifestantes, como no caso do Black Bloc. Por parte de manifestantes, quase de uma forma generalizada, houve reações explícitas aos comprometimentos políticos tradicionais da grande mídia” (Scherrer-Warren, 2014, p. 420).

tradicional não diz, mas a narrativa que ela conta sobre os protestos não a inclui como personagem. Foi ela, mídia tradicional, em várias manifestações pelo Brasil, hostilizada por grande parte das pessoas que foram às ruas”.

O editorial demonstra o posicionamento da revista em relação às ocorrências ligadas ao jornalismo e aos meios de comunicação neste momento e, especificamente, o posicionamento do ministro das Comunicações diante do pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff. A revista menciona que o ministro demonstrou a defesa dos meios de comunicação tradicionais, pois estes estavam sendo atacados durante as manifestações. A defesa de *Fórum* acerca da liberdade de imprensa encerra o texto com uma metáfora de que a democracia estará atada caso não haja de fato a garantia da liberdade de cada meio de comunicação expor seu posicionamento. Esta discussão no editorial demonstra um tom opinativo sobre uma situação ocorrida na sociedade, mas não ao conteúdo da edição publicada neste mês, o que demonstra uma estabilidade em relação ao editorial analisado anteriormente quando não ocorreu também a citação das reportagens desenvolvidas, mas foi explicitado um posicionamento da revista sobre um tema.

Considerações finais

Enfim, compreende-se a existência de aproximações dos gêneros editorial e carta do editor, embora existam instabilidades entre ambos. As revistas, por meio destes gêneros discursivos, buscam falar de si para seu público-alvo, o que altera é a relação com o leitor que na carta demarca uma interlocução explícita enquanto no editorial este tom é indireto. O título é usado em ambos os gêneros como um meio de apresentação do tema que será debatido, além de apresentar um indicativo para o leitor com “Carta do editor” ou “Editorial” para uma tentativa de demarcar qual o gênero expresso, mas com projetos de dizer semelhantes.

Em relação a essa escolha da revista por carta ou editorial, Fornel (2021) trouxe como hipótese o vínculo ao interesse de cada revista em estabelecer uma relação com seu leitor e ao estilo de cada veículo. No caso de *Realidade*, a “Carta do editor” era o gênero que a revista utilizava para se vincular mais estreitamente ao leitor e promover a revista diante de um contexto de censura da imprensa. Já a revista *Fórum*, ao optar pelo editorial, demonstra vincular-se à recorrência deste gênero em outras revistas de cunho tradicional e no campo jornalístico e, com isso, mostrar o seu espaço no mercado editorial.

Os gêneros opinativos no jornalismo, neste caso a carta do editor e o editorial, revelam-se fundamentais pois são o espaço privilegiado do posicionamento da empresa. Se todo enunciado é ideológico e materializa as ideologias do interlocutor, o editorial e a carta do editor, gêneros que suscitam essa expressão, tornam explícitos ao leitor de revistas os valores assumidos pelo periódico. Essa relevância é evidente quando se identifica que, apesar de o jornalismo em revista vivenciar um momento de mudança na interação entre autor e leitor, com diferentes mídias sendo utilizados para a veiculação da comunicação jornalística, encontram-se revistas como *Fórum* que fazem uso deste gênero discursivo mesmo sem um “número” da revista (com uma edição e conteúdos relacionados a um mês ou semana).

Este capítulo, ao retomar o trabalho de Fornel (2021), evidencia a relevância desse estudo para os debates acerca dos gêneros discursivos, uma vez que se busca compreender como a carta do editor e o editorial se aproximam e se distanciam na esfera jornalística e como se dá a atuação destes enunciados no corpo social, em momentos históricos diferentes do jornalismo brasileiro. Ainda, nota-se a importância da reflexão sobre o espaço dos gêneros jornalísticos na contemporaneidade, visto as mudanças no uso de diferentes meios de comunicação ocorridas, o que demonstra que mesmo diante de tantas mudanças promovidas pelo contexto digital, o gênero ainda é fundamental para o jornalismo.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução Paulo Bezerra. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p.261-306.
- BAKHTIN, Mikhail. Metodologia das Ciências Humanas. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução Paulo Bezerra. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p.393-410.
- BRAIT, Beth. Estilo. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005, p.79-102.
- BRAIT, Beth. Enunciado/ enunciado concreto/enunciação. In: BRAIT, Beth. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005, p.61-77.
- BRAIT, Beth. Análise e teoria do discurso. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006, p.9-32.
- DISCINI, Norma. Contribuição para uma estilística discursiva. In: PAULA, Luciane; STAFUZZA, Grêmisa (Orgs.). **Círculo de Bakhtin: teoria inclassificável**. Campinas: Mercado de Letras, 2010, p.115-148.
- FARACO, Carlos Alberto. A ideologia no/do Círculo de Bakhtin. In: PAULA, Luciane; STAFUZZA, Grêmisa (Orgs.). **Círculo de Bakhtin: pensamento interacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p.67-182.
- FORNEL, Lorena Mayara. **Editorial e carta do editor: uma análise discursiva**.108f. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara –SP, 2021.
- FÓRUM. Editorial n.120, 2013. Disponível em <<https://revistaforum.com.br/digital/edicoes/120/>>. Acesso em 10 de junho de 2019.
- FÓRUM. São Paulo, n.168, 2014. Disponível em <<https://revistaforum.com.br/digital/168/editorial-dilma-segundo-turno-porque-forum-sempre-teve-lado/>>. Acesso em 10 de junho de 2019.
- GERALDI, J. W. Heterocientificidade nos estudos linguísticos. In: GEGE. **Palavras e contrapalavras: enfrentando questões da metodologia bakhtiniana**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012. p. 19-39.

MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005. p. 151-166.

MADEIRA, Laura Andressa Carvalho; OLIVEIRA, Syndley Jorrany Conceição de. “EU SOU MULHER”: A luta das mulheres na ditadura civil militar no Brasil durante a segunda metade do século XX. **Das Amazônias**. Rio Branco – Acre, v.2, n.1, (jan-jul) 2019, p. 57-70.

MARCHEZAN, Renata Coelho. Diálogo. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006. p. 115-129.

MARQUES DE MELO., José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Vozes, 1985.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** 1997. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>. Acesso em 30 jun 2020.

MENDONÇA, Marina Célia. Desafios metodológicos para os estudos bakhtinianos. In: GEGE. **Palavras e contrapalavras**: enfrentando questões da metodologia bakhtiniana. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012. p. 107-119.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 200, p. 168-176.

REALIDADE. **O trabalho que elas deram**. São Paulo, n.10, janeiro 1967. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/213659/per213659_1967_00010.pdf. Acesso em 30 nov 2019.

REALIDADE. **A apreensão de REALIDADE**. São Paulo, n.11, fevereiro 1967. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/213659/per213659_1967_00011.pdf. Acesso em 30 nov 2019.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Cafajeste. CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, pág. 417-429, agosto de 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792014000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 de janeiro de 2025

VOLÓCHINOV, Valentin (Círculo de Bakhtin). **A palavra na vida e a palavra na poesia**. Tradução, notas e glossário Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem:** problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

A alternância dos sujeitos no discurso retórico-judicial: Cotejamentos iniciais de uma proposta bakhtiniana para o ensino jurídico*

Luciano Rogério do Espírito Santo Abrão

Introdução

Quando Volóchinov (2017, p. 261) ressalta a importância de se compreender o discurso retórico, judicial e político, bem como seu impacto na consciência linguística dos grupos sociais, entendemos, como consequência, fazer-se imprescindível que, para além dos estudantes de graduação em ciências jurídicas e outros cursos que englobam o ensino de conteúdos jurídicos contemporâneos, faz-se importante estender as reflexões acerca do tema pelas lentes da ótica da arquitetura bakhtiniana.

Antes de tudo, impõem-se algumas considerações sobre parte do universo no qual se materializam as relações jurídicas. Nesse sentido, é fundamental enfatizar que o *discurso retórico-judicial*,

[...] é o discurso que se desenvolve sobre as questões jurídicas da sociedade politicamente organizada, em especial, por intermédio dos Órgãos do Poder Judiciário (Juízes e Tribunais) e das funções essenciais à Administração da Justiça (Ministério Público e Advocacia). Nele, a linguagem se materializa em *arenas* denominadas de *Processos Judiciais*, por intermédio de *Relações Processuais* que se desenvolvem entre sujeitos pertencentes a uma comunidade discursiva, a *comunidade jurídica*, e, que, por sua vez, são juridicamente denominados de *Sujeitos Processuais* (Abrão, 2019, p. 19-20).

* <https://doi.org/10.51795/9786526518403187214>

Assim sendo, partiremos do pressuposto de que o ensino de conteúdos jurídicos de natureza processual, aí inclusas as disciplinas e abordagens adotadas em diversos campos do conhecimento, carece da compreensão dialógica do seu discurso eminentemente retórico. Entendemos que tal déficit impacta sobremaneira o *processo ensino-aprendizagem* cujo objeto é discurso *retórico-judicial*, principalmente no que diz respeito à compreensão das garantias constitucionais e legais (político-jurídicas) que amparam o *exercício discursivo* próprio da *arena jurídica*, como sendo *garantias discursivas*. Entretanto, ao contrário, não raras vezes, essas garantias que adiante serão por nós cotejadas, são apresentadas aos discentes como sendo meros assessorios técnicos para auxiliá-los no exercício individualizado das principais profissões jurídicas (Advocacia, Magistratura e Ministério Público).

Entretanto, essa compartimentalização do conhecimento é uma questão curricular. Uma constatação que pode ser nitidamente observada na grade dos cursos de bacharelado em Direito. Neles, tais garantias são concebidas em disciplinas separadas no tempo e, como se já não fosse muito, ministradas com enfoques distintos a depender da orientação teórico-metodológica dos professores (dos que construíram o currículo e dos que ministram as aulas), bem como do material de apoio didático, escolhido e indicado pelos docentes que as regem.

Desse modo, no *currículum* das sete Instituições de Ensino “Superior” que lecionei,¹ e isso pode ser estendido, com ou sem

¹ Minha experiência docente na área jurídica (graduação e pós-graduação), estruturou-se na regência das seguintes disciplinas: Argumentação, Hermenêutica e Filosofia Jurídica, Direito Constitucional, Ciência Política, Teoria do Estado e Ética Jurídica, nos Cursos de bacharelado em Direito: da Faculdade Central Cristalinense - FACEC (Cristalina - Goiás); do Centro de Ensino Superior de Catalão - CESUC; do Centro Universitário do Espírito Santo - UNESC - campus I (Colatina - ES) e campus II (Região Metropolitana de Vitória - ES); da Universidade Católica de Goiás, atual PUC-Goiás (Goiânia - GO); do Centro Universitário de Goiás - Uni-ANHANGUERA, antiga Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas (Goiânia - GO); e da Faculdade de Tecnologia e Negócios de

ressalvas, para as outras Instituições congêneres em todo território nacional, a essencialidade da *compreensão dialógica* da importância da *alternância dos sujeitos do discurso na arena jurídica* se dissipa em um formalismo raso espalhado em cinco disciplinas dispostas em períodos distintos entre o primeiro o décimo semestre, o último do Curso. São elas: Introdução ao Estudo do Direito, Direito Constitucional, Teoria Geral do Processo, Direito Processual e Ética Jurídica.

Nesse capítulo, apresentarei os cotejamentos iniciais de uma proposta epistemológica que perpassará as cinco disciplinas acima citadas, reunindo em uma única estrutura *teórico-metodológica* de bases bakhtinianas, as *garantias discursivas* relativas aos principais *sujeitos discursivos* da *arena jurídico-judicial*: Advocacia², Ministério Público³ e Magistratura⁴, concebendo a

Catalão - FATENC, bem como Ética e Ciência Política nos Cursos de Ciências Contábeis, Fisioterapia e Informática (CESUC/FATECA).

² Os membros da Advocacia são os advogados e as advogadas – profissionais liberais ou servidoras(es) públicos –.

³ Os membros Ministério Público dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são os Promotores e Promotoras de Justiça (que atuam junto às Comarcas) e os Procuradores e as Procuradoras de Justiça (que atuam junto aos Tribunais de Justiça). Os membros do Ministério Público Federal são os Procuradores e Procuradoras da República (que atuam junto às Varas Federais e aos Tribunais Regionais Federais). Os Membros do Ministério Público Eleitoral são os Promotores e Promotoras Eleitorais (que atuam junto às Zonas Eleitorais) e os Procuradores e Procuradoras Regionais Eleitorais (que atuam junto aos Tribunais Regionais Eleitorais). Os membros do Ministério Público Militar são os Promotores/Procuradores e Promotoras/Procuradoras da Justiça Militar (que atuam junto aos Conselhos de Justiça / Auditorias Militares / Tribunais de Justiça Militar). Os membros do Ministério Público do Trabalho são Procuradores e Procuradoras do Trabalho.

⁴ Os membros da Magistratura dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são os Juízes e as Juízas de Direito (que atuam nas Comarcas) e os Desembargadores (que atuam nos Tribunais de Justiça). Os membros da Magistratura Federal são os Juízes Federais (que atuam nas Varas Federais) e os Desembargadores e Desembargadoras Federais (que atuam nos Tribunais Regionais Federais). Os membros da Magistratura Eleitoral são os Juízes e as Juízas Eleitorais (que atuam nas Zonas Eleitorais) e os Desembargadores e

alternância dos sujeitos do discurso como fator determinante dos *limites do enunciado concreto* e como sua primeira peculiaridade constitutiva, com enfoque privilegiado nas Garantias constitucionais e legais (político-jurídicas) que amparam o *exercício discursivo* próprio da *arena jurídica*, apresentando-as, em seu sentido amplo, como sendo garantias de toda a sociedade.

2. A alternância dos sujeitos no discurso retórico-judicial e suas garantias discursivas⁵

Antes de tudo, faz-se necessário destacar que uma das concepções capitais esposadas pela arquitetônica bakhtiniana é a de *alternância dos sujeitos do discurso*, em razão de ela ser fator determinante dos *limites do enunciado concreto*. Sem limitações o enunciado se perde do *mundo da vida*. “Essa alternância [...] que cria limites precisos do enunciado nos diversos campos da atividade humana e da vida, dependendo das diversas funções da linguagem e das diferentes condições e situações de comunicação,

Desembargadoras Eleitorais (que atuam nos Tribunais Regionais Eleitorais). Os membros da Magistratura Militar são os Juízes e Juízas Militares/Auditores (que atuam nos Conselhos de Justiça / Auditorias Militares) e os Desembargadores e Desembargadoras Militares (que atuam nos Tribunais de Justiça Militar). Os membros da Magistratura do Trabalho são os Juízes e Juízas do Trabalho (que atuam nas Varas do Trabalho) e os Desembargadores e Desembargadoras do Trabalho (que atuam nos Tribunais Regionais do Trabalho). Nos Tribunais Superiores (Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral e Superior Tribunal Militar), e, no Supremo Tribunal Federal, os membros da magistratura, são denominados Ministros.

⁵ Para facilitar a divulgação das reflexões teórico-metodológicas nele contidas, este texto foi adaptado em forma de capítulo de livro, a partir de parte de minha Dissertação de Mestrado em Estudos da Linguagem (Abrão, 2019), sob a orientação da professora Grenissa Bonvino Stafuzza (PPGEL-IEL-UFCAT). Para tal finalidade, a redação foi revisada, atualizada e aprofundada, não somente em relação ao estado da arte da episteme de perspectiva dialógica com a inclusão de posicionamentos atualizados sobre o tema, mas, também o adequando aos termos da atual normativa de citações da ABNT (NBR 10520), em vigor desde 19/07/2023.

tem uma natureza diferente e assume formas várias” (Bakhtin, 2016, p. 29).

Uma *dialogicidade*, tão cara à todas as espécies discursivas, se apresenta como essencial no campo do *discurso retórico-judicial*, pois sua materialização, a *relação processual*, revestida por um manto denominado *processo judicial*, bem como seu produto “final”, a *decisão judicial*, tanto podem se transformar em instrumentos promotores da emancipação do ser humano e da sociedade, bem como em seu contrário, contribuindo para a institucionalização da opressão de privilégios e de retrocessos de diversas naturezas.

Assim, a *alternância dos sujeitos no discurso retórico-judicial* é a primeira peculiaridade constitutiva do *enunciado concreto*, e, por óbvio, também neste campo da atividade humana faz-se imprescindível à compreensão dialógica dos fundamentos teórico-metodológicos da denominada *prática jurídica*.

São por estes motivos que os principais sujeitos do *discurso retórico-judicial* recebem proteção especial da Constituição Federal e das Leis, que, para esse fim, protegem-nos com o objetivo de evitar, no caso concreto, a instauração do arbítrio e da tirania (pública e/ou privada).

Nesse sentido, podemos afirmar que tais proteções jurídico-políticas são garantidoras, em tese, da *independência discursiva* dos sujeitos na *arena jurídica*. Os membros da Advocacia, da Magistratura e do Ministério Público somente poderão desenvolver suas atividades jurídico-discursivas com zelo e senso de justiça quando resguardados das pressões políticas, econômicas e religiosas.

Como as garantias constitucionais das(os) Juízas(es) e membros do Ministério Público, são, de certo modo, similares, trataremos, em um primeiro momento, dos direitos e garantias constitucionais e legais dos membros da Advocacia, para, em seguida, refletirmos sobre as *proteções discursivas* reservadas aos primeiros.

2.1. A advocacia e sua indispensabilidade para a legitimação do discurso retórico-judicial.

No caso da Advocacia, o Texto Constitucional, além das garantias constitucionais gerais relativas à todas as profissões, oferece tratamento especial em razão de sua indispensabilidade e inviolabilidade. “Art. 133. **O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações** no exercício da profissão, nos limites da lei” (Brasil, 1988, grifos nossos).

Por sua vez, em consonância com a Constituição Federal, o Estatuto da Advocacia, a lei federal nº 8.906, de 4 de julho de 1994, pormenoriza os direitos e prerrogativas garantidores do livre exercício da profissão, e, ao mesmo tempo, empodera seus membros na condição de sujeitos do *discurso retórico-judicial*. De acordo com o texto legislativo, o advogado presta serviço público e exerce função social, contribuindo para o convencimento do julgador (Juiz ou Tribunal).

Nesse sentido, a lei é clara:

Art. 2º **O advogado é indispensável à administração da justiça.**

§ 1º No seu ministério privado, **o advogado presta serviço público e exerce função social.**

§ 2º No processo judicial, **o advogado contribui, na postulação de decisão favorável ao seu constituinte, ao convencimento do julgador**, e seus atos constituem múnus público.

§ 3º No exercício da profissão, **o advogado é inviolável por seus atos e manifestações**, nos limites desta lei. [...]

Art. 3º O exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e **a denominação de advogado** são privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). [...]

Art. 5º O advogado postula, em juízo ou fora dele, fazendo prova do mandato.

§ 1º **O advogado, afirmando urgência, pode atuar sem procuração**, obrigando-se a apresentá-la no prazo de quinze dias, prorrogável por igual período. [...]

§ 4º As atividades de consultoria e assessoria jurídicas **podem ser exercidas de modo verbal ou por escrito**, a critério do advogado e do cliente, e independem de outorga de mandato ou de formalização por contrato de honorários. (Brasil, 1994, grifos nossos).

O Estatuto da Advocacia também prevê o Princípio da Isonomia entre os principais *sujeitos discursivos* da *arena jurídica*, pois expressamente assegura que “[...] não há hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público, devendo todos tratar-se com consideração e respeito recíprocos” (Art. 6º, *caput*). No mesmo enunciado jurídico-normativo, a lei exige das autoridades e servidores públicos, de quaisquer dos Poderes, tratamento respeitoso, dispensando “[...] ao advogado, no exercício da profissão, tratamento compatível com a dignidade da advocacia e condições adequadas a seu desempenho, preservando e resguardando, de ofício, a imagem, a reputação e a integridade do advogado nos termos desta Lei” (§ 1º, Art. 6º).

Dentre os direitos das(os) advogadas(os), destacam-se sete espécies, as quais trataremos sem ordem de importância, uma vez que todas se apresentam como fundamentais à proteção do *discurso retórico-judicial*, tampouco por ordem legislativa, já que as agruparemos por setores temáticos sem ater-nos à sequência em que elas aparecem no Estatuto da Advocacia.

A primeira espécie denominaremos de “Garantia da liberdade de Ofício”. Nela se agrupam os Direitos e Garantias relativos ao livre exercício da profissão de advogada(o), que, em todos os regimes ditatoriais, é uma das primeiras a ser abolidas.⁶ Vejamos aquelas de natureza eminentemente *discursiva*:

⁶ “O papel da advocacia na luta contra a ditadura [militar] não se resume ao posicionamento institucional da OAB. A atuação dos advogados de presos políticos foi, sem dúvida, fator essencial para garantir minimamente a liberdade, a integridade física e até mesmo a vida de muitas pessoas. São personagens, notáveis e anônimos, que marcam de forma definitiva a história

Art. 7º São direitos do advogado:

I - exercer, **com liberdade**, a profissão em todo o território nacional;
II – **a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho**, bem como de seus instrumentos de trabalho, **de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática**, desde que relativas ao exercício da advocacia;

III - **comunicar-se com seus clientes**, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, **ainda que considerados incomunicáveis**; [...]

VIII - **dirigir-se diretamente aos magistrados** [Juízes, Desembargadores e Ministros] nas salas e gabinetes de trabalho, independentemente de horário previamente marcado ou outra condição [...]

XVII - **ser publicamente desagravado, quando ofendido no exercício da profissão** ou em razão dela;

XVIII - usar os símbolos privativos da profissão de advogado; [...]

XXI - **assistir a seus clientes investigados** durante a apuração de infrações, **sob pena de nulidade absoluta do respectivo interrogatório ou depoimento** e, subseqüentemente, de todos os elementos investigatórios e probatórios dele decorrentes ou derivados, direta ou indiretamente, podendo, inclusive, no curso da

da luta pela redemocratização. Nomes como Sobral Pinto e Heleno Fragoso, apenas para citar os mais famosos, se uniram a outros tantos para formar o que Modesto da Silveira chama, emocionado, de ‘um grande escritório da dignidade humana’. Uma advocacia que tinha muitas peculiaridades — era comum, por exemplo, não se cobrarem honorários dos familiares das vítimas. ‘Quase sempre eram pessoas humildes ou de classe média, trabalhadores ou lideranças sindicais. Com eles presos, a família perdia a fonte de renda. Era uma questão ética não falar em honorários nesses casos, poucos falavam’, lembra Modesto da Silveira” (CONJUR; OAB-RJ, 2014). Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-abr-14/advo-gados-relatam-estrategias-usadas-defesa-presos-politicos-ditadura>. Acesso em: 12 jun. 2019.

Ver o Documentário “Os Advogados Contra a Ditadura” Dirigido por Silvio Tendler, é dividido em cinco episódios, cada um com a duração de 52 min. Retrata a atuação das(os) advogadas(os) que, para a defesa de presos políticos durante a Ditadura Militar no Brasil, expuseram suas carreiras, suas vidas e suas famílias. Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/os-advogados-contra-a-ditadura>. Acesso em: 12 jun. 2019.

respectiva apuração: a) **apresentar razões** e quesitos; [...] (Brasil, 1994, grifos nossos).

No exercício da Advocacia as “Garantias Criminais” que se apresentam como proteção essencial, dividem-se em duas: “Imunidade Profissional Material” e “Imunidade Profissional Formal”. Sem elas suas argumentações em defesa de direitos poderiam sofrer represálias ilegítimas sob a forma de processos cíveis, criminais ou administrativos.

A “Imunidade Material” estava regulamentada até 2022 no Estatuto da Advocacia, já que, em sua redação original, ele previa que a(o) advogada(o), no estrito exercício de sua atividade tinha “[...] imunidade profissional, não constituindo injúria, difamação ou desacato puníveis qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade, em juízo ou fora dele, sem prejuízo das sanções disciplinares perante a OAB, pelos excessos que cometer” (Art. 7º, § 2º). Porém, a Lei nº 14.365, de 2022, revogou esse dispositivo legal⁷.

Quanto à outra espécie de Garantia Criminal, citamos a “Imunidade Profissional Formal”, que se traduz no fato de a prisão de a(o) advogada(o) por motivos relacionados ao exercício da profissão somente ser admitida pelo Estatuto em caso de crime inafiançável. Nesta hipótese, o auto de prisão, sob pena de nulidade, somente pode ser lavrado na presença de um

⁷ Acontece que, com a revogação da regulamentação da “Imunidade Profissional Material” da Advocacia, ainda cremos que tal imunidade subsiste, pois, apesar de a garantia ter sido silenciada nesta parte da legislação comum, em nosso entendimento, tal proteção ao *discurso retórico-judicial* da(o) advogada(o), continua a existir, uma vez que, repisa-se, a Constituição Federal é bem clara quanto enuncia: “Art. 133. **O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações** no exercício da profissão, nos limites da lei” (Brasil, 1988, grifos nossos). Além do mais, o § 3º do Artigo segundo do Estatuto da Advocacia, conforme já transcrito continua a vigor nos seguintes termos: Vejamos: “[...] No exercício da profissão, **o advogado é inviolável por seus atos e manifestações**, nos limites desta lei” (Brasil, 1994, grifos nossos).

representante da Ordem dos Advogados do Brasil. Além do mais, a OAB deve ser expressamente comunicada sobre a prisão de seus membros quaisquer que sejam as circunstâncias. (Art. 7º, IV e § 3º).

Em relação à “Garantia do Sigilo Profissional”, o Estatuto da Advocacia assegura à (ao) advogada(o) o direito de “[...] recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, mesmo quando autorizado ou solicitado pelo constituinte, bem como sobre fato que constitua sigilo profissional” (Art. 7º, XIX).

Nesse sentido, entendemos que tal *garantia discursiva* pode ser ampliada, haja vista que, se a(o) Advogada(o) tem o direito de se negar a obedecer uma ordem judicial para depor em juízo sobre fatos e/ou situações relativos ao exercício profissional (sigilosos ou não), então, em quaisquer outras situações, o membro da Advocacia pode, como *recurso discursivo*, quedar-se silente, não sendo obrigado a revelar detalhes e fatos sobre clientes, causas, informações e estratégias profissionais, por exemplo, em um inquérito policial ou em uma CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito. Assim entendemos em razão do princípio *In eo quod plus est semper inest et minus*. Importado do Direito Romano, significa literalmente: *quem pode o mais, pode o menos*.

Outra garantia profissional legal que destaca a importância do exercício da advocacia no *discurso retórico-judicial* é a “Garantia da Palavra de Ordem”. Vejamo-la:

Art. 7º São direitos do advogado: [...]

X - **usar da palavra**, pela ordem, em qualquer tribunal judicial ou administrativo, órgão de deliberação coletiva da administração pública ou comissão parlamentar de inquérito, **mediante intervenção pontual e sumária, para esclarecer equívoco ou dúvida** surgida em relação a fatos, a documentos ou a **afirmações que influam na decisão**;

XI - **reclamar, verbalmente ou por escrito**, perante qualquer juízo, tribunal ou autoridade, contra a inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento;

XII - **falar, sentado ou em pé**, em juízo, tribunal ou órgão de deliberação coletiva da Administração Pública ou do Poder Legislativo;
[...] (Brasil, 1994, grifos nossos).

À próxima espécie nos referiremos como “Garantia de Livre Acesso Funcional” em razão de ela se caracterizar pela determinação legislativa que assegura aos membros do Ministério Privado (Advocacia) o direito de, independentemente de licença e/ou quaisquer espécies de atos autorizatórios, ingressar, permanecer e se retirar de lugares públicos ou privados que se demonstrem essenciais ao exercício da função. Tal garantia, também prevista pelo artigo 7º do Estatuto da Advocacia, consiste nos direitos de:

[...] VI - **ingressar livremente**:

- a) **nas salas de sessões dos tribunais**, mesmo além dos cancelos que separam a parte reservada aos magistrados;
- b) **nas salas e dependências de audiências**, secretarias, cartórios, escritórios de justiça, serviços notariais e de registro, e, no caso de delegacias e prisões, mesmo fora da hora de expediente e independentemente da presença de seus titulares;
- c) **em qualquer edifício ou recinto** em que funcione repartição judicial ou outro serviço público onde o advogado deva praticar ato ou colher prova ou informação útil ao exercício da atividade profissional, dentro do expediente ou fora dele, e ser atendido, desde que se ache presente qualquer servidor ou empregado;
- d) **em qualquer assembleia ou reunião** de que participe ou possa participar o seu cliente, ou perante a qual este deva comparecer, desde que munido de poderes especiais;

VII - **permanecer sentado ou em pé e retirar-se** de quaisquer locais indicados no inciso anterior, **independentemente de licença**;
(Brasil, 1994, Art. 7º, grifos nossos).

Nesse sentido, a “Garantia de Acesso a Processos e Procedimentos”, se traduz em poderoso instrumento de qualificação do *discurso retórico-judicial* da Advocacia, uma vez

que o legislador atento à esta necessidade, no mesmo dispositivo legal, incluiu o direito de a/o advogada(o):

XIII - **examinar, em qualquer órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo, ou da Administração Pública em geral**, autos de processos findos [arquivados] ou em andamento, mesmo sem procuração, quando não estiverem sujeitos a sigilo ou segredo de justiça, assegurada a obtenção de cópias, com possibilidade de tomar apontamentos;

XIV - **examinar, em qualquer instituição responsável por conduzir investigação**, mesmo sem procuração, autos de flagrante e de investigações de qualquer natureza, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos, em meio físico ou digital;

XV - **ter vista dos processos judiciais ou administrativos de qualquer natureza**, em cartório ou na repartição competente, ou retirá-los pelos prazos legais;

XVI - **retirar autos de processos findos** [arquivados], mesmo sem procuração, pelo prazo de dez dias; [...]

§ 12. **A inobservância aos direitos estabelecidos no inciso XIV**, o fornecimento incompleto de autos ou o fornecimento de autos em que houve a retirada de peças já incluídas no caderno investigativo **implicará responsabilização criminal e funcional por abuso de autoridade do responsável que impedir o acesso do advogado com o intuito de prejudicar o exercício da defesa**, sem prejuízo do direito subjetivo do advogado de requerer acesso aos autos ao juiz competente. [...]

(Brasil, 1994, Art. 7º, grifos nossos).

Por esse caminho, uma alteração importante no Estatuto da Advocacia foi realizada em 2016, por intermédio da Lei nº 13.363. Nela uma grave omissão legislativa foi sanada com a inclusão de direitos específicos para materialização do Princípio da Isonomia constitucional entre advogadas e advogados: as “Garantias das Gestantes, Lactantes, Adotantes e Puérperas à Participação Isonômica no Discurso-jurídico judicial”.

Assim sendo, às advogadas gestantes, lactantes, adotantes e puérperas, assistem-lhes os direitos de acesso às dependências dos fóruns e tribunais sem serem submetidas à invasiva revista por detectores de metais e aparelhos de raios-X, bem como a reserva de vagas em suas garagens e estacionamentos (Art. 7º-A, I, *a e b*).

Aliás, problema maior enfrentam as advogadas gestantes para ingressarem em Unidades Prisionais, em razão de esses estabelecimentos também contarem com detectores de metais e aparelhos de raios-X. Entretanto, apesar de o legislador ter se esquecido de a elas se referir, entendemos, que não somente em Unidades Prisionais e congêneres, mas em quaisquer locais em que as advogadas gestantes, lactantes, adotantes e puérperas forem exercer o seu ofício, em razão do princípio *In eo quod plus est semper inest et minus* (*quem pode o mais, pode o menos*), também terão o direito de não passarem por tais revistas invasivas.

Com relação às garantias da advogada lactante, adotante ou que der à luz, a lei reservou os direitos de acesso à creche e/ou local adequado às necessidades do recém-nascido; e de preferência na ordem das sustentações orais e das audiências do dia. (Art. 7º-A, II e III).

Tais direitos serão exercidos pelo mesmo prazo que as mulheres cuja relação trabalhista é regida pela Consolidação das leis do Trabalho. Ou seja, por prazo idêntico ao da licença maternidade: 120 (cento e vinte dias).⁸ (Art. 7º-A, § 2º).

Já, à advogada adotante ou que der à luz, desde que seja a única patrona da causa e notifique o cliente por escrito, assiste-lhe o direito de suspensão dos prazos processuais. (Art. 7º-A, IV). Neste caso, o processo ficará suspenso por 30 (trinta) dias, contados a partir da data do parto ou da formalização da adoção (Art. 7º-A, § 3º). O mesmo direito assiste aos advogados

⁸ Para esse fim, o artigo 392 da *Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT*, estabelece que “[...] a empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário” (Brasil, 1943).

(homens), entretanto, a suspensão será de 08 (oito) dias, nos termos do Código de Processo Civil.⁹

Por fim, o Estatuto, legislando sobre o óbvio, assegura que a advogada gestante ou lactante conserva seus direitos relativos à essas condições “[...] enquanto perdurar, respectivamente, o estado gravídico ou o período de amamentação” (Art. 7º-A, § 1º). Entretanto, antes de passarmos à análise das garantias constitucionais e legais dos outros sujeitos do *discurso retórico-judicial* e necessário registrar que, no modo de produção/interpretação/aplicação do direito pós-Constituição de 1988, se, no caso concreto, excetuando por motivos biológicos o estado de gravidez, um advogado (homem) se encontrar nas mesmas situações fático-jurídicas de uma advogada, em relação aos direitos e garantias legais, mesmo não havendo disposição expressa na lei, os mesmos direitos deverão, à ele ser estendidos, sob pena de inconstitucionalidade por lesão ao *Princípio Constitucional da Isonomia entre os Sexos*.¹⁰

Como exemplo podemos citar o caso de um advogado que adote uma criança recém-nascida e, nesse sentido, enfrente as

⁹ De acordo com o artigo 313 do *Código de Processo Civil Brasileiro*, “[...] suspende-se o processo: [...] IX - pelo parto ou pela concessão de adoção, quando a advogada responsável pelo processo constituir a única patrona da causa; X - quando o advogado responsável pelo processo constituir o único patrono da causa e tornar-se pai. § 6º No caso do inciso IX, o período de suspensão será de 30 (trinta) dias, contado a partir da data do parto ou da concessão da adoção, mediante apresentação de certidão de nascimento ou documento similar que comprove a realização do parto, ou de termo judicial que tenha concedido a adoção, desde que haja notificação ao cliente. § 7º No caso do inciso X, o período de suspensão será de 8 (oito) dias, contado a partir da data do parto ou da concessão da adoção, mediante apresentação de certidão de nascimento ou documento similar que comprove a realização do parto, ou de termo judicial que tenha concedido a adoção, desde que haja notificação ao cliente. [...]” (Brasil, 2015).

¹⁰ “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - *homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações*, nos termos desta Constituição” (Brasil, 1988).

mesmas dificuldades e necessidades que uma advogada, na mesma situação, enfrentaria. Assim, em relação à amamentação, cuidados especiais iniciais e período de ambientação entre pai e filho, os prazos e as condições de exercício dos direitos de paternidade, devem ser os mesmos atribuídos às advogadas mães.

Posto isso, passaremos a refletir sobre as garantias constitucionais e legais especialmente reservadas aos outros *sujeitos do discurso retórico-judicial*. Entretanto, fazem-se necessárias algumas considerações gerais.

2.2. Ministério público, magistratura e independência discursiva

Nesse aspecto, como esta pesquisa se restringe aos principais sujeitos discursivos da *arena jurídico-judicial*: Advocacia, Ministério Público e Magistratura, e os membros dos dois últimos são, necessariamente, Agentes Públicos, além das garantias específicas ao exercício de suas funções, estes possuem também às relativas a todos os “Funcionários Públicos”. Dessas últimas não nos ocuparemos.

Outra observação pertinente diz respeito ao fato de a Constituição Federal de 1988, como resposta histórica às perseguições político-administrativas ao *discurso retórico-judicial* dos membros do Poder Judiciário (Juízas(es), Desembargadoras(es) e Ministras(os), bem como ao das(os) Promotoras(es) de Justiça e Procuradoras(es) do Ministério Público, incluiu como suas garantias constitucionais funcionais, a *Vitaliciedade*, a *Inamovibilidade* e a *Irredutibilidade de Subsídio*.

Nesse contexto, com a redemocratização do Estado brasileiro, em especial pela promulgação em 05 de outubro de 1988 da atual Constituição, os Juízes e membros dos Tribunais recuperaram e viram ampliar suas garantias constitucionais. Para qualificar o discurso retórico-judicial, e, protegê-lo das investidas e pressões ilegítimas de grupos políticos, econômicos e religiosos, além da *irredutibilidade de vencimentos*, o novo Texto Constitucional

estabeleceu garantias aos Magistrados e membros do Ministério Público que as outras categorias de Agentes ou Funcionários Públicos não têm: A *vitaliciedade* e a *inamovibilidade* (Abrão, 2019, p. 22, grifos originais).

Em outras palavras, os membros do Judiciário e do Ministério Público conquistaram a garantia constitucional de que não perderão os cargos por perseguição política (*Vitaliciedade*); não serão transferidos contra a sua vontade de seus locais de trabalho (*Inamovibilidade*) e, nem terão seus “salários”¹¹ reduzidos como forma de retaliação ilegal por suas manifestações na *arena jurídico-discursiva* (*Irredutibilidade de Subsídio*).

Iniciemos então pelo Ministério Público. Para aferir a sua importância na vida jurídico-política da sociedade brasileira, basta investigar a sua natureza jurídica. Nesse aspecto, a Constituição Federal o classifica como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado. Ao lado da Advocacia, o Ministério Público é indispensável para a legitimação do *discurso retórico-judicial*.

Suas atribuições Constitucionais são “[...] a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (Brasil, 1988, *caput* do Art. 127). E, para garantir a força necessária ao seu discurso tem como princípios institucionais, a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional e administrativa, podendo apresentar projetos de leis ao “[...] Poder Legislativo para a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira [...]” (Brasil, 1988, Art. 127, §§ 1º e 2º).¹²

¹¹ O termo técnico-jurídico para se referir aos proveitos financeiros originários do exercício de cargos públicos na Magistratura e no Ministério Público é subsídio, em razão de seus ocupantes, a exemplo das autoridades eleitas pelo voto popular, serem também considerados Agentes Políticos.

¹² “Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime

Ainda perseguindo o objetivo de estruturar uma participação isenta do Ministério Público, tanto no *discurso retórico-judicial*, quanto em outras *arenas discursivas*, o Texto Constitucional estabeleceu as seguintes proibições aos seus membros:

- a) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;
- b) exercer a advocacia;
- c) participar de sociedade comercial, na forma da lei;
- d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;
- e) exercer atividade político-partidária;
- f) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.

§ 6º Aplica-se aos membros do Ministério Público o disposto no art. 95, parágrafo único, V.¹³
(Brasil, 1988, Art. 127, §§ 5º, II e 6º).

democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. § 1º - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional. § 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. § 3º O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias. [...] § 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros: I - as seguintes garantias: a) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado; b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa; c) irredutibilidade de subsídio [...] (Brasil, 1988).

¹³ “[...] exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração” (Art. 95, parágrafo único, V da Constituição Federal).

Quanto aos membros do Poder Judiciário, Juízas(es), Desembargadoras(es) e Ministras(os) de Tribunais, sua participação *retórico-discursiva* é decisiva, já que, na *arena jurídico-judicial*, são os únicos sujeitos que, em nome do Estado brasileiro, por se tratar de um dos poderes da República, detém o poder de decisão final sobre os litígios públicos e privados.

Trata-se da *atividade jurisdicional*, ou *função jurisdicional*, que, grosso modo, consiste no exercício da competência constitucional que o Poder Judiciário detém de processar e julgar as causas que lhes são apresentadas em forma de processos judiciais. Geralmente, os profissionais do Direito a denominam de “o poder de dizer o direito”, ou “o poder de distribuir justiça”.

Nesse sentido, além da Independência político-administrativa, atributo que compartilha com os demais poderes da República (legislativo e Judiciário), seus membros gozam de garantias constitucionais imprescindíveis às *funções discursivas* que exercem na *arena jurídica*.

A exemplo do Ministério Público, os princípios que regem a proteção à *liberdade discursiva* dos Juízes incluem as Garantias Constitucionais da *Vitaliciedade*, a *Inamovibilidade* e a *Irredutibilidade de Subsídio* nos termos já abordados, e, assim pormenorizados pela Constituição Federal:

Art. 95. Os juízes gozam das seguintes garantias:

I - *vitaliciedade*, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado;

II - *inamovibilidade*, salvo por motivo de interesse público, na forma do art. 93, VIII;¹⁴

¹⁴ [...] o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa (Art. 93, VIII da Constituição Federal).

III - *irreducibilidade* de subsídio, ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Brasil, 1988, grifos nossos).

Acontece que, como a atividade *discursivo-processual* das(os) Juízas(es), Desembargadoras(es) e Ministras(os) do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores — por ter caráter decisório e influir na vida, patrimônio e liberdade das pessoas — deve ser desempenhada com imparcialidade, sem abandonar os elementos do *mundo da vida* para que suas decisões não colidam com os fundamentos político-jurídicos registrados na Constituição Federal, as luzes da *compreensão dialógica* esposada pela arquitetura bakhtiniana, fazem-se imprescindíveis.

Nesse sentido, é de boa prudência anotar o fato de a imparcialidade ser condição de possibilidade do *enunciado concreto* na esfera do *discurso retórico-judicial*. Para materialização desta garantia o Código de Processo Civil estabeleceu regras que, grosso modo, impedem os membros do Poder Judiciário de processar e julgar litígios quando, no caso concreto, forem identificadas determinadas circunstâncias. Tais regras procedimentais, visam garantir a *imparcialidade* dos julgadores na *arena jurídica*.

São as causas de impedimento e suspeição,¹⁵ que, expressamente relacionadas pela lei, estabelecem que julgador é

¹⁵ “Art. 144. **Há impedimento do juiz**, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: I - em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como membro do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha; II - de que conheceu em outro grau de jurisdição, tendo proferido decisão;

III - quando nele estiver postulando, como defensor público, advogado ou membro do Ministério Público, seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive; IV - quando for parte no processo ele próprio, seu cônjuge ou companheiro, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive; V - quando for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo; VI - quando for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de qualquer das partes; VII - em que figure como parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços;

obrigado a declarar-se impedido de processar e julgar, ou suspeito (para processar e julgar) um determinado caso, inclusive alegando motivos de foro íntimo, sem a necessidade de exteriorizá-los, já que a imparcialidade, além de ser um dos pressupostos processuais subjetivos em uma causa judicial, visa garantir a *participação responsiva* do Juiz na condição de sujeito nuclear do *discurso retórico-judicial*.

Por esse caminho, pode-se conceber como dialogicamente imparcial, o magistrado que, consciente de suas ideologias políticas, religiosas e econômicas, não as deixa aliená-lo e, por esse caminho, fundamenta suas decisões por intermédio do cotejamento de *enunciados concretos* produzidos dialogicamente a partir dos elementos extraídos dos autos processuais, do *mundo da vida*, dos discursos dos outros *sujeitos processuais* e do Sistema Jurídico-constitucional contemporâneo.

E, também com o intuito de resguardar a *imparcialidade* dos Juizes no *discurso retórico-judicial*, o Texto Constitucional também estabeleceu as seguintes proibições aos membros do Poder Judiciário:

I - **exercer**, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;

VIII - em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório; IX - quando promover ação contra a parte ou seu advogado.

Art. 145. **Há suspeição do juiz:** I - amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados; II - que receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo, que aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa ou que subministrar meios para atender às despesas do litígio; III - quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive; IV - interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes. § 1º Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões. [...] (Código de processo Civil, 2015, grifos nossos)

II - **receber**, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo;

III - **dedicar-se** à atividade político-partidária.

IV - **receber**, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei;

V - **exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou**, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

(Parágrafo único, Art. 95, da Constituição Federal, grifos nossos).

Outras garantias constitucionais relativas à proteção da condição de imparcialidade dos Juízes dizem respeito à forma de ingresso na carreira cujo cargo inicial é acessível somente por intermédio de “[...] concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação” (Art. 93, I, CF.).

E, pelo prisma *jurídico-processual* os princípios constitucionais da “Publicidade dos Atos Processuais” e da “Motivação das Decisões Judiciais” caracterizam-se como parte importante do sistema de controle da lisura na solução jurisdicional dos conflitos sociais.

O primeiro é extraído da redação do inciso LX do artigo 5º nos seguintes termos: “a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem” (Brasil, 1988); o segundo, o texto constitucional enuncia por intermédio do artigo 93. Vejamo-lo:

[...] **IX todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade**, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação (Grifos nossos).

Quanto à promoção dos membros do Poder Judiciário, com a finalidade de evitar apadrinhamentos ou perseguições a Juizes, a Constituição a restringiu em duas modalidades, promoção por *antiguidade* e promoção por *merecimento*. Nesse sentido, estabeleceu critérios objetivos para tal finalidade quando da elaboração da Lei que rege a magistratura brasileira. Por esse caminho, o texto constitucional determinou que o acesso aos membros do Poder Judiciário aos Tribunais também se dará por *antiguidade* e *merecimento*, alternadamente, com fundamento na aferição do último desempenho do Juiz.

Nesse contexto, é importante destacar que a Constituição Federal para garantir a *pluralidade de vozes* nas decisões judiciais, bem como a oxigenação do *discurso retórico-judicial*, reservou *um quinto* das vagas dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios¹⁶ para membros da Advocacia e membros do Ministério Público (*quinto constitucional*).

Fato que significa, grosso modo, que a cada dez desembargadores escolhidos para esses Tribunais, necessariamente, duas vagas deverão ser ocupadas por Advogados e membros do Ministério Público. As outras oito vagas são reservadas a membros do próprio Poder Judiciário.¹⁷

¹⁶ Na organização político-administrativa do Estado Federal Brasileiro não há, atualmente, os Território Federais. Espécies de subdivisões administrativas da União, os últimos Territórios Federais, em 1988, foram transformados em Estados, exceto Fernando de Noronha que foi Reanexado ao Estado de Pernambuco.

¹⁷ Art. 94. **Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados** de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

Parágrafo único. Recebidas as indicações, o tribunal formará lista tríplice, enviando-a ao Poder Executivo, que, nos vinte dias subsequentes, escolherá um de seus integrantes para nomeação (Brasil, 1988, grifos nossos).

Critério também utilizado pelo texto constitucional na composição dos Tribunais Regionais do Trabalho.¹⁸

Entretanto, no caso dos Tribunais Regionais Eleitorais, a Constituição Federal não incluiu os membros do Ministério público e, nem adotou a formula do denominado *quinto constitucional*, se limitando a incluir a escolha de dois juízes dentre seis advogados indicados pelos Tribunais de Justiça do respectivo Estado e do Distrito Federal¹⁹.

No entanto, esses enunciados constitucionais, não são os únicos a garantir o que podemos denominar como *princípio da pluralidade de vozes nos tribunais*²⁰. Com relação aos Tribunais Superiores (Superior Tribunal de Justiça²¹, Tribunal Superior do Trabalho²², Tribunal Superior Eleitoral²³ e Superior Tribunal

¹⁸ Art. 115. **Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes**, [...] sendo: I **um quinto** [escolhidos] **dentre advogados** com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e **membros do Ministério Público do Trabalho** com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94 [...] (Brasil, 1988, grifos nossos).

¹⁹ Art. 120. **Haverá um Tribunal Regional Eleitoral** na Capital de cada Estado e no Distrito Federal. § 1º - **Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão:** [...] III - por nomeação, pelo Presidente da República, de **dois juízes dentre seis advogados** de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça (Brasil, 1988, grifos nossos).

²⁰ Na Dissertação utilizei a expressão *princípio da polifonia nos Tribunais*. Entretanto, em razão das implicações que a mobilização desse complexo conceito bakhtiniano (polifonia) poderia acarretar em uma pesquisa que não o abarca, alterei para *princípio da pluralidade de vozes nos tribunais*, o qual creio mais condizente em razão de a reserva de parte das vagas dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios para membros da Advocacia e membros do Ministério Público, ser fator de ampliação dialógica do discurso retórico-judicial.

²¹ Art. 104. **O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros**. [...] II - **um terço, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e Territórios**, alternadamente, indicados na forma do art. 94. (Brasil, 1988, grifos nossos).

²² Art. 111-A. **O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros** [...]: I **um quinto** [escolhidos] **dentre advogados** com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e **membros do Ministério Público do Trabalho**

Militar²⁴) a Constituição também determina a reserva de vagas de Ministros oriundos das carreiras da Advocacia e do Ministério Público. Faz-se importante ressaltar que na composição plural do Tribunal Superior Eleitoral há uma exceção parcial, já que a Constituição não previu a participação de membros do Ministério Público. Isso se justifica pelo fato de não existir uma Carreira própria do Ministério Público Eleitoral, já que seus membros são escolhidos dentre os integrantes do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal.

Quanto à *pluralidade discursiva* do Supremo Tribunal Federal, esta restou garantida pela sua própria composição constitucional. O Tribunal de cúpula do Poder Judiciário brasileiro é composto por onze Ministros, que não precisam ser, necessariamente, da carreira jurídica. Vejamos:

Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada. Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal. (Brasil, 1988).

com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94 [...] (Brasil, 1988, grifos nossos).

²³ Art. 119. **O Tribunal Superior Eleitoral** compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos: [...] II - **por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre seis advogados** de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal. (Brasil, 1988, grifos nossos).

²⁴ Art. 123. **O Superior Tribunal Militar compor-se-á** de quinze Ministros [militares] vitalícios [...] e cinco [...] civis. [...] **Os Ministros civis serão escolhidos pelo Presidente da República dentre brasileiros maiores de trinta e cinco anos, sendo: I - três dentre advogados** de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional; II - **dois**, por escolha paritária, dentre juízes auditores e **membros do Ministério Público da Justiça Militar**. (Brasil, 1988, grifos nossos).

Apesar de, no *mundo da vida*, as vagas, por uma razão óbvia, serem ocupadas por ex-integrantes do Poder Judiciário, da Advocacia e do Ministério Público, as únicas exigências constitucionais para uma pessoa ser nomeada Ministra do Supremo Tribunal Federal pelo Presidente da República, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta do Senado Federal é: ser cidadã brasileira; ter entre trinta e cinco anos completos e, menos de sessenta e cinco anos de idade; com notável saber jurídico e boa reputação social (seja isso o que for, a constituição denomina de “reputação ilibada”)²⁵.

Por esse caminho, a composição dos Órgãos Constitucionais de *Controle Interno*, tanto do Poder Judiciário (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA)²⁶ quanto do Ministério Público (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO)²⁷, também segue esta *estrutura discursiva*. Aliás, neles a alternância dos sujeitos do discurso se amplia ainda mais, já que a Constituição Federal inclui dentre seus membros, quatro cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados dois pela Câmara dos Deputados e dois pelo Senado Federal.

²⁵ Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal. (BRASIL, 1988).

²⁶ Art. 103-B. **O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA** compõe-se de 15 (quinze) membros [...] sendo: [...] um membro do Ministério Público da União [e] um membro do Ministério Público estadual [...] dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; XIII - dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal. [...] (BRASIL, 1988, grifos nossos).

²⁷ Art. 130-A. **O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO** compõe-se de quatorze membros [...] sendo: [...] dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; VI dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal (BRASIL, 1988, grifos nossos).

Nesse contexto, ampliadas as reflexões sobre o tema, nos limites desta pesquisa, esclarecida a *natureza dialógica* e a imprescindibilidade da alternância dos principais sujeitos do *discurso retórico-judicial* e de suas Garantias político-jurídicas, bem como iluminada a *arena jurídica* na qual a atividade *jurídico-discursiva* se desenvolve, podemos, então, caminhar à roda do desfecho.

Considerações

Nesse contexto, ao analisarmos as garantias constitucionais dos membros do Poder Judiciário (juízes e Tribunais); membros do Ministério Público (promotores e procuradores) e os advogados (membros da Advocacia Pública e Privada), identificamos o fato de estes serem os *sujeitos discursivos*, dentre todos os gêneros, que têm os maiores instrumentos de proteção político-jurídica (Constitucional e Legal).

Proteção superior à de professores (liberdade de Cátedra), de padres e psicólogos (Segredo Confessional, também atinente aos advogados), de cientistas (liberdade de pesquisa) de artistas (liberdade de Criação) e dos jornalistas e radialistas (liberdade de Imprensa). Maior, inclusive do que as das pessoas do povo: Liberdade Religiosa; Política e de Livre Manifestação do Pensamento.

Constatação que nos habilita a compreendê-las como: *garantias discursivas* para além do *discurso retórico-judicial*, já que, ao analisarmos a estrutura constitucional de proteção discursiva à Advocacia, aos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, na realidade, em sentido amplo, podemos afirmar que estas se apresentam como garantias de toda a sociedade, em razão da natureza das *relações dialógicas* que se desenvolvem na *arena jurídica*, as denominadas *relações processuais*, que, embaladas por um conjunto de procedimentos formalizados em um *processo judicial*, culminam, necessariamente, em uma *decisão judicial*, esta, por sua vez, tanto pode se transformar em instrumento gerador

de emancipação do ser humano e da sociedade, ou, em contramão do Direito produzido pelo Estado Democrático, cooperar para a institucionalização da injustiça, da opressão e da perpetuação de privilégios e de retrocessos de diversas naturezas.

Nesse percurso, concebemos as proteções constitucionais e legais aos *sujeitos*, seus discursos e falas na *arena jurídico-discursiva*, por intermédio da *compreensão dialógica* na condição de instrumental didático-metodológico para apreensão do discurso *retórico-judicial* no *processo ensino-aprendizagem* de conteúdos jurídicos.

Sobretudo, quanto à concepção das garantias constitucionais e legais (político-jurídicas) que amparam o *exercício discursivo* próprio da *arena jurídica*, como sendo *garantias discursivas*, já que, para evitar a compartimentalização dos conteúdos nesse campo do conhecimento, elas (as garantias) não podem continuar a ser apresentadas aos discentes como meros assessorios técnicos para auxiliar o exercício individualizado das principais profissões jurídicas (advocacia, magistratura e ministério público).

Neste capítulo, por um caminho teórico-metodológico que ainda precisa ser alargado, apresentamos os primeiros cotejamentos de uma proposta epistemológica que perpassa as cinco disciplinas nas quais os conteúdos em questão são ministrados no campo do ensino jurídico, reunindo em uma única estrutura *teórico-metodológica* de bases bakhtinianas, as *garantias discursivas* relativas aos principais *sujeitos discursivos* da *arena jurídico-judicial*, concebendo a *alternância dos sujeitos do discurso* como fator determinante dos *limites do enunciado concreto* e como sua primeira peculiaridade constitutiva.

Referências

ABRÃO, Luciano Rogério do Espírito Santo. **A relativização do absoluto**: o enunciado como unidade real da comunicação verbal no discurso retórico-judicial pelo prisma do Círculo de Bakhtin.

2019. 102 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufcat.edu.br/items/6076d0ce-bea7-4469-b8ef-967902617c5a> Acesso em: 08 ago. 2024.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra; Notas à edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Publicada no DOU de 05/10/1988. Diário Oficial da União, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.906, de 4 de Julho de 1994**. Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Publicada no DOU de 04/07/1994. Diário Oficial da União, 1994.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de Março de 2015**. Código de Processo Civil. Publicada no DOU de 16/03/2015. Diário Oficial da União, 2015.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Publicado DOU de 09/08/1943. Diário Oficial da União, 1943.

VOLÓCHINOV, Valentin Nikoláievitch. **Marxismo e filosofia da linguagem**: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo, a partir da edição Russa. São Paulo: editora 34, 2017.

Sobre as autoras e os autores

GABRIELLA CRISTINA VAZ CAMARGO é Doutora em Linguística e Língua Portuguesa (2023) pela Faculdade de Ciências e Letras, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Araraquara (PPGLLP/UNESP-FCLAr). Mestre em Estudos da Linguagem (2019) e graduada em Letras Português-Inglês (2017), pela Universidade Federal de Goiás (UFG). É membro pesquisadora do SLOVO (UNESP-FCLAr), do GEDIS - Grupo de Estudos Discursivos (UFCAT) e do DIASUL - Grupo de Estudos Dialógicos do Sul (UNIPAMPA). Realizou estágio de pesquisa pós-doutoral financiado pela CAPES junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Catalão (PPGEL/UFCAT). Atualmente é Professora Adjunta do Departamento de Letras (DELET) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

SIMONY ALVES DE OLIVEIRA é Mestre em Linguística e Língua Portuguesa (2022) pela Faculdade de Ciências e Letras, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Araraquara (PPGLLP/UNESP-FCLAr). Graduada em Letras Português-Inglês (2019) pela Faculdade de Ciências e Letras de Assis (FCLAs/UNESP). É membro pesquisadora do SLOVO (UNESP-FCLAr). Atualmente é Doutoranda em Linguística e Língua Portuguesa pela Faculdade de Ciências e Letras, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Araraquara (PPGLLP/UNESP-FCLAr).

NATHAN BASTOS DE SOUZA é Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (PPGL/UFSCar), em que obteve também seu título de mestre. Graduado em Licenciatura em Letras - Línguas Portuguesa,

Espanhola e respectivas literaturas pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Realizou estágio pós-doutoral financiado pela CAPES junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Catalão (PPGEL - UFCAT). É líder do Grupo de Estudos Dialógicos do Sul (DIASUL/UNIPAMPA) e membro pesquisador do Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso (GEGe/UFSCar) e do Grupo de Estudos Discursivos (GEDIS/UFCAT). Atualmente é Professor Adjunto I do Curso de Letras - Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa e Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Ensino (PPGE), da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus Bagé.

MARCELO VINICIUS COSTA AMORIM é Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e bacharel e licenciado em Psicologia pela mesma universidade. Participa do grupo de pesquisas em Psicologia Social Latino Americana (2019). Integrante do Grupo Intersecções: filosofia, psicologia, arte e educação (2019), que discute o pensamento de Gilles Deleuze. É membro do Laboratório de Estudos Foucaultianos de Catalão - LEFGO (2019) e do Grupo de Estudos Discursivos - GEDIS (2021). Atualmente é professor no curso de Psicologia da Faculdades Integradas da América do Sul - INTEGRA, Caldas Novas - GO (2023), professor substituto no curso de Psicologia - IBIOTEC - da Universidade Federal de Catalão (2024) e Doutorando em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Catalão (UFCAT).

GRENISSA BONVINO STAFUZZA é Doutora em Linguística e Língua Portuguesa (2009) pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Campus Araraquara, com estágio de doutorado PDEE, financiado pela CAPES, na Université Paris XII - Val-de-Marne, Paris, França (2007).

Graduada em Letras Português/Inglês e Literaturas (2002) e mestre em Estudos Linguísticos (2005) pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), pela Universidade Federal de Uberlândia (ILEEL-UFU). Realizou estágio pós-doutoral (2017) pelo Programa de Estudos Linguísticos (PosLin) da Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente é docente da Universidade Federal de Catalão (desde 2009, ainda campus da Universidade Federal de Goiás), onde atua no ensino, na pesquisa e na extensão, tanto na graduação quanto no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL). É líder do GEDIS - Grupo de Estudos Discursivos.

CAIRO JOSEPH DOS SANTOS FERREIRA é Mestre em Estudos da Linguagem (2020) pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem - PPGEL e licenciado em Letras com habilitação em Português (2016) pela Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística - UAELL, ambos os cursos pela Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão - UFG/RC. Bacharel em Direito (2008) pelo Centro de Ensino Superior de Catalão - CESUC. Atualmente é Doutorando em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) da Universidade Federal de Catalão - UFCAT, com subsídio concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). Integrante do GEDIS - Grupo de Estudos Discursivos (UFCAT).

LARISSA SUELEN BRAGA SOUZA é graduada em Licenciatura em Letras-Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas pela Universidade do Estado do Amapá (UEAP). É integrante do Grupo Língua, Linguagem e Sociedade (LINLIS) da Universidade do Estado do Amapá.

LEONARDO MAILON BORGES é Mestre em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP (Universidade Estadual Paulista -

Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara) e Graduado em Letras com habilitação em Português e respectivas Literaturas pelo Uni-FACEF (Centro Universitário Municipal de Franca). É integrante do grupo de pesquisa SLOVO (Grupo de Estudos do Discurso) e do GEDI (Grupo de Estudos do Discurso). Atualmente é professor de Língua Portuguesa e Literatura no Colégio Pestalozzi, no curso pré-vestibular 100 Redação, bem como no Colégio Monteiro Lobato, além de atuar como professor nos cursos de Letras, Ciências da Computação, Engenharia de Software, Matemática e Sistemas de Informação do Uni-FACEF.

MICHELLE ARAUJO DE OLIVEIRA é Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da UNESP Araraquara. É integrante do Grupo Língua, Linguagem e Sociedade (LINLIS) da Universidade do Estado do Amapá e do SLOVO - Grupo de Estudos do Discurso da UNESP Araraquara. Atualmente é professora Adjunta na área de Língua Portuguesa, da Universidade do Estado do Amapá (UEAP).

LORENNA MAYARA FORNEL é Mestre em Linguística e Língua Portuguesa pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita" (Unesp - FCL/Araraquara). Graduada em Letras com habilitação em Português-Inglês pelo Centro Universitário Municipal de Franca. Graduada em Letras com habilitação em Português - Literatura pela mesma instituição. É integrante do SLOVO – Grupo de Estudos do Discurso (UNESP - FCLAr). Atualmente é coordenadora pedagógica na Escola Vivenda e professora no curso de Língua Portuguesa e Redação - 100 Redação. Integrante do grupo de estudos Slovo (UNESP - FCLAr).

LUCIANO ROGÉRIO DO ESPÍRITO SANTO ABRÃO é Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Goiás - UFG/RC (2019), Mestre em Geografia pela Universidade Federal

de Goiás - UFG/CAC (2011) e Especialista em Docência Universitária pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás PUC-GO (1999). Graduado em Direito pelo Centro de Ensino Superior de Catalão - CESUC (1992). Na área jurídico-profissional é advogado desde 1993 e no âmbito da Comunicação Social foi Radialista (Locutor, Apresentador e Repórter) entre os anos de 1987 e 1993. É membro do GEDIS - Grupo de Estudos Discursivos (GEDIS-UFcat-CNPQ). É membro do Centro de Investigação e estudos em Educação (CIEED-UFcat-CNPQ). Atualmente é Doutorando em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Catalão - UFcat (2022);

Índice remissivo

Análise linguística – 73; 74; 75; 80; 156

BNCC – 23; 33; 61; 62; 68; 70; 71; 72; 74; 76; 77; 78; 79; 80; 81

Construção composicional – 63; 66; 68; 77; 78; 79; 81; 136; 160

Dialógico – 27; 28; 30; 108; 115; 116; 121; v125; 127; 129; 142; 162

Dialogismo – 130; 131; 132; 155; 156; 163; 164

Educação – 13; 14; 15; 18; 19; 21; 22; 25; 31; 32; 83; 109; 133; 138; 156;
177; 216; 219

Ensino de língua materna – 19; 23; 28; 63; 66; 80

Estética – 20; 42; 59; 63

Estilo – 62; 66; 68; 73; 75; 77; 78; 79; 81; 94; 97; 136; 158; 159; 162; 163;
164; 165; 182; 183

Estudos bakhtinianos – 76; 79; 81; 85; 86; 87; 102; 103; 161

Gêneros do discurso – 32; 42; 43; 59; 60; 63; 65; 67; 69; 80; 82; 127; 130;
131; 136; 137; 157; 159; 160; 163

Literatura – 40; 43; 62; 87; 140; 144; 161;

PCNEF – 61; 66; 68; 69; 70; 80; 81

Produção textual – 15; 17; 19; 22; 27; 28; 29; 30; 31; 32

Relações dialógicas – 38; 39; 41; 42; 44; 45; 126; 130; 131; 154; 155; 212

Riso – 85; 86; 87; 88; 89; 90; 91; 93; 94; 95; 96; 97; 98; 100; 101; v102; 103

Signo ideológico – 48; 54; 107; 108; 112; 116; 117; 121; 124; 125

Sujeito dialógico – 107; 116; 121; 125; 127

Uma coletânea como esta, na qual a maior parte dos autores está em fase de pesquisa de formação, representa, assim, a vitalidade e a ampliação do foco de centros de pesquisa no pensamento bakhtiniano. Isso foi apontado por Arán como um diferencial a respeito da forma como a teoria bakhtiniana circula no Brasil e como logramos, ao nosso modo, antepor contrapalavras a essa filosofia da linguagem.

Nesse sentido, tomamos como grandes eixos na organização da coletânea as palavras que aparecem no título, quais sejam, linguagem, ensino e arte. Essas palavras balizam conceitualmente os capítulos aqui reunidos na medida em que apresentamos ao leitor um conjunto de oito textos, cujo amparo teórico-metodológico se dá especialmente pela perspectiva bakhtiniana. A própria eleição desses três elementos lexicais como organizadores dos eixos centrais desta coletânea demonstra a amplitude do alcance dos escritos do chamado Círculo de Bakhtin, isto é, a renovação festiva dos sentidos dos textos bakhtinianos uma vez ingressados na corrente da grande temporalidade.

Nathan Bastos de Souza
Gabriella Cristina Vaz Camargo
Simony Alves de Oliveira

